



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Faculdade de Ciência da Informação (FCI)
Curso de Graduação em Biblioteconomia

Franciane Santana Grimaldi de Oliveira

O CONTROLE DE AUTORIDADE NA REDE VIRTUAL DE
BIBLIOTECAS – CONGRESSO NACIONAL (RVBI)
E O MODELO FRAD

Brasília
2013

FRANCIANE SANTANA GRIMALDI DE OLIVEIRA

O CONTROLE DE AUTORIDADE NA REDE VIRTUAL DE
BIBLIOTECAS – CONGRESSO NACIONAL (RVBI)
E O MODELO FRAD

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da
Informação da Universidade de Brasília, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fernanda Passini Moreno.

Brasília
2013

O48c Oliveira, Franciane Santana Grimaldi de.

O controle de autoridade na Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI) e o modelo FRAD / Franciane Santana Grimaldi de Oliveira. – Brasília, 2013. –
121 f. : il.

Orientadora: Fernanda Passini Moreno
Monografia (Curso de Graduação em Biblioteconomia) –
Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2013.

1. Catalogação 2. Controle de autoridade 3. Catalogação descritiva I.
Título.

CDD 025.3
CDU 025.3



Título: O controle de autoridade na Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI) e o Modelo FRAD

Aluna: Franciane Santana Grimaldi de Oliveira

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 11 de dezembro de 2013.

Fernanda Passini Moreno - Orientadora
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Dulce Maria Baptista – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutora em Ciência da Informação

Maria de Fátima Pereira Jaegger – Membro externo
Chefe de Serviço de Gerência da RVBI – Senado Federal
Especialista em Educação à Distância

*Dedico este trabalho à Ana (in memoriam),
a melhor avó do mundo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Josane e Francisco, pelo amor, paciência e por terem investido sempre nos meus estudos.

À minha tia Josy, pela companhia e por me ouvir mesmo quando não digo nada de relevante.

Ao meu melhor amigo que por ventura também é meu irmão, Járliison por me aceitar como sou, mesmo que meu gosto musical só tenha melhorado 23%. Ao meu irmão Rafael, por sempre acreditar em mim e me oferecer ajuda estando perto ou longe.

À Luiza, pela chatice, conselhos (até os econômicos) e por ouvir minhas lamúrias e histórias. À Evelaine, pela companhia nos almoços e pelas risadas.

À Juliane e Suelen, pela amizade mesmo quando eu não fui merecedora da mesma. Aos amigos, César, Debora, Natália, Raquel e Wesley, que me ajudaram a manter a sanidade intacta (ou quase). Às amigas bibliotecárias, Kathryn, Larissa e Sâmara por me aguentarem durante a graduação.

Às pessoas com quem tive oportunidade de aprender e conviver durante o estágio no Serviço de Gerência da RVBI, Fátima Jaegger, Dimas Justo, Marta Pincowsca, Pedro Augusto e Verônica Lima.

Aos professores da Faculdade de Ciência da Informação (UnB) por contribuírem com minha formação.

À Profa. Fernanda Passini Moreno, que aceitou me orientar, contribui imensamente com na elaboração desse trabalho e serve de inspiração para o tipo de profissional que quero me tornar.

*“E uma vez que você perde a si mesmo, você tem duas escolhas. Encontrar a pessoa que você era... ou se livrar dela completamente. Porque às vezes, você tem que por de lado a pessoa que você foi e lembrar-se da pessoa que você estava destinado a ser. A pessoa que você queria ser. **A pessoa que você é.**”*
(One Tree Hill, 2ª Temporada - Episódio 22: The Tide That Left and Never Came Back, 2005)

RESUMO

Aborda o controle de autoridade e o modelo conceitual *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD). Analisa registros de autoridade do catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI relacionados à entidade família, segundo indicada pelo FRAD. Apresenta, por meio de revisão de literatura, conceitos acerca do controle de autoridade, como trabalho de autoridade, catálogos de autoridade, registro de autoridade, dados de autoridade e o histórico sobre os estudos. Introduz normativas e padrões que dedicam parte de seus interesse ou todo ele ao controle de autoridade, *Guidelines for authority records and references* (GARR), Código de Catalogação Anglo-Americano – 2ª edição (AACR2), Formato MARC 21 para dados de autoridade e o FRAD. Confronta registros de autoridade selecionados a partir dos atributos e relacionamentos das entidades pessoa e família do FRAD com as normativas citadas. Discute sobre a quantidade de estudos sobre o tema na literatura nacional, a diferença do nível de preenchimento dos registros selecionados e breves considerações sobre as normativas utilizadas.

Palavras-chave: Controle de autoridade. *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD). Catalogação descritiva. Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI.

ABSTRACT

Addresses the authority control and the conceptual model Functional Requirements for Authority Data (FRAD). Analyzes authority records from the catalog of Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI related to the family entity, according indicated by FRAD. Presents, through literature review, concepts about authority control, as authority work, authority catalogs, authority records, authority data and the history about the studies about it. Introduces standards that devote part of their interest or all of it to the authority control, Guidelines for authority records and references (GARR), Anglo-American Cataloging Rules - 2nd edition (AACR2), MARC 21 Format for authority data and FRAD. It confronts authority records selected from the attributes and relationships of the entities person and family of FRAD with the aforementioned standards. Discusses the amount of studies on the subject in the national literature on the subject, the difference in the level of completeness of selected records and briefly consider the standards used.

Keywords: Authority control. Functional Requirements for Authority Data (FRAD). Descriptive cataloging. Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Tipos de pontos de acesso | 23 |
| Figura 2 – Registro de autoridade no formato MARC21. | 25 |
| Figura 3 – Exemplo de pesquisa no VIAF. | 34 |
| Figura 4 - Divisão dos capítulos da AACR2. | 41 |
| Figura 5 - Estrutura do campo 100 no formato MARC 21 de autoridade. | 47 |
| Figura 6 – Base do modelo conceitual FRAD..... | 50 |
| Figura 7 – Entidade “Pessoa” e seus atributos..... | 53 |
| Figura 8 – Modelo conceitual para dados de autoridade..... | 55 |
| Figura 9 – Entidade “Família” e seus atributos..... | 57 |
| Figura 10 – Relações de parentesco família Brizola. | 66 |
| Figura 11 - Registro de autoridade 1: Leonel Brizola. | 68 |
| Figura 12 - Registro de autoridade 2: Brizola Neto. | 69 |
| Figura 13 – Registro de autoridade 3: Leonel Brizola Neto..... | 69 |
| Figura 14 – Relação “conhecida por” dos integrantes da família Brizola. | 81 |
| Figura 15 – Brizola: relacionamentos entre entidades pessoa-família e atributos da entidade família. | 85 |
| Figura 16 - Relações de parentesco família Sarney..... | 91 |
| Figura 17 – Registro de autoridade 4: José Sarney. | 93 |
| Figura 18 – Registro de autoridade 5: Roseana Sarney. | 94 |
| Figura 19 – Registro de autoridade 6: Sarney Filho. | 94 |
| Figura 20 – Relação “conhecida por” dos integrantes da família Sarney | 103 |
| Figura 21 - Sarney: relacionamentos entre entidades pessoa-família e atributos da entidade família. | 107 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Determinações da GARR para os registros de autoridade (nome pessoal e entidade). | 39 |
| Quadro 2 – Grupo de campos e as áreas que representam | 45 |
| Quadro 3 – Dígitos x Conteúdo | 46 |
| Quadro 4 – Áreas da GARR x Campos MARC 21 de dados de autoridade..... | 47 |
| Quadro 5 – Entidades do FRAD e suas respectivas definições. | 50 |
| Quadro 6 – Relação dos objetivos específicos com os procedimentos metodológicos. | 61 |
| Quadro 7 – Relação dos registros de autoridade com os atributos da entidade Pessoa do FRAD..... | 71 |
| Quadro 8 - Relação dos registros de autoridade com os atributos da entidade Pessoa do FRAD..... | 96 |
| Quadro 9 – Atributos “Pessoa” x AACR2 x GARR x MARC 21 de autoridades | 111 |
| Quadro 10 – Relações FRAD x AACR2 x GARR x MARC21 de autoridades | 112 |
| Quadro 11 – Atributos Família x AACR2 x GARR x MARC 21 de autoridade..... | 113 |

LISTA DE SIGLAS

AACR2 - Código de Catalogação Anglo-Americano – 2ª edição

BNF - *Bibliothèque Nationale de France*

CBU - Controle Bibliográfico Universal

DNB - *Deutsche Nationalbibliothek*

FRAD - *Functional Requirements for Authority Data*

FRANAR - *Functional Requirements and Numbering of Authority Records*

FRBR - *Functional Requirements for Bibliographic Records*

GARE - *Guidelines for authorities and reference entries*

GARR - *Guidelines for authority records and references*

GSARE - *Guidelines for subject authority and reference entries*

IFLA - *International Federation of Library Associations*

ISADN - *International Standard Authority Data Number*

ISBD - *International Standard Bibliographic Description*

LC - *Library of Congress*

MARC - *Machine Readable Cataloging*

MLAR - *Mandatory data elements for international shared resource authority records*

NACO - *Name Authority Cooperative Program*

OCLC - *Online Computer Library Center*

RDA - *Resource Description and Access*

RVBI - Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional

VIAF - *Virtual International Authority File*

UNIMARC - *Universal MARC*

SUMÁRIO

| | | |
|---------|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 | Justificativa | 14 |
| 1.2 | Objetivos | 15 |
| 1.2.1 | Objetivo geral..... | 15 |
| 1.2.2 | Objetivos específicos..... | 15 |
| 2 | REVISÃO DE LITERATURA..... | 16 |
| 2.1 | Catálogo e o controle de autoridade | 16 |
| 2.2 | Controle de autoridade, trabalho de autoridade e pontos de acesso | 19 |
| 2.3 | Registros, dados e catálogos de autoridade | 24 |
| 2.4 | Histórico | 27 |
| 2.5 | Controle de autoridade e a web | 31 |
| 2.6 | Normativas e padrões para o controle de autoridade | 35 |
| 2.6.1 | <i>Guidelines for authority records and references</i> (GARR) | 35 |
| 2.6.2 | Código de Catalogação Anglo-Americano – 2ª edição (AACR2)..... | 40 |
| 2.6.3 | Formato MARC 21 para dados de autoridade | 43 |
| 2.6.4 | <i>Functional Requirements for Authority Data</i> (FRAD) | 49 |
| 2.6.4.1 | Entidade: Família | 56 |
| 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 59 |
| 3.1 | Caracterização da pesquisa..... | 59 |
| 3.2 | Plano de pesquisa..... | 60 |
| 3.3 | Caracterização do ambiente de pesquisa | 61 |
| 3.4 | Critérios para a seleção e análise dos registros de autoridade..... | 63 |
| 4 | ANÁLISE DOS REGISTROS SELECIONADOS | 65 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 114 |
| 5.1 | Sugestões de trabalhos futuros | 116 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 117 |

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o controle de autoridade, os conceitos relacionados a ele e as normativas que o norteiam, para que se possa analisar com mais propriedade a entidade família do modelo conceitual *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) nos registros de autoridade selecionados no catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI.

Para que fosse possível compreender o tema foi necessário construir uma base teórica sobre o mesmo. Visto isso, foi levantada literatura nacional e internacional sobre a padronização dos pontos de acesso, foram utilizados livros, artigos de revistas, anais de congressos, teses, dissertações e outros documentos. Desse levantamento foram encontradas normativas e padrões que focalizam seus respectivos interesses no controle de autoridade. Confrontaram-se então registros de autoridade selecionados com o FRAD, a entidade pessoa e família e seus respectivos atributos e alguns de seus relacionamentos, e as outras normativas localizadas.

O trabalho está estruturado em cinco seções: a seção de introdução que traz informações sobre o porquê da escolha do assunto e os objetivos formulados; a revisão de literatura onde se encontra o referencial teórico; os procedimentos metodológicos que consistem na metodologia dessa pesquisa; a análise dos registros selecionados e, por fim, as considerações finais sobre o trabalho que incluem sugestões para trabalhos futuros.

1.1 Justificativa

A crescente produção de informação e sua disponibilização nos mais diversos meios tornam a recuperação de informação relevante um processo mais complexo e ainda mais fundamental. O controle de autoridade tem como um de seus objetivos, aprimorar a recuperação ao permitir que os usuários agrupem documentos que compartilhem das mesmas características, promovendo então o encontro do usuário com um conjunto de documentos pertinentes aos seus propósitos.

Em uma rede de bibliotecas, o controle de autoridade é de extrema importância. Mesmo trabalhando em rede, o que exige um alto nível de

padronização, ainda se está sujeito às interpretações dos catalogadores, às diferentes necessidades de informação dos usuários e às várias formas com que eles podem buscar uma mesma informação. As bibliotecas que participam da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional - RVBI pertencem a órgãos das três esferas do poder do governo brasileiro. Sendo assim, as informações organizadas e disseminadas por elas podem influenciar nas tomadas de decisão no âmbito legislativo, executivo e judiciário do país.

Durante o período de estágio extracurricular, a autora desse trabalho teve a oportunidade de trabalhar com um dos processos do controle de autoridade. A escolha do tema foi baseada inicialmente na dificuldade em encontrar documentação sobre o uso dos campos do formato MARC 21 de autoridades em português para sanar dúvidas ocorridas durante a criação de registros de autoridade. Posteriormente, foi levantada a questão acerca da importância do controle de autoridade e ao buscar literatura sobre o assunto, constatou-se a existência de poucos estudos sobre o controle de autoridade em língua portuguesa.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

- Analisar registros de autoridade na RVBI relacionados à entidade família, conforme indicada no modelo conceitual FRAD.

1.2.2 Objetivos específicos

- Investigar a literatura, nacional e internacional, acerca do controle de autoridade;
- Selecionar registros de autoridade de nomes pessoais presentes no catálogo da RVBI;
- Analisar os registros de autoridade que possam ser associados à entidade família utilizando os atributos e relacionamentos estabelecidos pelo FRAD, à luz das normativas pertinentes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Essa seção apresenta a pesquisa bibliográfica sobre o controle de autoridade. A revisão de literatura trata dos seguintes tópicos: a catalogação e sua relação com o controle de autoridade; definições acerca do processo de padronização de pontos de acesso; breve histórico de estudos sobre o tema; sua relação com a web; as normas, diretrizes, modelos e padrões.

2.1 Catalogação e o controle de autoridade

A abordagem do presente trabalho é focada na relação do controle de autoridade e da catalogação descritiva, não sendo aprofundado seu relacionamento com a análise de assunto. Segundo Taylor (2004b), o controle de autoridade permeia as fases que compõem a catalogação, a catalogação descritiva e a análise de assunto. Para entender de forma mais completa o controle de autoridade é necessário primeiro conhecer o processo do qual ele faz parte e os conceitos associados a ele.

Encontrar uma definição apropriada para catalogação não é tarefa simples, pois há os que a consideram um processo essencialmente técnico. Assim sendo, a catalogação pode ser vista como o “processo técnico para registro e descrição de itens tendo em vista a organização de catálogos.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 70). No entanto, como o explicitado por Mey e Silveira (2009), a diferença entre a catalogação e um simples inventário (ou uma listagem de itens) é a capacidade dessa em criar registros bibliográficos únicos e permitir que esses sejam reunidos por suas semelhanças.

Mey e Silveira (2009, p. 7) consideram a catalogação como um processo de comunicação, onde os registros produzidos servem para que os usuários satisfaçam suas necessidades de informação e a definem como:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registro do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a intersecção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 7)

Como parte da catalogação, é necessário também conhecer a catalogação descritiva. Partindo da definição dada por Taylor (2004b, p. 18, tradução nossa):

Catalogação descritiva é a fase do processo de catalogação que se preocupa com a identificação e descrição de um pacote de informação, o registro desta informação na forma de um registro catalográfico, a seleção de pontos de acesso (exceto para o ponto de acesso de assunto), a construção de cabeçalhos, e a codificação de todo o registro substituto para que ele seja legível por máquina.

A definição fornecida por Reitz (2013, tradução nossa) aponta que a catalogação descritiva é:

Parte do processo de catalogação que se preocupa com identificar e descrever as características físicas e bibliográficas do item, e com a determinação do nome(s) e título(s) a ser utilizados como pontos de acesso no catálogo, mas não com a atribuição de cabeçalhos de assunto e termos de gênero/forma. Nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá, catalogação descritiva é regida pela *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2).

Comparando as definições de Taylor (2004b) e de Reitz (2013), percebe-se que é responsabilidade da catalogação descritiva a identificação e a descrição do recurso de informação e a determinação de pontos de acesso bem como a forma como esses serão utilizados. Observa-se que não se trata de assinalar os pontos de acesso de assunto. Ainda é frisada a utilização de um código de catalogação, no caso a AACR2 que também é utilizada no Brasil, para guiar esse processo.

Entende-se que a catalogação é um processo comunicativo que através de um registro bibliográfico torna a informação passível de recuperação pelo usuário, utilizando para tal fim, a descrição do item e a escolha de pontos de acesso.

Mas o que é um registro bibliográfico? Segundo Mey e Silveira (2009, p. 96) é “o conjunto completo da representação, com todas as suas partes [descrição bibliográfica, pontos de acesso e dados de localização]”. A relação existente entre as três partes apresentadas é que “o ponto de acesso encaminha o utilizador para o registro; a descrição permite-lhe decidir se o recurso descrito interessa ou não e a localização conduz o utilizador para o documento desejado.” (CAMPOS, 2003, p. 2). Cada uma das partes acima citadas será explicada nos parágrafos que seguem.

A descrição bibliográfica (ou representação descritiva) é a parte da catalogação onde se extrai do item catalogado as informações necessárias para que o recurso ali descrito não seja confundido com nenhum outro. As informações registradas devem ser de interesse do usuário para que ele possa julgar se o

documento representado é relevante ou não para os seus propósitos. As informações registradas devem ainda seguir regras internacionais que norteiam o que deve ser registrado e a ordem a ser seguida, a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD). (MEY; SILVEIRA, 2009; TAYLOR, 2004b).

Quanto aos dados de localização, como a própria denominação sugere, as informações servem para indicar ao usuário a localização do documento.

Em catálogos que abrangem uma única biblioteca, os dados de localização se limitam ao número de chamada. Em catálogos coletivos, compreendem também a indicação da biblioteca ou endereço no ciberespaço onde o item possa ser encontrado. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 96)

O ponto de acesso é, segundo definição da *International Federation of Library Associations* (IFLA) (2012, p. 9-10), o “nome, termo, código, etc., pelo qual se pesquisa e identifica um registro bibliográfico, de autoridade ou referência”. Em uma visão mais aprofundada, Mey e Silveira (2009, p. 95) afirmam que:

Os pontos de acesso são a parte pela qual os usuários podem acessar a representação de um recurso bibliográfico no catálogo. Os pontos de acesso se responsabilizam pela extração de características comuns de interesse ao usuário, de forma a reunir todos os recursos que as possuam.

De acordo com a *Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação*, os pontos de acesso “são os elementos dos registros bibliográficos que 1) fornecem recuperação confiável dos registros bibliográficos e de autoridade e de seus respectivos recursos bibliográficos associados e 2) limitam os resultados da busca” (DECLARAÇÃO, 2009 apud MEY; SILVEIRA, 2009, p. 95).

Dada a importância dos pontos de acesso para que o usuário seja capaz de recuperar a informação desejada, Mey e Silveira (2009) apontam a necessidade de existir um controle rigoroso sobre as entradas para que não sofram com a ambiguidade e com a subjetividade, já que os pontos são escolhidos e atribuídos pelos catalogadores. Campos (2003) corrobora essa ideia, dizendo que a formulação dos pontos de acesso deve ser normalizada, e aí se insere o controle de autoridade.

A seção seguinte trata das definições e conceitos sobre o controle de autoridade.

2.2 Controle de autoridade, trabalho de autoridade e pontos de acesso

Os pontos de acesso tem grande importância nos processos de busca e recuperação da informação, portanto sua padronização (ou normalização) se faz necessária. Chega-se então ao controle de autoridade que é, em linhas gerais, a uniformização dos pontos de acesso que não são de assunto.

Através da normalização, estabelecendo formas inequívocas, um ponto de acesso é capaz de cumprir seu objetivo no processo de recuperação da informação, sendo essa normalização chamada de **controle de autoridade** (JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002).

Campos (2003) afirma que para assegurar que o usuário encontre um registro e para que o mesmo seja capaz de agrupar registros com características em comum é necessária a normalização na construção dos pontos de acesso, ou seja, o controle de autoridade.

Schiemer (1980 apud JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002) diz que controle de autoridade é, além da determinação dos pontos de acesso, o registro das decisões que foram tomadas para sua escolha. Ainda segundo a autora, o controle seria composto de três atividades: “a) a coleta, registro e manutenção de dados de autoridade, b) a verificação dos dados e c) o uso de formas estabelecidas e autorizadas como pontos de acesso no catálogo da biblioteca.” (SCHIEMER, 1980 apud JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002, p. 26, tradução nossa).

Outra definição é dada por Hagler e Simmons (1982, p. 181 apud JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002, p. 26, tradução nossa):

A operação que consiste em encontrar todas as variantes possíveis com que podem ser nomeados uma pessoa, instituição, assunto, etc., para posteriormente determinar entre elas, e de acordo com certas regras, o ponto de acesso e suas referências cruzadas.

Percebe-se a preocupação de que, ao padronizar os pontos de acesso, esses se tornem únicos e não possam ser confundidos. Essa é, segundo Mey e Silveira (2010), uma das características fundamentais para a catalogação, a precisão. Para as autoras, precisão denota que “cada uma das informações só pode representar um único conceito, sem dubiedades ou dúvidas” (MEY; SILVEIRA, 2010, p. 128). Outra característica também presente quando se trata de controle de autoridade é a consistência, que para a catalogação significa “que a mesma solução deve ser

sempre usada para informações semelhantes” (MEY; SILVEIRA, 2010, p. 128). Tornando o ponto de acesso único e utilizando o mesmo tratamento para informações parecidas proporciona-se, por consequência, maior exatidão na recuperação. Clack (1990, p. 2 apud JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002, p. 27, tradução nossa) deixa isso claro em sua definição ao dizer que controle de autoridade é:

“[...] o processo consistente de assegurar que qualquer entrada escolhida como ponto de acesso no catálogo – seja nome, título uniforme, título de série ou assunto – seja única e não possa ser confundida, por ser idêntica, com nenhuma outra entrada que já esteja armazenada no catálogo ou que possa estar no futuro.” (CLACK, 1990, p. 2 apud JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002, p. 27, tradução nossa).

É prontamente constatado que as definições de controle de autoridade giram em torno da normalização dos pontos de acesso, porém tratam também das relações existentes entre eles. Como pode ser visto no trabalho de Boeris¹ (2011, n.p., tradução nossa) “o controle de autoridade é um processo que consiste no estabelecimento de uma só forma autorizada para os pontos de acesso em um catálogo, e na explicitação das relações que vinculam os pontos de acesso entre si”.

Quanto às relações estabelecidas entre os pontos de acesso, Taylor (2004b) e Chahbenderian (2011) concordam que essas permitem que se conheça o relacionamento entre nomes, obras e assuntos. Molina Piñeiro e Marrero Sera (2011) adicionam que também se devem mostrar as relações entre os termos autorizados e os termos não autorizados.

A diversidade de definições acompanha também igual variedade terminológica para descrever o processo que é tratado aqui.

Segundo Taylor (2004a) o termo “controle de autoridade” (*authority control*, *control de autoridade*, *controlo de autoridade*) foi assim chamado porque ele existe para determinar uma forma *autorizada* para cada entrada e estabelecer também as formas não autorizadas. Houve tentativas de se utilizar o termo “controle de acesso”, mas esse passou a ser usado para descrever funcionalidade de determinado sistema operacional ou até mesmo seções em aeroportos que decidem quem entra ou não em um país. Em suma, “controle de autoridade” vem sendo usado já que ainda não foi encontrado um termo mais apropriado (TAYLOR, 2004a). Já Mey e

¹ Quando a paginação não estiver indicada “n.p”, trata-se de documentos no formato PDF que não contém paginação.

Silveira (2009) discordam do uso do termo “autoridade” quando tratam da definição de um produto do controle de autoridade, o catálogo de autoridade. As autoras consideram que o uso do termo vem da “tradução literal e fora de contexto” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 195) e que, portanto não possui o mesmo significado da expressão usada em inglês, e preferem o termo “catálogo de identidade”.

Jiménez Pelayo e García Blanco (2002) consideram o termo “controle de autoridade” o mais utilizado na literatura para tratar do assunto, porém afirmam também que é possível encontrar o tema sob outra terminologia. Alguns dos termos encontrados são: “[...] controle de pontos de acesso, gestão de autoridades, gestão e manutenção de autoridades, trabalho de autoridades, e recentemente, controle de acesso” (JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002, p. 28, tradução nossa). Rodríguez Bravo (2011) afirma que o termo “controle de autoridade” já está consolidado, porém o novo código de catalogação, *Resource Description and Access* (RDA), prefere a expressão “controle de ponto de acesso”.

Jiménez Pelayo e García Blanco (2002) e Diaz Rodriguez (2012) corroboram a ideia de que a diferença entre a terminologia é meramente léxica e que a maioria dos autores consideram os termos como sinônimos. Domingues (2010) acrescenta que existem também os que defendem a separação desses termos.

Assumpção e Santos (2012) explicam a dificuldade em distinguir os termos “controle de autoridade” e “trabalho de autoridade” na literatura, tanto por suas definições quanto por serem tratados como sinônimos. Burke (1985 apud ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2012), Tillett (1989 apud DOMINGUES, 2010) e Taylor (2004b) consideram o trabalho de autoridade como um procedimento que serve para alcançar o controle de autoridade.

Desse modo, o trabalho de autoridade é um conjunto de operações realizadas para se alcançar o controle de autoridade. Burger (1985, p. 3 apud ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2011, p. 2) enumera o processo em no mínimo cinco procedimentos:

1. a criação de registros de autoridade (os quais serão utilizados para criar registros bibliográficos autorizados).
2. a reunião dos registros em um arquivo de autoridade
3. a vinculação do arquivo de autoridade ao arquivo bibliográfico; juntos eles formam um sistema de autoridade
4. a manutenção do arquivo e do sistema de autoridade
5. a avaliação do arquivo e do sistema (BURGER, 1985, p. 3 apud ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2011, p.2)

Já para Durance (1993 apud BOERIS, 2011), o trabalho de autoridade é composto por três partes, uma intelectual e duas “físicas”: a primeira trata do esforço intelectual de investigar e determinar as formas autorizadas e as variantes, a segunda diz respeito ao sistema de autoridade que permite “desenvolver técnicas automatizadas para gravar, manipular e mostrar as relações entre os pontos de acesso” e a terceira é o catálogo de autoridade que são as bases de dados “resultantes do processo de criação de um ponto de acesso autorizado”. (DURANCE, 1993 apud BOERIS, 2011, n.p., tradução nossa).

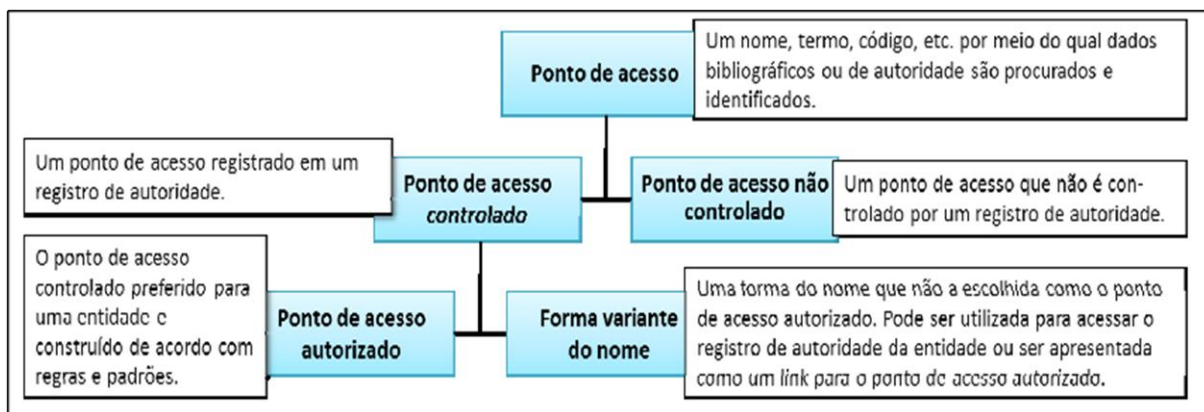
Tillett (1989 apud DOMINGUES, 2010, p. 20), sobre o trabalho de autoridade, elucida que este “[...] implica o esforço de pesquisa necessário para construir e manter os registros [de autoridade]”.

Segundo Assumpção e Santos (2011), para que o trabalho de autoridade seja feito são necessários cinco elementos: “pontos de acesso, dados de autoridade, registros de autoridade, arquivos de autoridade e sistemas de autoridade” (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2011, p. 1-2). Entende-se que, antes de compreender o trabalho de autoridade com mais profundidade, é necessário conhecer as partes que o compõem.

A definição de pontos de acesso, como apresentada anteriormente, é a informação que encaminhará o usuário até o documento. A seguir são apresentadas a tipologia dos pontos de acesso e as definições de registro de autoridade, dados de autoridade e catálogo (ou arquivo) de autoridade.

Na *Declaração de Princípios de Catalogação* são encontrados os tipos de pontos de acesso e suas definições, compilados na figura abaixo por Assumpção e Santos (2011). O documento trata ainda da escolha dos pontos de acesso, da língua e escrita, das formas dos nomes e de suas variantes:

Figura 1 - Tipos de pontos de acesso



Fonte: ASSUMPAÇÃO; SANTOS (2011, p. 2).

Como se pode observar na figura acima, tem-se o **ponto de acesso controlado** que é um ponto que já sofreu o controle de autoridade, sendo que esse se subdivide em: **ponto de acesso autorizado** que é a forma escolhida através de normas e estruturada através de padrões para ser a forma utilizada no catálogo, e a **forma variante do nome** que trata de outras formas que representam também a entrada escolhida e servem para guiar o usuário até o ponto de acesso autorizado. E existe também o **ponto de acesso não controlado** que é exatamente o que o controle de autoridade se propõe a evitar que aconteça, já que esse não reunirá todos os registros referentes àquele determinado nome, obra ou assunto.

Jiménez Pelayo e García Blanco (2002) afirmam que os pontos de acesso podem ser classificados de duas maneiras: segundo o tipo de informação que contenham (nomes pessoais, nomes de entidades, títulos de obras, títulos de séries, assuntos e nomes geográficos) e por sua posição dentro do registro bibliográfico (principais e secundários). O RDA trata os pontos de acesso de forma diferenciada, abandonando a “regra dos três” do AACR2 que limitava a quantidade de pontos de acesso a ser utilizados, ou seja, o novo código se preocupa com a necessidade de informação dos usuários que podem optar por realizar a busca por outros autores que não necessariamente estariam entre os três registrados como determinava o código anterior. (SILVA et al., 2012)

As definições de registro de autoridade, dados de autoridade e catálogos de autoridade são tratadas no próximo tópico.

2.3 Registros, dados e catálogos de autoridade

O **registro de autoridade** é formado ao se estabelecer a forma do nome que se irá utilizar que é a forma autorizada, e ao estabelecer também todas as referências imprescindíveis, ou seja, tanto as formas não autorizadas quanto as formas relacionadas (CHAN, 1994 apud ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2011; HERRERO PASCUAL, 1999).

Chan (1994 apud ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2011) acrescenta ainda que o registro deve possuir também as fontes empregadas para estabelecer o ponto de acesso autorizado. Tillett (2004) adiciona que é importante registrar tanto as fontes onde foi encontrada a informação quanto as que foram conferidas e onde nada foi localizado, além de afirmar que o registro de autoridade documenta o trabalho de autoridade.

Sobre a função do registro de autoridade, Campos (2003) diz que este se sustenta em seis componentes:

Registra a forma normalizada de cada ponto de acesso. Possibilita o agrupamento de todos os registros com o mesmo ponto de acesso. Garante a normalização dos registros no catálogo. Documenta as decisões tomadas e as fontes utilizadas para estabelecer os pontos de acesso. Registra todas as formas do ponto de acesso que não a escolhida como normativa. Documenta outras formas usadas para o ponto de acesso (como formas anteriores do nome) de modo a servir de orientação para o catalogador. (CAMPOS, 2003, p. 3-4)

Campos (2003, p. 4) ainda explica que o conteúdo do registro de autoridade “[...] pode ser de grande importância para o catalogador e para o utilizador final, na medida em que reflete o trabalho de pesquisa em torno de um autor, título ou assunto”. O conteúdo intelectual contido no registro de autoridade é chamado de **dados de autoridade** (PARK, 1992, p. 76 apud MARAIS, 2004).

A definição dada por Miranda et al (2011) reúne em grande parte os pontos frisados acima, então registro de autoridade pode ser entendido como:

[...] conjunto de informações padronizadas sobre um ponto de acesso. Contém uma exposição completa da informação relativa à formulação do cabeçalho autorizado e suas referências associadas. Podem incluir notas, um ou mais cabeçalhos não autorizados e relacionados a partir dos quais foram feitas referências e outras notas escritas pelo catalogador no processo de criação do cabeçalho. (MIRANDA et al, 2011, n.p., tradução nossa)

Figura 2 – Registro de autoridade no formato MARC21.

```

LDR 00692czz0022001697 4504
001 98040110504708E18
003 Br
005 20091113114917.9
008 980401|| acnnaab| |a aaa d
011 _ |s 98040110504708E18
040 _ |a Br |c Br
100 1_ |a Orwell, George, |d 1903-1950.
400 1_ |a Blair, Eric Arthur, |d 1903-1950.
670 _ |a Autor de: A filha do pároco. 1966 |b (orelha: D., n.r.)
670 _ |a http://www.espacoacademico.com.br/026/26pol_orwell.htm |b (George Orwell,
pseudônimo de Eric Arthur Blair, nasceu em 25 de junho de 1903, na cidade de Motihari, na
Índia)
670 _ |a http://authorities.loc.gov 13/11/09 |b (D., rem.)
670 _ |a http://pt.wikipedia.org/wiki/George_Orwell |b (D., n.r.)

```

Fonte: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (s.d.). Adaptado.

De acordo com o que foi dito por Miranda et al (2011), acima encontra-se um exemplo de registro de autoridade no formato MARC 21, extraído do catálogo da Biblioteca Nacional, onde é possível observar informações sobre o estabelecimento da entrada autorizada, também como notas e o uso de cabeçalho não autorizado.

Em uma visão ampla, o **catálogo de autoridade**² é o conjunto de registros de autoridade (MOLINA PIÑEIRO; MARRERO SERA, 2011). Herrero Pascual (1999) considera também o catálogo de autoridade como o conjunto de registros de autoridade que resulta em uma lista de nomes, títulos uniformes e assuntos. Já para Domingues (2010) trata-se de um conjunto organizado de registros de autoridade. Na obra de Jiménez Pelayo e García Blanco (2002) encontra-se uma versão mais trabalhada e aprofundada do que é o catálogo de autoridade:

[...] conjunto de registros de autoridade que contenham dados relativos aos pontos de acesso de um catálogo bibliográfico. Resultado final de um processo complexo que inclui uma extensa sequência de elementos e operações, tais como análise de documentos, a constituição de um catálogo bibliográfico, a criação e atribuição de pontos de acesso e, finalmente, o controle de autoridade, o catálogo de autoridade garante uma maior uniformidade e objetividade de critérios utilizados em uma biblioteca ou centro de documentação. (JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002, p. 39, tradução nossa).

Os autores ainda afirmam que o catálogo de autoridade é como se fosse um “ditador” dentro da unidade de informação, já que é ele que determinará quais

² Assumpção e Santos (2011) alertam sobre algumas variações de termos encontradas na literatura para tratar do catálogo de autoridade como: arquivo de autoridade, “lista de cabeçalhos autorizados”, “lista de autoridades”, “catálogo de identidade”, “catálogo de formas autorizadas”, entre outros.” (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2011, p. 3).

elementos serão chaves na realização da busca (JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002). Diaz Rodriguez (2012, p. 43) diz que a função básica do catálogo de autoridade “é estabelecer pontos de acesso padronizados (autoridades) que irá servir o usuário como chave de pesquisa e irá garantir uma localização confiável e efetiva para a documentação ou informação.”.

Domingues (2010) ressalta ainda que a função do catálogo de autoridade é mais do que conduzir às informações do catálogo bibliográfico, já que:

[...] se construídos de forma rigorosa (na forma e no conteúdo) os catálogos de autoridade podem ter um elevado potencial como ferramenta da descrição bibliográfica, [...] e serem, além disso, recursos de informação autônomos muito úteis, até para o utilizador. (DOMINGUES, 2010, p. 10)

Segundo Jiménez Pelayo e García Blanco (2002), os usuários do catálogo de autoridade pertencem a um dos cinco grupos: o **catalogador**, que é o criador do catálogo e o usa em catalogações posteriores; o **gerente de autoridades**, responsável por realizar o controle de autoridade; o **peçoal da aquisição**, utilizadores do catálogo para conferir a identidade de nomes ou títulos e assim fazerem os pedidos corretamente; o **bibliotecário de referência** verifica os pontos de acesso autorizados quando solicitado por um usuário e localiza informações sobre determinado tema para o usuário; o **usuário** que o utilizará como referência para a recuperação de informação pertinente.

Jiménez Pelayo e García Blanco (2002) completam dizendo que a principal característica do catálogo de autoridade é sua capacidade de estabelecer relações entre os registros bibliográficos e os de autoridade compondo, assim, um sistema de informação bibliográfica.

A importância do controle de autoridade e de aplicá-lo ao catálogo significa, para Boeris (2011), fornecer ferramentas para o usuário que lhe permitam recuperar informação com precisão, reunir registros por suas similaridades e navegar satisfatoriamente pelos resultados obtidos. Grande parte dos autores encontrados na literatura corrobora que um dos principais objetivos do controle de autoridade é permitir a precisão na recuperação da informação.

Percebe-se que existe uma série de definições e conceitos relacionados ao controle de autoridade e esta seção buscou elucidar de forma breve alguns deles para que seja possível entender a importância do processo e de cada uma de suas partes. O próximo tópico trata do histórico do controle de autoridade e como a

percepção acerca de sua importância foi ganhando mais peso durante a evolução da catalogação e dos sistemas de informação.

2.4 Histórico

Em 1876, Charles Ammi Cutter, em sua obra *Rules for a Printed Dictionary Catalog*, falava sobre o controle das formas de nome e sua importância para a realização dos objetivos do catálogo (TILLET, 2004). Segundo Herrero Pascual (1999, p. 122, tradução nossa), o autor já discutia a “eleição de um único cabeçalho como ponto de acesso nos catálogos, com remissivas desde as formas variantes ou formas relacionadas através de um sistema de referências”.

A partir da década de 1960 houve iniciativas ligadas ao Controle Bibliográfico Universal (CBU) que tratavam não somente da descrição documental, mas também incitaram estudos e projetos sobre o controle e o intercâmbio de registros de autoridade, desenvolvendo assim normas e diretrizes para que estes fossem possíveis. O CBU traz dois princípios que estão relacionados ao controle de autoridade: a) cada país [agência bibliográfica nacional] deve ser responsável por estabelecer a forma autorizada dos nomes dos autores nacionais (sejam eles pessoais ou entidades); b) devem tornar os registros acessíveis para caso outros países necessitem deles (JIMÉNEZ PELAYO; GARCÍA BLANCO, 2002).

Herrero Pascual (1999) acrescenta, quanto ao primeiro princípio, que é necessário que para os autores estrangeiros utilizem-se as formas estabelecidas pelo país de origem. Entretanto a autora diz ainda que seguir os princípios é difícil, visto que nem todas as agências possuem um catálogo de autoridade e há também os problemas para acessar o arquivo de outras agências.

Em 1961, na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (também conhecida como Conferência de Paris) foram tomadas medidas para alcançar o que havia sido proposto pelo CBU. De acordo com Jiménez Pelayo e García Blanco (2002), esse foi o primeiro momento em que foi tratada a normalização dos pontos de acesso em caráter internacional. Herrero Pascual (1999) ressalta que durante a conferência destacou-se a necessidade de unificação das entradas bibliográficas. Essa unificação tratava, então, de assumir os nomes das entidades e o título de uma publicação como pontos de acesso, e se ocupava também da ortografia original nos nomes próprios (HERRERO PASCUAL, 1999).

Em 1974, a partir da publicação da primeira versão da ISBD e as mudanças que essa provocou nas regras de catalogação, percebeu-se também a necessidade de normalização dos pontos de acesso (HERRERO PASCUAL, 1999). Ainda segundo a autora, isso fez com que o movimento seguisse duas direções: a) os códigos de catalogação nacionais passaram a dedicar um capítulo que tratasse da determinação dos cabeçalhos na seção que trata da escolha de pontos de acesso, estabelecendo as formas para nomes de possível utilização e normas mais gerais para outros tipos de entrada; a iniciativa da IFLA na publicação de listagens de nomes, autores, títulos etc., e outras instituições também começaram a trabalhar com esse intuito (HERRERO PASCUAL, 1999).

Segundo Rodríguez Bravo (2011), a IFLA passou a publicar várias diretrizes gerais para guiar a criação e a representação dos pontos de acesso.

“A primeira destas diretrizes, *Name of persons*, trata as autoridades de nomes pessoais, e foi publicada pela primeira vez em 1963. São conhecidas quatro edições revisadas e atualizadas nos anos de 1967, 1977, 1980 e 1996. Posteriormente, foram aparecendo as publicações *Anonymous classics: a list of uniform headings of European literatures* (1978) que se refere a títulos uniformes para obras clássicas anônimas europeias; *List of uniform headings for higher legislative and ministerial bodies in Europe and countries* (1979, 2ª edição), para cabeçalhos de instituições oficiais; *Form and structure of corporate headings* (1980), para nomes de entidades em geral; *Name of State: an authority list of language form for cataloguing entries* (1981), que inclui nomes geográficos e jurisdições territoriais, e *List of uniform titles for liturgical works of the Latin rites of the Catholic Church* (1975; 1981, 2ª edição), onde se estabelecem títulos uniformes autorizados para obras litúrgicas da Igreja Católica.” (RODRÍGUEZ BRAVO, 2011, p. 77, grifo do autor, tradução nossa).

Para Herrero Pascual (1999) as ferramentas desenvolvidas se mostraram insuficientes e não contaram com um nível aceitável de controle de autoridade devido à falta de recursos, já que nem todos conseguiam ter acesso aos trabalhos desenvolvidos pelos grandes centros de documentação e pelas bibliotecas nacionais.

Esse conjunto de documentos se tornaram as normas internacionais fundamentais para a normalização dos pontos de acesso e se tornaram documentação de referência para os códigos de catalogação desenvolvidos a partir da Conferência de Paris (RODRÍGUEZ BRAVO, 2011).

Em meados da década de 1970, o CBU deixa um pouco de lado a questão da formulação dos pontos de acesso e de outros pontos relacionados a ela, como a

criação dos arquivos de autoridade e os procedimentos que facilitariam o intercâmbio das informações de autoridade (RODRÍGUEZ BRAVO, 2011). Somente em 1977, durante a Conferência da IFLA realizada em Bruxelas, é aprovado um projeto que visava a fornecer recomendações básicas para a criação de arquivos de autoridade e o intercâmbio de informações, sobretudo no meio automatizado (RODRÍGUEZ BRAVO, 2011).

As *Guidelines for authorities and reference entries* (GARE) foram publicadas em 1984, porém tiveram sua nomenclatura alterada na segunda edição (2001), passando a se chamar *Guidelines for authority records and references* (GARR) (DOMINGUES, 2010). Segundo Rodríguez Bravo (2011, p. 78, tradução nossa), “as GARE oferecem uma estrutura internacional normalizada para a apresentação e visualização dos dados de autoridade”, por se tratarem de diretrizes visando orientar a construção de entradas de autoridade e que se diferencia em alguns quesitos das normas da ISBD, já que não abordam questões como pontuação e nem determinam concretamente como deve ser a entrada de autoridade, deixando isso a cargo das regras de catalogação (RODRÍGUEZ BRAVO, 2011). Os dois principais objetivos das GARE são: “definir os elementos necessários para as entradas de autoridade e estabelecer as estruturas das entradas” (RODRÍGUEZ BRAVO, 2011, p. 78, tradução nossa).

Domingues (2010) ressalta o intervalo passado entre as primeiras discussões, a criação do primeiro grupo de trabalho e a produção inicial das diretrizes sobre o tema.

[...] na Conferência de Paris sobre princípios de catalogação, se deu início à discussão da necessidade de normalização dos pontos de acesso, tendo sido ainda necessários 17 anos para que a IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*) criasse o primeiro grupo de trabalho dedicado a esta matéria (*Working Group on the International Authority System*, 1979) e mais 5 anos para que fossem preparadas e editadas as GARE (*Guidelines for authority and reference entries*, 1984), só revistas em 2001, altura em que passam a designar-se GARR (*Guidelines for authority records and references*). (DOMINGUES, 2010, p. 22)

No ano de 1993, a IFLA publicou as *Guidelines for subject authority and reference entries* (GSARE) que funcionam semelhantemente as GARR, porém se preocupando com o controle de autoridade de assunto. “Os objetivos básicos da GARE e GSARE foram definir os elementos necessários em registros de autoridade, atribuir uma ordem e estabelecer a sua estrutura.” (BAIGET et al, 2007, p. 637,

tradução nossa). Segundo Rodríguez Bravo (2011, p. 79, tradução), a GARE e a GSARE tiveram “[...] grande influência no desenho de um formato internacional automatizado, o Unimarc/Authorities, publicado em 1991[...]”. O formato MARC será tratado na próxima seção (ver 2.6.3).

Em 1998, um dos grupos de trabalho da IFLA indicou os elementos essenciais em registros de autoridade, sendo publicado em 1999 o *Mandatory data elements for international shared resource authority records* (MLAR) (TILLET, 2004; RODRÍGUEZ BRAVO, 2011).

No decorrer de 1999, a Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA criou um grupo de trabalho, o *Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR) estendendo o modelo conceitual *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) aos registros de autoridade. Esse grupo de trabalho tinha três objetivos: definir os requisitos funcionais dos registros de autoridade, estudar a viabilidade do *International Standard Authority Data Number* (ISADN) e servir de ligação entre a IFLA e outros grupos interessados na questão dos arquivos de autoridade. (REQUISITOS... 2009; RODRÍGUEZ BRAVO, 2011). Houve mudanças de nomenclatura ao longo dos anos, o FRANAR passou a se chamar *Functional Requirements for Authority Records* (FRAR), e a partir de 2007, *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) (MEY; SILVEIRA, 2009).

Para Domingues (2010, p. 47) os requisitos visam:

[...] fornecer uma abordagem estruturada que permita relacionar a informação que consta nos registros de autoridade com as necessidades dos interessados, servindo uma grande variedade de pessoas, desde os bibliotecários, que os empregam directamente, até aos utilizadores finais [...]. Sendo uma nova abordagem ao trabalho de autoridade, este documento técnico pretende contribuir para tornar mais eficaz a troca internacional e para alargar o uso da informação [...]. (DOMINGUES, 2010, p. 47)

Apresentou-se de forma breve algumas das discussões e iniciativas que estudaram a normalização dos pontos de acesso e outros aspectos relacionados a ela durante as últimas décadas. A próxima seção apresenta a introdução das novas tecnologias da informação no controle de autoridade.

2.5 Controle de autoridade e a web

O controle de autoridade é fundamental para a recuperação da informação eficiente, pois visa permitir o acesso às obras agrupadas sob uma mesma entrada. Com as novas tecnologias da informação e comunicação, essa forma de controle de entradas se torna ainda mais necessária, dado o grande volume de informações produzidas e compartilhadas.

Segundo Tillett (2004), o controle de autoridade no ambiente Web utilizando os sistemas de referência cruzada, permite a navegação e fornece informações ao usuário sobre formas variantes e inconsistências sobre as entradas. Possibilitam ainda ligar, através de *links*, por exemplo, os registros de autoridades a outras ferramentas e fontes de informação que complementem os dados ali registrados (TILLETT, 2004; BOERIS, 2011).

Exemplificando o que foi dito pelos autores acima, em um registro de autoridade de autor pessoal seria possível, além de informar sobre prováveis variações de seu nome, trazer também um *link* que redirecionaria o usuário a uma página com informações biográficas do autor e suas obras. Isso não se restringe aos autores pessoais, quando se trata de entidades há igualmente possibilidades de fornecer informações, desde a página oficial da entidade na Internet até uma lista de números de telefone (TILLETT, 2004).

A Internet e sua incrível e descontrolada produção de informação, trouxe à tona novamente a importância do uso de formas padronizadas dos pontos de acesso para contribuir na recuperação de informações pertinentes para os usuários.

Pode-se notar isso quando Herrero Pascual (1999, p. 123) afirma que “o surgimento dos catálogos on-line destacou a necessidade do controle de autoridade e a criação de catálogos de autoridade igualmente em linha”. Tillett (2004) afirma que os catálogos de autoridades sendo acessados pela Internet se transformam em ferramentas úteis não só para outros bibliotecários quanto para o usuário final.

Catalogadores e outros podem usar o catálogo de autoridade como mais uma ferramenta de referência para variações de nomes e informações para identificar entidades, bem como um canal para se chegar aos registros bibliográficos, e de lá, chegando diretamente aos recursos digitalizados. Os registros nesses catálogos automatizados também permitem a navegação a entidades relacionadas. (TILLETT, 2004, p. 29, tradução nossa)

Ayres (2001) questiona o funcionamento do controle de autoridade nos catálogos e na Web. Embora os bibliotecários acreditem que tornaram os catálogos mais eficientes, os usuários continuam a achá-los complexos e não conseguem encontrar todas as informações que procuram e podem optar pelos mecanismos de busca ao invés dos catálogos.

A introdução dessas tecnologias no processo de catalogação não só promoveu vantagens para o uso dos catálogos como também acarretaram melhorias e facilidades na realização do controle de autoridade. Campos (2003) afirma que a construção de registros de autoridade foi uma das beneficiadas pela automação e se transformou em “peça fundamental na validação dos pontos de acesso” (CAMPOS, 2003, p. 3).

Segundo Tillett (2004), os catalogadores utilizando a Web conseguem criar registros de autoridade que poderão ser utilizados por todos os profissionais da informação, gerando redução de custos, e os usuários usufruirão do agrupamento dos documentos e da precisão que o controle de autoridade proporciona (TILLET, 2004). Para Ayres (2001) o controle de autoridade funciona mais em teoria do que aplicado à realidade dos usuários e de sua interação com o catálogo. Entretanto, o autor afirma que o controle de autoridade tem papel muito importante, se feito de forma consistente e exaustiva (AYRES, 2001).

Como já apresentado por Tillett (2004), uma das possibilidades do advento da tecnologia no controle de autoridade é a capacidade da disponibilização e de intercâmbio dos registros de autoridade, possibilitando um dos princípios que o CBU determinava sobre as entradas, que é tornar os registros acessíveis. Campos (2003) afirma que, internacionalmente, o catálogo de autoridade da agência bibliográfica nacional, que é normalmente quem dispõe dos recursos para construí-lo e mantê-lo, é de grande valor em um ambiente cooperativo.

Tillett (2007, p. 1) sobre o intercâmbio de registros de autoridade, afirma que o “intercâmbio de informações de autoridades tem adicionado um benefício para reduzir os custos globais para a realização de trabalhos de controle de autoridade enquanto possibilitam um acesso controlado e melhor precisão nas buscas”. Porém, existem muitas dificuldades relacionadas ao intercâmbio de registros de autoridade.

É possível notar no artigo de Buizza e Guerrini (2007) os esforços feitos desde a *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação*, para determinar os cabeçalhos a serem usados. Os autores afirmam que houve uma influência positiva

quanto à escolha dos pontos de acesso, porém não quanto à sua forma. Não havendo consenso quanto às formas que deveriam ser adotadas, cada agência bibliográfica optou por utilizar a maneira que mais se adequasse a sua necessidade. Percebeu-se que não fazia sentido a adoção de pontos de acesso idênticos, pois isso obrigaria os usuários a utilizarem as formas estabelecidas internacionalmente. O que deveria acontecer então seria fazer conexões com as várias formas utilizadas (de outras agências, outras línguas, etc.) no registro de autoridade. (BUIZZA; GUERRINI, 2007)

Uma iniciativa que aparece com o intuito de facilitar as questões que envolvem as línguas utilizadas nos registros de autoridade é o *Virtual International Authority File* (VIAF). O VIAF começou como um projeto entre a *Library of Congress* (LC), a *Deutsche Nationalbibliothek* (DNB), a *Bibliothèque Nationale de France* (BNF) e a *Online Computer Library Center* (OCLC). É um “sistema conectado com bases de autoridades que já existem” (TILLET, 2007, p. 2), que conta com o trabalho cooperativo de agências nacionais.

Segundo Rodríguez Bravo (2011), o objetivo é possibilitar que os usuários busquem em todas as bases de dados (que estão conectadas) usando a língua preferida.

Permite formas autorizadas coexistirem como as variantes nacionais ou regionais, respeitando as necessidades dos usuários em todo o mundo em termos de linguagem ou preferências alfabeto. Para os catalogadores, reduz o custo, simplifica a manutenção das bases de autoridades e aumenta a visibilidade e a utilidade dos arquivos de autoridade. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2011, p. 83, tradução nossa)

A ideia da base virtual de autoridades depende dos colaboradores, ou seja, agências internacionais de catalogação e da sua disponibilidade em colaborar. O VIAF atualmente tem trinta e três (33) bibliotecas como colaboradoras, algumas dessas bibliotecas ainda estão em fase de testes. Os dados do site da Wikipédia (em inglês) também estão sendo utilizados em fase de teste. Conta ainda com mais oito (8) bibliotecas que participam através do programa encabeçado pela *Library of Congress*, o *Name Authority Cooperative Program* (NACO). (OCLC, 2012)

O próximo tópico trata das normativas e padrões desenvolvidos para alcançar o controle de autoridade.

2.6 Normativas e padrões para o controle de autoridade

Para que seja possível conseguir o controle de autoridade vários fatores devem ser levados em conta. Boeris (2011, n.p., tradução nossa) afirma que esses elementos “abrangem as pessoas, os sistemas e a tecnologia”. Como o trabalho de autoridade, ou seja, a criação de registros de autoridade é o caminho para que o controle de autoridade se concretize, é necessário que se caracterize alguns dos instrumentos que guiam a sua construção.

Segundo Boeris (2011) os subsídios para o controle ou pelo menos para a parte técnica que é requerida para que ele seja alcançado são:

- Normas e diretrizes (GARR, GSARE, AACR2, RDA)
- Uma estrutura e um modelo de dados (MARC e suas variantes, FRBR)
- *Software* (o *software* deve permitir criar registros bibliográficos e de autoridade, e que as relações entre eles se manifestem claramente no OPAC). (BOERIS, 2011, n.p., tradução nossa).

Baseando-se nisso foi decidido analisar como diretrizes, as *Guidelines for authority records and references* (GARR); como regras, o Código de Catalogação Anglo-Americano – 2ª edição (AACR2); como formato, o *Machine Readable Cataloging* (MARC), mais especificamente o formato MARC 21 para dados de autoridade; e como modelo conceitual o *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD).

2.6.1 Guidelines for Authority Records and References (GARR)

Ao contextualizar o controle de autoridade durante os anos foi falado brevemente das GARE que, em sua segunda edição passaram a chamar-se GARR (ver 2.4). Nesta seção pretende-se apresentar como essas diretrizes estão estruturadas e os pontos principais que elas destacam sobre os registros de autoridade. Utilizou-se a versão em espanhol da segunda edição publicada em 2001, chamada de *Directrices para Registros de Autoridad y Referencias*.

As GARR pretendem fornecer uma estrutura geral para as entradas nos registros de autoridade, sendo responsabilidade das agências nacionais e das regras de catalogação estipular a forma definitiva de como as informações serão registradas nas entradas (DIRECTRICES..., 2001). Segundo Domingues (2010, p. 51), as diretrizes fornecem:

[...] a estrutura das entradas autorizadas (elementos a incluir, ordem dos elementos e sistema de pontuação), cabendo às agências bibliográficas nacionais a definição da forma (observando, sempre que possível, as recomendações que IFLA vai publicando) e das regras de catalogação a aplicar. Estas orientações também não fornecem indicações quanto à determinação dos pontos de acesso, nem quanto à sua redação, deixadas para as normas catalográficas de cada país. As GARR, estão sobretudo orientadas para a especificação normalizada dos requisitos necessários à correcta apresentação e visualização dos registros de autoridade. (DOMINGUES, 2010, p. 51)

O documento prevê a inclusão do *International Standard Authority Data Number* (ISADN) que é uma numeração internacional para os dados de autoridade, porém em 2008 foi aprovado um informe no qual se recomendou desistir da ideia de desenvolver essa numeração, pretendendo estudar outras formas de identificação para os registros (DIRECTRICES..., 2001; RODRÍGUEZ BRAVO, 2011).

O documento apresenta em suas notas preliminares um glossário que traz definições de termos que foram comparados e atualizados com os definidos pelos MLAR e carrega também conceitos do FRBR. (DIRECTRICES..., 2001)

Voltando à estrutura das entradas, as GARR fornecem uma estrutura para cada um dos três tipos de entrada que são: a entrada de autoridade propriamente dita (ou registro de autoridade), a entrada de referência e a entrada explicativa geral. Seguiu-se, a exemplo de Domingues (2010), o enfoque somente no registro de autoridade que é o objetivo dessa parte do trabalho, embora sejam explicadas brevemente sobre as outras entradas abaixo.

A entrada de referência na GARR é:

Uma apresentação de dados de referência cruzada que direciona o usuário de um catálogo, bibliografia, registro, lista, etc., desde uma forma variante de um cabeçalho (referência ver) ou de um cabeçalho relacionado (referência ver também) a entrada autorizada. (DIRECTRICES..., 2001, p. 3, tradução nossa)

Já a **entrada explicativa geral**, que é um tipo de entrada de referência, é “utilizada para informar um usuário de uma lista, catálogo, bibliografia, etc., sobre

uma convenção que se aplica, de forma geral ou a uma categoria particular de cabeçalhos, dando assim padrões de busca aos ditos cabeçalhos” (DIRECTRICES..., 2001, p. 3-4, tradução nossa).

Segundo as *Directrices* (2001), um **registro de autoridade** (ou entrada de autoridade) funciona como:

[...] uma exposição completa da informação relativa ao estabelecimento de uma entrada autorizada e da formulação das referências associadas a essa. Além da entrada autorizada propriamente dita, o registro pode incluir uma ou mais entradas paralelas, notas de informação, uma relação de todas as entradas variantes e relacionadas à que foram feitas referências, e outras notas feitas pelo catalogador no processo para estabelecer a entrada, notas que podem ser úteis ao usar o cabeçalho em entradas bibliográficas ou ao rever o cabeçalho em um momento posterior. (DIRECTRICES..., 2001, p. 18, tradução nossa)

Domingues (2010) afirma que para a normativa, a entrada de autoridade trata tanto do registro completo como da forma autorizada. O registro de autoridade apresentado pelas GARR, como já dito em seção anterior, deve conter a forma autorizada do nome, notas com informações e justificativa das escolhas das entradas e o relacionamento entre elas (DOMINGUES, 2010).

Ainda segundo Domingues (2010, p. 52) “à semelhança das ISBD (Regras Internacionais para a Descrição Bibliográfica), as GARR organizam em zonas a informação que compõe um registro de autoridade”. As áreas para o registro de autoridade são (DIRECTRICES..., 2001):

→ **Área 1 – Entrada autorizada**

- Contém a entrada autorizada estabelecida pela agência catalogadora responsável. A entrada pode ser uma pessoa, entidade ou obra. Pode incluir também entradas paralelas (DIRECTRICES..., 2001).

- Exemplos³:

Nome pessoal: Assis, Machado de, 1839-1908

Nome entidade: Universidade de Brasília

Obra: Brasil. Código Civil <2002>

→ **Área 2 – Nota de informação**

- Nota de informação inserida quando é necessário explicar a relação da entrada autorizada e as entradas remissivas ou relacionadas. São

³ Os dados dos exemplos foram retirados dos catálogos autoridade da Fundação Biblioteca Nacional e do catálogo da RVBI. E adaptados ao formato estabelecido pelas GARR.

notas mostradas ao público. Podem conter uma explicação sobre as relações entre duas ou mais entradas de nomes pessoais; breve história de uma organização falando sobre mudanças de nome, etc.; uma explicação da relação entre duas ou mais obras, ou entre partes da obra e a sua entrada geral, ou informações que tem como objetivo identificar a entidade que dirige (DIRECTRICES..., 2001).

→ **Área 3 – Referência “Ver”**

- A referência “Ver” mostra as relações entre as formas variantes da entrada autorizada e serve para guiar o usuário até a forma autorizada (DIRECTRICES..., 2001).

- Exemplo:

Assis, Machado de, (1839-1908)

< Assis, Joaquim Maria Machado de

→ **Área 4 – Referência “Ver também”**

- A referência “Ver também” mostra a relação da entrada autorizada com outras também autorizadas levando o usuário a consultar também essa outra entrada (DIRECTRICES..., 2001).

- Exemplo:

Tahan, Malba, (1895-1974)

<< Souza, Julio Cesar de Mello e, (1895-1974)

→ **Área 5 – Nota do catalogador**

- Essas notas não são normalmente exibidas ao público e servem como ajuda a quem cataloga. Notas sobre como a entrada autorizada deve ser usada, de onde as informações foram extraídas, quais regras foram aplicadas, etc. (DIRECTRICES..., 2001).

→ **Área 6 – Fonte**

- Identifica a agência catalogadora responsável pela entrada, as regras de catalogação que foram usadas e as datas (DIRECTRICES..., 2001).

→ **Área 7 – ISADN**

- Identifica a numeração ISADN, que como foi dito anteriormente teve sua implementação abandonada (DIRECTRICES..., 2001).

Domingues (2010) explica mais detalhadamente cada uma das áreas que compõe a estrutura do registro de autoridade, sua pontuação e outros elementos.

Quadro 1 – Determinações da GARR para os registros de autoridade (nome pessoal e entidade).

| Zona e pontuação | | Elementos | | Especificação dos Elementos | |
|------------------------------------|--------|---|---|---|--|
| Entrada autorizada | | Entrada autorizada (estabelecida pela agência de catalogação) | | PESSOA | Subelementos do nome: <ul style="list-style-type: none"> - Apelido (incluindo prefixos e nomes compostos) - Nome próprio - Patronímico (nome que designa uma filiação) - Epíteto - Nome dinástico Qualificadores: <ul style="list-style-type: none"> - Título nobiliárquico, distinções, forma de tratamento, etc. - Data de nascimento, morte, etc. - Outros qualificadores |
| | | | | INSTITUIÇÃO | Subelementos do nome: <ul style="list-style-type: none"> - Nome da Instituição - Nome da instituição de tutela - Nome da Instituição subordinada Qualificadores: <ul style="list-style-type: none"> - Nome geográfico - Data - Tipo de instituição - Outros qualificadores |
| | = | Entradas paralelas ou relacionadas | R | Nome alternativo (em particular, para países com mais de uma língua oficial) | |
| Notas informativas (públicas) | | | | - Explicações sobre a relação entre a entrada autorizada e as pistas - Informação útil à identificação do autor - História da instituição (alterações na designação, fusão com outras, mudanças de tutela, etc.) | |
| Referências <Ver> | < | Pistas | R | Variantes do nome, direccionando o utilizador para a entrada autorizada, que incluem: <ul style="list-style-type: none"> - Iniciais - Acrónimos - Forma completa - Forma invertida - Forma noutras línguas - Variantes na escrita - Variantes na transliteração, etc. (À pista pode seguir-se uma palavra ou frase, como por exemplo [acrónimo], explicitando a relação entre a entrada autorizada e a pista e entre esta e o tipo de referência; sempre que apropriado, as pistas devem estar por ordem alfabética) | |
| Referências <<Ver também>> | < < | Pistas | R | Variantes do nome, direccionando o utilizador para a entrada autorizada, que incluem: <ul style="list-style-type: none"> - Designações antigas e recentes das instituições - Nomes oficiais de pessoas e instituições - Pseudónimos usados como entradas autorizadas (À pista pode seguir-se uma palavra ou frase, como por exemplo [acrónimo], explicitando a relação entre a entrada autorizada e a pista e entre esta e o tipo de referência; sempre que apropriado, as pistas devem estar por ordem alfabética) | |
| Notas do catalogador (uso técnico) | | | R | Contém informação útil ao catalogador, para utilização e revisão das entradas autorizadas e para estabelecer entradas relacionadas, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> - Fontes de informação consultadas - Regras específicas aplicadas - Notas que limitam a utilização da entrada autorizada ou que diferenciam pessoas ou instituições com nomes idênticos - Justificação para a escolha da forma de entrada autorizada | |
| Fontes dos dados | | Agência bibliográfica | | - Sob forma reconhecida internacionalmente - Em caso de revisão, deve constar a designação da agência bibliográfica que a realizou - A referência à instituição que criou o registo pode ser dada na zona de notas do catalogador | |
| | , , | Regras de catalogação | R | Sob forma reconhecida internacionalmente | |
| | , | Data | | - Data de criação da entrada - Data da última revisão antecedita da abreviatura "rev." ou equivalente (caso exista) | |
| ISADN | | Número Internacional Normalizado de Dados de Autoridade | | - Número da entrada autorizada para efeitos de troca internacional de registos - Deve ser antecedido de ISADN - Ainda em discussão, pelo que se recomenda a utilização do número de controlo dos registos de autoridade da Agência Bibliográfica Nacional | |

Fonte: DOMINGUES (2010, p. 53).

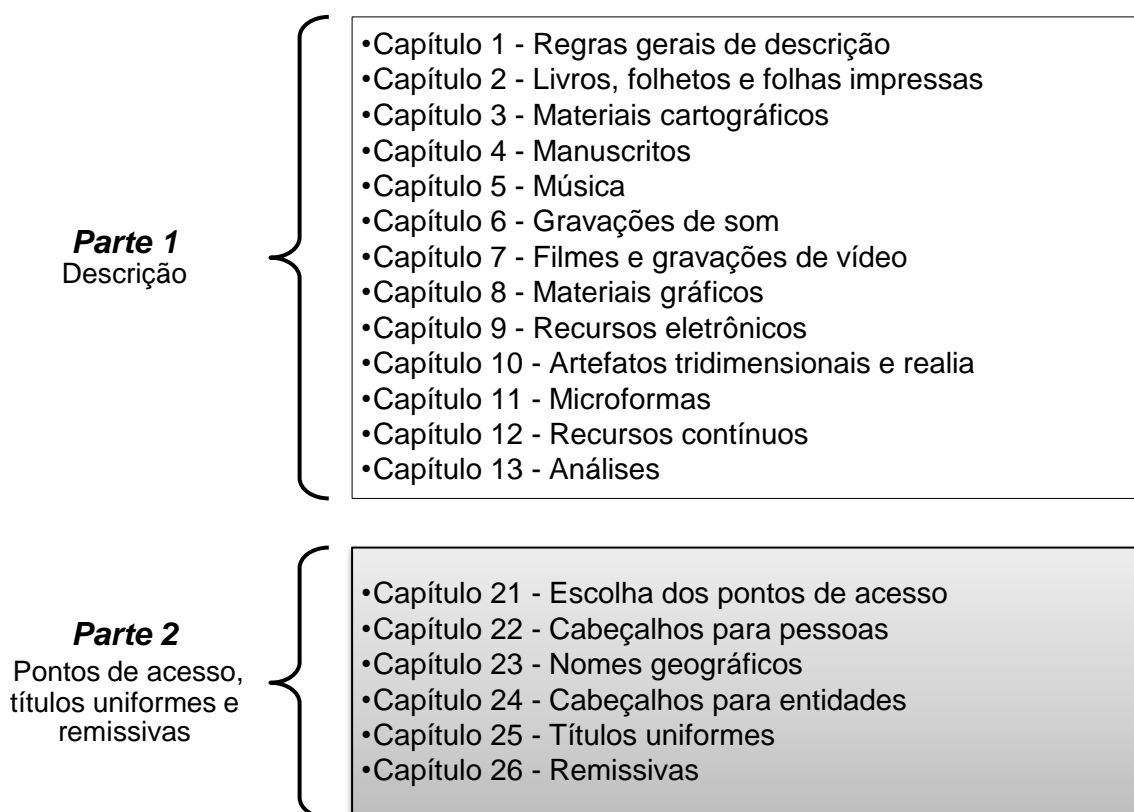
As GARR influenciaram o formato UNIMARC de autoridade, como foi dito anteriormente, o formato MARC 21 de autoridade mantém também alguns dos elementos apresentados como será visto na seção 2.6.3.

2.6.2 Código de Catalogação Anglo-Americano – 2ª edição (AACR2)

Normativas como a GARR fornecem diretrizes gerais para o trabalho dos catalogadores com os pontos de acesso, mas é o código de catalogação que trará as regras de como esses pontos devem ser escolhidos e construídos, variando de situação e recebendo influências da tipologia dos documentos. Essa seção apresentará o Código de Catalogação Anglo-Americano, em sua segunda edição, que é o código vigente na maioria dos centros de documentação brasileiros até o momento, chamada de AACR2. Será tratada aqui a parte sobre os pontos de acesso que são o foco desse trabalho e frisando-se o capítulo referente aos nomes pessoais.

Em 1967, a partir do que foi proposto na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, foi publicada a primeira edição das *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR), resultado do trabalho da *American Library Association* (ALA), *Canadian Library Association* e da *Library Association* (Inglaterra). O Brasil ganhou a primeira versão traduzida em 1969, chamado de Código de Catalogação Anglo-Americano. No ano de 1978, publicou-se a segunda edição (AACR2), que foi lançada no Brasil pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) em 1983 (volume 1) e 1985 (volume 2). O código recebeu várias atualizações e revisões de 1988 até 2005, porém a nova tradução brasileira só foi publicada em 2004, baseada na revisão de 2002. (CÓDIGO..., 2004; MEY; SILVEIRA, 2009)

O AACR2 fornece regras para a “[...] elaboração de catálogos e outras listas em bibliotecas gerais de todos os tamanhos. [...] As regras incluem a descrição e a provisão de pontos de acesso para todos os materiais de biblioteca [...]” (CÓDIGO..., 2004, p. 1). O código é estruturado em duas partes, a primeira parte se refere à descrição bibliográfica dos variados tipos de documentos e a segunda trata dos pontos de acesso que não são de assunto (MEY; SILVEIRA, 2009).

Figura 4 - Divisão dos capítulos da AACR2.

Fonte: Elaboração própria com base no Código de Catalogação Anglo-Americano (2004).

Após descrever um item seguindo as regras tratadas na Parte 1 são acrescentados os pontos de acesso, utilizando as regras contidas na Parte 2, criando-se assim entradas nos catálogos. O capítulo 21, como o título sugere, trata das regras que decidirão a escolha dos pontos de acesso, os principais e os secundários. E o capítulo 22 determina as regras nas entradas para nomes pessoais, o 23 as regras para nomes geográficos, o 24 traz regras para quando tratar de nomes de entidades, o 25 para títulos uniformes, e por fim, o 26 trata das remissivas. Além dos capítulos mostrados acima, possui ainda seis apêndices: (A) maiúsculas e minúsculas; (B) abreviaturas; (C) numerais; (D) glossário; (E) artigos iniciais; (F) apêndice à edição brasileira (CÓDIGO..., 2004).

O capítulo 21 traz regras introdutórias acerca das entradas principais e secundárias e da fonte usada para que se determine o cabeçalho. Abrange também regras gerais para entradas de autor pessoal, de entidade e de título. Ocupa-se de guiar os procedimentos em caso de mudanças no título principal e/ou dos responsáveis por uma obra. Determina como deve ser a escolha dos pontos de acesso para obras com única responsabilidade, de responsabilidade mista, de

autoria desconhecida, compartilhada, de coletâneas etc. Estabelecendo regras também para pontos de acesso em determinados tipos de documentos (obras musicais, gravações de som, leis, tratados, obras litúrgicas). Fornece, ainda, regras gerais e específicas para as entradas secundárias entre outras recomendações.

Já o capítulo 22 explica sobre os cabeçalhos para nomes pessoais em duas partes: a primeira parte se dedica a como será feita a escolha do nome e a segunda trata da forma que será assumida a partir do nome escolhido, questões como o nome é tratado na língua do autor; criar a entrada pelo sobrenome etc. (MEY; SILVEIRA, 2009). Apresentam-se abaixo, brevemente, algumas regras contidas no capítulo para cabeçalhos para pessoas.

As regras quanto à **escolha do nome** abrangem: a regra geral (22.1) que estabelece a “escolha, como base do cabeçalho para uma pessoa, o nome pelo qual é geralmente conhecida [...]” (CÓDIGO..., 2004, p. 22-3); a escolha entre nomes diferentes (22.2), que trata do nome predominante (22.2A), pseudônimos (22.2B) e mudanças de nome (22.2C); a escolha entre formas diferentes de um mesmo nome (22.3) que estipula as escolhas sobre a extensão (22.3A), a língua (22.3B), nomes escritos em alfabeto não latino (22.3C) e a grafia (22.3D) (CÓDIGO..., 2004).

Quanto ao **elemento de entrada** tem-se: a regra geral (22.4) que propõe no caso do nome ser composto de várias partes, selecionar a mais comumente utilizada nas listas alfabéticas autorizadas; inclui regras também para entrada pelo sobrenome (22.5); pelo título de nobreza (22.6); pelo prenome (22.8); por outros nomes (22.9); por iniciais, letras ou numerais (22.10); entrada por frase (22.11) (CÓDIGO..., 2004).

Há regras também quanto aos **acréscimos aos nomes**: abordando possíveis acréscimos que os nomes podem ter, como títulos de nobreza (22.12), adicionar a palavra “santo” quando tratar-se de santos cristãos (22.13); ou o termo “espírito” quando tratar de comunicação de um espírito (22.14); para distinguir nomes idênticos são acrescentadas datas (22.17), como ano de nascimento e morte; ou formas mais completas dos nomes (22.18) (CÓDIGO..., 2004).

As **regras especiais para nomes em determinadas línguas**: nomes em línguas não latinas e não europeias, mas escritos em alfabeto latino, como no caso de nomes no alfabeto árabe (22.22); nomes chineses (22.24); índicos (22.25); indonésios (22.26), entre outros. Para nomes em língua portuguesa deve-se consultar o Apêndice F, que reúne informações sobre como são estruturados os

nomes e contém exemplos das particularidades para nomes brasileiros (CÓDIGO..., 2004).

O capítulo 26 trata das remissivas, trazendo primeiro a regra geral (26.1), e em seguida a parte 26.2 trata das remissivas “ver” e “ver também” para nomes de pessoas que é de maior interesse para esse estudo.

A parte 26.2A trata do estabelecimento de remissivas ver para **nomes diferentes**, como por exemplo, remissivas do nome verdadeiro para o pseudônimo (e vice-versa), para nome secular, nome religioso, nome anterior e posterior; para **formas diferentes do nome**, como nome com diferenças na extensão, do nome por extenso para as iniciais, línguas diferentes, ortografia diferente e latinização; para **elementos diferentes de entrada**, sendo elementos diferentes de um nome composto, parte do sobrenome seguido de prefixos, prenome de pessoa sem sobrenome, alcunha, pessoa como santo, nome de família, entre outras. (CÓDIGO..., 2004).

Já a parte 26.2C trata das remissivas “ver também”, que devem ser feitas nos seguintes casos: se as obras de uma pessoa tiverem entradas sob dois cabeçalhos e se houver entradas sob o nome de uma pessoa desconhecida e sob uma pessoa desconhecida que inclua parte do nome da pessoa conhecida. E se forem necessárias orientações mais detalhadas devem ser feitas remissivas explicativas (26.2D) (CÓDIGO..., 2004).

2.6.3 Formato MARC 21 para dados de autoridade

O desenvolvimento tecnológico na década de 1960 atingiu também as áreas da catalogação. Em 1966, a *Library of Congress* (LC) desenvolveu o formato *Machine Readable Cataloging* ou MARC, como é mais conhecido. O MARC é um padrão “[...] para entrada e manuseio de informações bibliográficas em computador [...]” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 77), que tem como principal objetivo possibilitar intercâmbio desses dados.

Em 1968, foi lançado o MARC II, trabalho conjunto da LC e da *British Library*, base para versões adaptadas do formato, como por exemplo, o CAN/MARC (Canadá), o IBERMARC (Espanha), o CALCO (Brasil) e outros. Segundo Mey e Silveira (2009) existiam vinte variações na década de 1970, e com a existência de

tantas variações do formato percebeu-se a necessidade da criação de um formato internacional. Visto isso, em 1976 foi criado o UNIMARC (Universal MARC), mesmo assim até hoje existem formatos MARC variantes. (MORENO, 2006; MEY; SILVEIRA, 2009)

Em 1999, foi publicado o MARC 21 (assim nomeado por causa do século XXI), resultado da união dos formatos USMARC e CAN/MARC. Adotado pela British Library e pela Biblioteca Nacional da Alemanha em 2004 (TAYLOR; JOUDREY, 2009), o MARC 21 é composto por uma família de cinco formatos para diferentes dados: autoridades, bibliográfico, coleções, classificação e informação não bibliográfica para a comunidade.

Todas as informações desse ponto em diante foram retiradas da página na Internet que explica o formato e seu uso⁴ e das que apresentam os campos⁵ mantidas pela *Library of Congress*, a não ser que seja indicado de outra maneira.

Os registros de autoridade contêm formas padronizadas dos pontos de acesso, sejam eles referentes a pessoas, entidades, eventos, assunto etc., o formato MARC 21 para dados de autoridade fornece um padrão para os variados tipos de pontos de acesso. Um registro de autoridade no formato MARC 21 é formado por três partes: cabeçalhos, referências cruzadas e notas. Os **cabeçalhos** são as formas padronizadas dos pontos de acesso. As **referências cruzadas** direcionam o usuário da forma variante para a forma autorizada e as **notas** fornecem informações sobre a entrada autorizada, fontes consultadas etc.

Ainda quanto à estrutura dos registros de autoridade têm-se três principais componentes: o líder, o diretório e os campos variáveis. O **líder** contém informações para o processamento do registro, é preenchido com números ou valores codificados identificados por suas posições, é o primeiro campo em um registro de autoridade e possui vinte e quatro posições de caracteres. O **diretório** é uma série de entradas com 12 posições e é gerado automaticamente pelo computador. E os **campos variáveis**, que são de dois tipos, os campos de controle (são os 00X) e os campos de dados, como por exemplo, o campo 100 explicado na Figura 5. Os campos de dados são divididos em grupos de acordo com a área a que se referem:

⁴ LIBRARY OF CONGRESS. **Understanding MARC authority records**: machine-readable cataloging. c2004. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/uma/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

⁵ LIBRARY OF CONGRESS. **MARC 21 format for authority data**: table of contents. 1999 Edition Update No. 1 (October 2001) through Update No. 17 (September 2013). Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/authority/ecadhome.html>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

Quadro 2 – Grupo de campos e as áreas que representam

| Campos | Áreas |
|---------------|--|
| 00X | Números normalizados, número de chamada, códigos |
| 1XX | Cabeçalhos (autorizados e de referência) |
| 2XX | Referências complexas “Ver” |
| 3XX | Referências complexas “Ver também” |
| 4XX | Pistas “Ver” |
| 5XX | Pistas “Ver também” |
| 6XX | Notas |
| 7XX | Entradas de ligação |
| 8XX | Gráficos alternativos |
| 9XX | Implementação local |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Library of Congress (c2004).

Os registros no formato MARC 21 são divididos logicamente em **campos de dados**, nos registros de autoridade existem campos para cabeçalhos, para as referências cruzadas, para as notas etc. Como o nome de um campo pode ser longo, ele é representado por **tag** (ou etiqueta) composta por três dígitos, que servem então para identificar o campo dentro do registro indicando os tipos de dados que estarão ali preenchidos. Cada **tag** é acompanhada por duas posições que são os **indicadores**. Os campos são divididos em **subcampos**, que é cada tipo de dado dentro do campo. Os subcampos são indicados pelos **códigos de subcampos** que são representados por um símbolo gráfico (\$, _, @, etc.) e uma letra minúscula (ou, em alguns casos, números). (LIBRARY OF CONGRESS, c2004)

São feitos também paralelos com relação aos conteúdos dentro dos grupos de campos 1XX, 4XX, 5XX e 7XX, o que quer dizer que os últimos dígitos das tags ajudam a identificar que tipo de dado está ali registrado. Por exemplo, o campo 100 trata de nome pessoal, os campos 400 e 500 também são referentes a pessoas, pois tem os dois últimos dígitos “00”. Outro exemplo, o campo 110 é referente ao cabeçalho autorizado para entidade, então os campos 410 e 510 serão respectivamente, pista “ver” para entidade e a pista “ver também” para entidades, o que é indicado pelos números “1” e “0” do final (LIBRARY OF CONGRESS, c2004).

Quadro 3 – Dígitos x Conteúdo

| Dígitos (da tag) | Conteúdo |
|-------------------------|------------------------|
| X00 | Nomes pessoais |
| X10 | Nomes de entidade |
| X11 | Nomes de evento |
| X30 | Títulos uniformes |
| X48 | Termos cronológicos |
| X50 | Termos tópicos |
| X51 | Nomes geográficos |
| X58 | Termos de gênero/forma |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Library of Congress (c2004).

Como foi dito, as GARR influenciaram na composição dos formatos de autoridade como o UNIMARC (HERRERO PASCUAL, 1999). O formato MARC 21 possui uma estrutura semelhante ao que é proposto pelas GARR quanto à apresentação dos registros, o que significa dizer que as áreas previstas pelo GARR encontram correspondência nos campos estipulados pelo padrão.

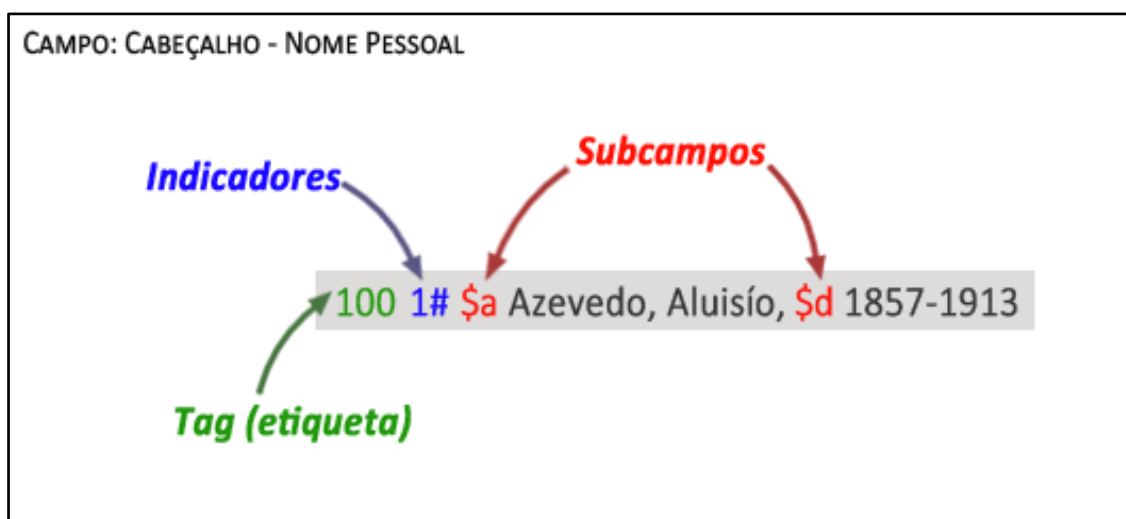
Quadro 4 – Áreas da GARR x Campos MARC 21 de dados de autoridade

| GARR - Áreas | MARC 21 – Campos |
|----------------------------|------------------------------------|
| 1. Entrada autorizada | 100, 110, 111, 130, 150, 151, etc. |
| 2. Nota de informação | 663, 664, 665, 666, etc. |
| 3. Referência “Ver” | 400, 410, 411, 430, 450, 451, etc. |
| 4. Referência “Ver também” | 500, 510, 511, 530, 550, 551, etc. |
| 5. Nota do catalogador | 667, 670, 675, 678, 680, etc. |
| 6. Fonte | 040 |
| 7. ISADN | 022 |

Fonte: Elaboração própria baseado no quadro de Herrero Pascual (1999, p. 129).

O Quadro 4 é baseado no trabalho de Herrero Pascual (1999) e procura exemplificar a relação das áreas da GARR com alguns dos campos no formato MARC 21.

A Figura 5 exemplifica de forma mais clara a estrutura de um campo no formato de autoridade.

Figura 5 - Estrutura do campo 100 no formato MARC 21 de autoridade.

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do catálogo de autoridades da Fundação Biblioteca Nacional.

No exemplo acima, tem-se o campo “Cabeçalho – Nome Pessoal” que contém a forma autorizada de um nome pessoal. O campo é representado pela *tag* “100”. O primeiro indicador, preenchido com “1” indica que a entrada é feita pelo sobrenome, já o segundo indicador “#” significa indefinido e indica que a posição não está sendo usada. O primeiro subcampo, representado pelo delimitador “\$” e a letra “a” informa que os dados ali inseridos tratam do nome pessoal, no exemplo, o nome do autor Aluísio Azevedo, mas como o primeiro indicador apontou, com a entrada feita pelo sobrenome. O segundo subcampo, representado pelo delimitador “\$” e a letra “d” refere-se a datas associadas ao nome, no caso as datas de nascimento e morte do autor. (LIBRARY OF CONGRESS, 2013)

É importante lembrar que nos campos e nos subcampos existem códigos sobre repetitividade, que são para repetitivos (R) ou não repetitivos (NR). Se o campo ou subcampo for repetitivo poderá haver mais de um dentro do campo ou registro. E caso seja não repetitivo existirá somente um no registro.

Após conhecer a estrutura do formato MARC 21 de autoridade, serão apresentados alguns dos campos utilizados em registros para autores pessoais devido aos objetivos desse trabalho.

Campo 100 (Cabeçalho – Nome Pessoal) – NR: Contém a forma do nome pessoal a ser usada.

Campo 400 (Pista “Ver” – Nome Pessoal) – R: Contém a pista “ver” para um nome pessoal, é usado para guiar o usuário, de uma forma não autorizada para a autorizada estabelecida no campo 100.

Campo 500 (Pista “Ver também” – Nome Pessoal) – R: Contém a pista “ver também”, sendo usada para traçar a referência entre um nome pessoal autorizado para outro cabeçalho relacionado também autorizado.

Campo 670 (Fonte positiva) – R: Citação de uma fonte consultada onde foram encontradas informações sobre o cabeçalho autorizado ou relacionado, cada fonte é preenchida em um 670 separado.

Campo 675 (Fonte negativa) – NR: Identificam fontes que foram consultadas, porém não continham informações sobre o cabeçalho.

Campo 678 (Dados biográficos ou históricos) – NR: Contém um resumo das informações biográficas ou históricas referentes ao cabeçalho autorizado (campo 100). Normalmente é escrito de uma forma que pode ser exibida para o público. (LIBRARY OF CONGRESS, 2013)

Nesse tópico foi apresentado de forma breve o formato MARC 21 para dados de autoridade, a fim de demonstrar outra das ferramentas desenvolvidas para auxiliar na construção e intercâmbio de registros de autoridade, e por consequência, permitir o controle de autoridade.

2.6.4 *Functional Requirements for Authority Data (FRAD)*

Derivado dos estudos dos FRBR, surge um novo modelo conceitual chamado *Functional Requirements for Authority Data*, ou Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD), ocupando-se dos pontos de acesso (MEY; SILVEIRA, 2009). Foi exposto, em tópico anterior (ver 2.4), sucintamente sobre a história do FRAD, assim sendo focou-se nessa seção sua estrutura e componentes.

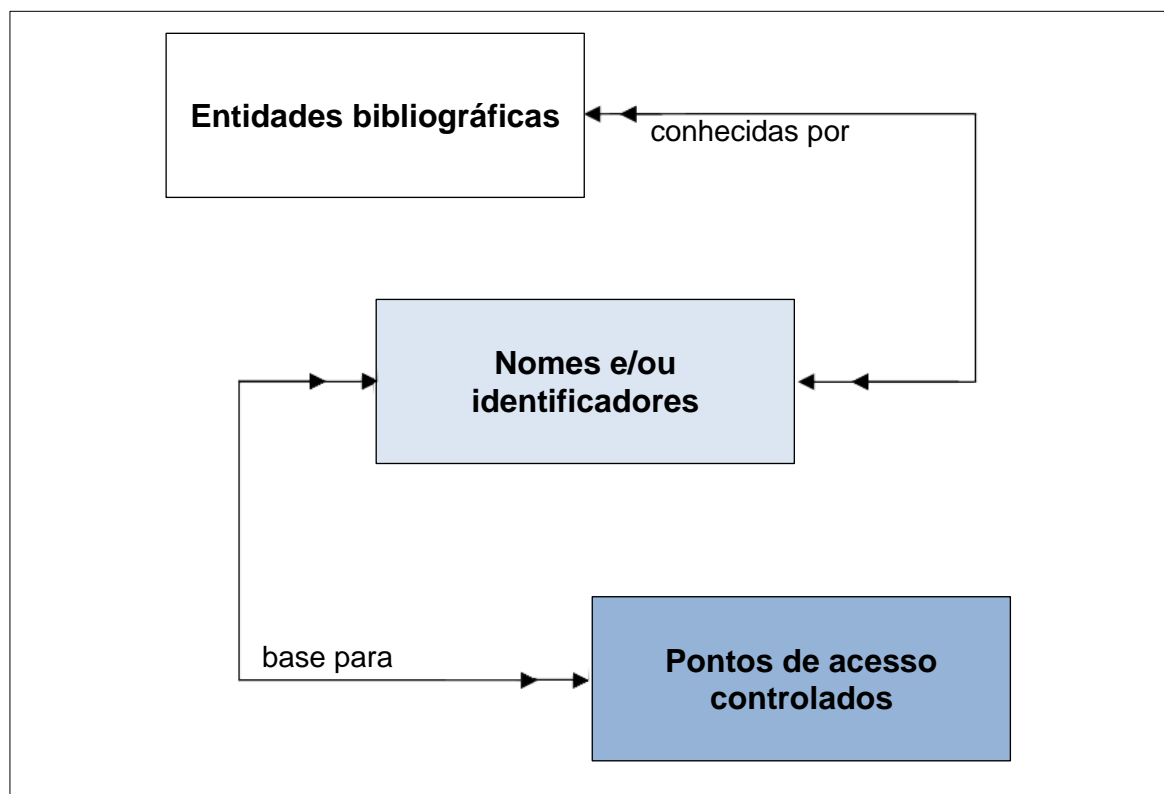
Esse modelo conceitual tem como objetivo principal “proporcionar um marco para a análise dos requisitos funcionais do tipo de dados de autoridade, necessário como base do controle de autoridade e do intercâmbio internacional de dados de autoridade” (REQUISITOS..., 2009, p. 8, tradução nossa).

O modelo está fundamentado na metodologia entidade-relacionamento, onde primeiro se identifica os objetos chave ou entidades que interessam aos usuários, e a partir daí utilizam esses como “ponto central para a coleta de dados” (REQUISITOS..., 2009, p. 11, tradução nossa), e mostra-se o relacionamento entre as entidades. E o passo seguinte é determinar quais são os atributos ou características de cada entidade. (REQUISITOS..., 2009)

Moreno e Márdero Arellano (2005, p. 26) entendem entidade como “uma “coisa” ou um “objeto” no mundo real que pode ser identificada de forma unívoca em relação a todos os outros objetos.” Atributos, como dito acima, são as características das entidades ou as “propriedades descritivas de cada membro de um conjunto de entidades” (MORENO; MÁRDERO ARELLANO, 2005, p. 26). E um relacionamento “é uma associação entre uma ou várias entidades” (CHEN, 1990, p. 21-24 apud MORENO; MÁRDERO ARELLANO, 2005, p. 26).

A base para o FRAD é ilustrada no diagrama entidade-relacionamento abaixo:

Figura 6 – Base do modelo conceitual FRAD.



Fonte: REQUISITOS (2009, p. 13, tradução nossa). Adaptado.

Explicando o diagrama apresentado na Figura 6, as **entidades bibliográficas** são conhecidas por **nomes e/ou identificadores** que na catalogação, são usadas como base para formular os **pontos de acesso controlados** (REQUISITOS..., 2009).

O FRAD identificou dezesseis entidades de interesse do usuário, baseando-se em documentos como: os FRBR, as GARR, o manual do Unimarc do formato de autoridade, os MLAR, *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families* (ISAAR(CPF)). (MEY; SILVEIRA, 2009; ASSUMPÇÃO, 2012)

Quadro 5 – Entidades do FRAD e suas respectivas definições.

| Entidade | Definição |
|----------|---|
| Pessoa | Um indivíduo, uma personalidade ou uma identidade criada ou adotada por um indivíduo ou grupo. Inclui indivíduos reais, personalidades criadas ou adotadas por um indivíduo por meio do uso de mais de um nome, personalidades criadas ou adotadas conjuntamente por dois ou mais indivíduos, personalidades criadas ou adotadas por um grupo, etc. |

| | |
|--------------------------|---|
| <i>Família</i> | Duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, união civil ou status legal similar, ou que se apresentem como uma família. Inclui famílias reais, dinastias, casas da nobreza, patriarcas, matriarcas, grupos de indivíduos que compartilham uma linhagem ancestral comum, detentores sucessivos de um título de uma casa de nobreza considerados coletivamente, etc. |
| <i>Entidade coletiva</i> | Uma organização ou grupo de pessoas e/ou organizações identificadas por um determinado nome que atuam como uma unidade. Inclui grupos ocasionais e grupos que são constituídos como reuniões, conferências, congressos, expedições, exposições, festivais, feiras, etc., grupos de apresentação musical, grupos de artistas visuais e companhias de dança produzindo uma obra coletiva, organizações que atuam como autoridades territoriais, exercendo ou reivindicando o exercício das funções de governo sobre um determinado território, tal como uma federação, um estado, uma região, um município, etc., organizações e grupos fictícios, bem como os extintos e os que continuam funcionando. |
| <i>Obra</i> | Uma distinta criação intelectual ou artística. Inclui textos, obras musicais, obras gráficas, obras fotográficas, obras de imagem em movimento, obras cartográficas, obras tridimensionais, dados e programas de computador, obras legais, obras religiosas, coleções e compilações de obras bem como obras individuais, obras componentes, etc. |
| <i>Expressão</i> | A realização intelectual ou artística de uma obra na forma alfanumérica, musical, notação coreográfica, som, imagem, objeto, movimento, etc., ou qualquer combinação de tais formas. Inclui específicas palavras, sentenças, parágrafos, etc. que resultam da realização de uma obra na forma de um texto; inclui notas particulares para uma obra musical, específicas sequências de imagens em movimento que estão disponíveis em uma dada versão de uma obra cinematográfica, etc. |
| <i>Manifestação</i> | A materialização da expressão de uma obra. Inclui manifestações na forma de livros, periódicos, mapas, pôsteres, gravações de som, filmes, gravações de vídeo, DVDs, CD-ROMs, kit multimídia, arquivos PDF, arquivos MP3, etc. |
| <i>Item</i> | Um único exemplar de uma manifestação. Inclui itens que compreendem um único objeto físico e itens que compreendem mais de um objeto físico. |
| <i>Conceito</i> | Uma noção abstrata ou ideia. Inclui campos do conhecimento, disciplinas, escolas de pensamento, filosofias, religiões, ideologias políticas, teorias, processos, técnicas, práticas, categorias de pessoas, populações, espécies biológicas, classes de objetos, etc. Nota: Para os propósitos do FRAD, as entidades que são categorizadas como conceitos são relevantes somente no contexto de arquivos de autoridade de assunto. |
| <i>Objeto</i> | Uma coisa material. Inclui objetos inanimados, objetos animados que ocorrem na natureza, mas que não sejam seres humanos (por exemplo, animais, plantas, etc.), objetos fixos, móveis e em movimento que são produtos da criação humana e objetos que ainda não existem. A nota dada à definição de Conceito também se aplica a de Objeto. |

| | |
|-----------------------------------|--|
| <i>Evento</i> | Uma ação ou ocorrência. Inclui eventos históricos e pré-históricos, bem como eventos atuais e futuros, reuniões, eventos esportivos, expedições, amplos períodos de tempo como épocas e eras, períodos do tempo definidos em relação a movimentos históricos, culturais, artísticos, filosóficos, etc. Nota: As entidades que são categorizadas como eventos, mas que não têm função como entidades coletivas são relevantes somente no contexto de arquivos de autoridade de assunto. |
| <i>Lugar</i> | Um local. Inclui locais terrestres e extraterrestres, locais históricos e pré-históricos, bem como locais contemporâneos e futuros, características geográficas, jurisdições geopolíticas, etc. |
| <i>Nome</i> | Um caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelo qual uma entidade é conhecida no mundo real. Inclui nomes pelos quais pessoas, famílias e entidades coletivas são conhecidas, títulos pelos quais obras, expressões, manifestações e itens são conhecidos, nomes e termos pelos quais conceitos, objetos, eventos e lugares são conhecidos. Inclui também nomes reais, pseudônimos, nomes religiosos, iniciais e letras, numerais ou símbolos separados, prenomes, nomes familiares (ou sobrenomes), nomes de famílias, clãs, dinastias, casas de nobreza, nomes utilizados por uma entidade coletiva em vários períodos de sua história, nomes de associações, instituições, organizações não governamentais, conferências, congressos, exposições, feiras, eventos esportivos, etc. |
| <i>Identificador</i> | Um número, código, palavra, frase, etc. que é unicamente associado a uma entidade, e serve para diferenciar essa entidade de outras no domínio em que o identificador é atribuído. Inclui números atribuídos por autoridades governamentais e outras autoridades. Inclui identificadores atribuídos a entidades coletivas (por exemplo, prefixo da editora utilizado no ISBN), ao conteúdo (por exemplo, ISRC, ISWC, ISAN), a manifestações (por exemplo, ISBN, ISSN), a itens (por exemplo, número de chamada), etc. |
| <i>Ponto de acesso controlado</i> | Um nome, termo, código, etc. sob o qual um registro bibliográfico ou de autoridade será encontrado. Inclui os pontos de acesso designados como autorizados ou preferidos e as formas variantes. Inclui pontos de acesso baseados em nomes de pessoas, famílias, entidades coletivas, obras, expressões, manifestações, itens, conceitos, objetos, eventos e lugares. Inclui também os pontos de acesso baseados em identificadores (número normalizados, etc.) e pontos de acesso nome/título (ponto de acesso que representa uma obra, combinando o nome do criador e o título da obra). Elementos que são adicionados aos nomes, com o propósito de distinguir entidades com nomes similares, também são incluídos. |
| <i>Regras</i> | Um conjunto de instruções relacionadas à formulação e/ou ao registro de pontos de acesso controlados. Inclui regras de catalogação, interpretações dessas regras e convenções de codificação. |
| <i>Agência</i> | Uma organização responsável pela criação ou modificação de um ponto de acesso controlado. A agência é responsável pela aplicação e interpretação das regras por ela utilizadas. Inclui bibliotecas, agências bibliográficas nacionais, consórcios, museus, arquivos, organizações gerenciadoras de direitos, etc. |

Cada entidade possui uma série de atributos, que são resultado de estudos dos dados identificados ou definidos nos documentos que já foram citados acima (FRBR, GARR, etc.), e ilustrou-se na figura abaixo os atributos da entidade pessoa:

Figura 7 – Entidade “Pessoa” e seus atributos.



Fonte: Elaboração própria com base em Mey e Silveira (2009, p. 40).

Na figura acima, tem-se o exemplo da entidade “Pessoa” e os atributos definidos pelo FRAD, apesar de alguns deles terem sido absorvidos dos FRBR. Pode-se observar que alguns atributos tratam tanto de datas, locais, como de profissões e línguas associadas à pessoa.

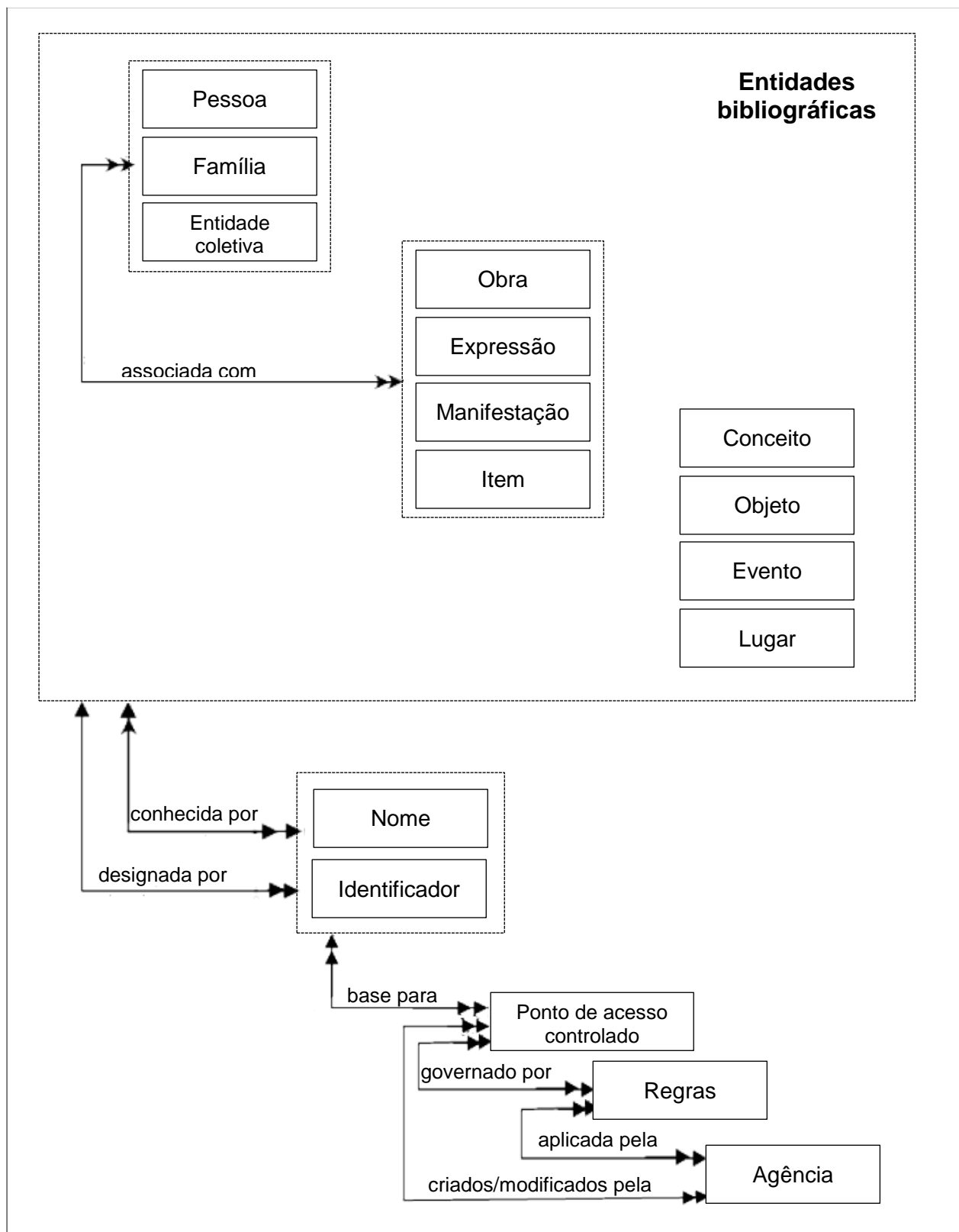
As **datas associadas à pessoa** se referem a datas como as de nascimento e falecimento da pessoa, o período em que ela exerceu suas atividades; **títulos da pessoa** podem ser títulos de nobreza, cargo, eclesiásticos, e até mesmo termos de tratamento; **gênero** trata do gênero pelo qual a pessoa se identifica; **lugar de nascimento** e **lugar de falecimento** seriam os locais (cidade, estado país) onde a pessoa nasceu e morreu, respectivamente; **país** é o lugar em que a pessoa se identifica; **lugar de residência** é o local onde reside ou residiu a pessoa e **endereço** é o endereço do local, pode ser da residência ou do trabalho, endereço de e-mail, número de telefone, ou ainda o endereço de *site* na Internet da pessoa, sobre ela ou relacionada a ela; **filiação institucional** trata de grupo ou pessoa jurídica ao qual a

pessoa esteja afiliada, pode ser de trabalho, identidade cultural, etc.; **idioma da pessoa** é a língua usada pela pessoa na expressão; **campo de atividade** de trabalho, de conhecimento, etc. a que a pessoa se dedica; **profissão/ocupação** é a atividade profissional; **biografia/história** informações sobre a vida ou sobre a história da pessoa (REQUISITOS..., 2009; MEY; SILVEIRA, 2009).

O FRAD apresenta também vários tipos de relacionamento entre as entidades. Assumpção (2012) afirma que os relacionamentos estão divididos em quatro grupos:

[...] relacionamentos em um nível genérico entre as entidades do modelo; relacionamentos entre pessoas, famílias, entidades coletivas e obras; relacionamentos entre nomes e pessoas, famílias, entidades coletivas e obras; e relacionamentos entre pontos de acesso controlados. (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 48)

O relacionamento mais genérico é retratado abaixo na Figura 6, exibindo as relações entre cada uma das entidades previamente apresentadas.

Figura 8 – Modelo conceitual para dados de autoridade

Fonte: MEY; SILVEIRA, 2009, p. 47. Adaptado.

Como já foi dito, a Figura 8 mostra a relação entre as entidades. Na parte de cima do diagrama, têm-se as entidades bibliográficas relacionando-se com outras

entidades e com nome e identificador (na parte de baixo). O nome ou o identificador servem de base para a construção dos pontos de acesso controlados, e esses podem ser regulamentados pelas regras aplicadas pela agência, e também são criados e modificados pelas agências. (REQUISITOS..., 2009)

Taylor e Joudrey (2009) afirmam que semelhante aos FRBR, o FRAD é centrado no usuário (os criadores dos registros de autoridade e os usuários finais), já que os dados que estarão nos registros devem ser os que atendem as demandas dos usuários. Visto isso, são determinadas as tarefas realizadas pelos usuários que são: encontrar, identificar, situar e justificar (MEY; SILVEIRA, 2009).

- **encontrar** uma entidade ou conjunto de entidades correspondentes a um critério determinado, ou explorar o universo de entidades bibliográficas utilizando seus atributos e relações;
- **identificar** uma entidade ou validar a forma do nome a ser usado como ponto de acesso controlado;
- **situar** uma pessoa, uma entidade coletiva, uma obra etc. em determinado contexto; esclarecer a relação entre duas ou mais pessoas, entidades coletivas, obras etc. e um nome pelo qual esta pessoa, entidade coletiva etc. é conhecida;
- **justificar**, indicando a fonte na qual se baseia o ponto de acesso controlado, a razão da escolha do nome ou de sua forma pelo criador do dado de autoridade. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 39, grifo do autor)

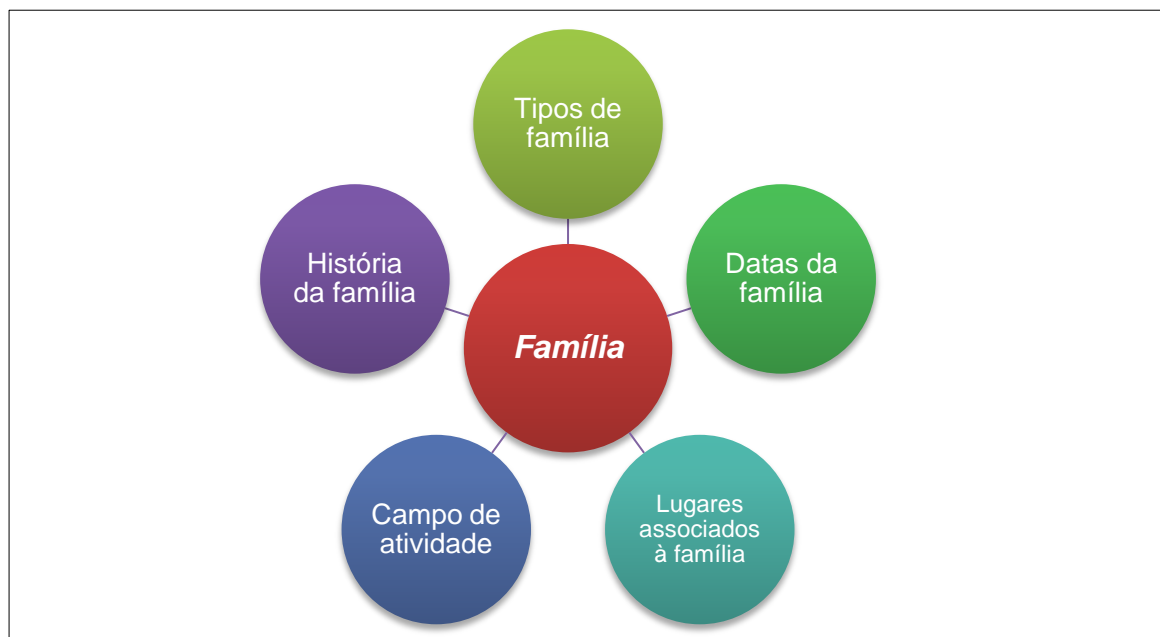
O RDA trata dos pontos de acesso controlados com base no FRAD. Embora seja de grande importância o estudo do novo código, os objetivos desse trabalho não visaram o aprofundamento nesse tema. Porém, é de conhecimento a utilização do RDA no controle de autoridade, tanto a inserção de novos campos no formato MARC 21 de autoridade para abrigar os tipos de dados indicados, como a sua implementação no Brasil na Universidade de Caxias do Sul (VOTTO, 2013).

2.6.4.1 Entidade: Família

A entidade bibliográfica “Família” trata do relacionamento de duas ou mais pessoas “por nascimento, casamento, adoção, união civil ou situação legal similar, ou que se apresentem como uma família” (REQUISITOS..., 2009, p. 18, tradução

nossa). Essa entidade também possui atributos que a caracterizam, apresentados na figura abaixo.

Figura 9 – Entidade “Família” e seus atributos.



Fonte: Elaboração própria com base nos REQUISITOS... (2009, p. 29-30, tradução nossa).

Quanto aos atributos da entidade família tem-se, como apresentado na Figura 9, os **tipos de família** que é “a categorização ou descritor genérico para o tipo de família” (REQUISITOS..., 2009, p. 29, tradução nossa), como por exemplo, dinastia, clã, patriarcado, etc.; as **datas da família** são datas relacionadas à família; os **lugares associados à família** tratam de informações sobre locais onde a família reside/residiu ou local que tem alguma ligação com a mesma; o **campo de atividade** trata do ramo de trabalho, área de conhecimento a que a família se dedica/dedicou; a **história da família** são informações sobre a história da entidade. (REQUISITOS..., 2009)

Além dos atributos a entidade família se relaciona com as outras entidades e vice-versa. Tratou-se principalmente do seu relacionamento com a entidade pessoa, chamada de **relação de pertencimento** que decorre da relação entre uma pessoa e a família da qual faz parte. Segundo os Requisitos... (2009, p. 48, tradução nossa) essa relação “é expressa através das ligações entre os nomes autorizados dados a cada entidade (referência ver também) e notas de informação”.

Existem também outros relacionamentos entre entidades que trazem relações de parentesco, porém trata-se de relacionamento entre entidade pessoa-pessoa, considerou-se relevante ao estudo citá-las nesse tópico também. Essas relações

são a **relação de irmandade** e a **relação pai/filho**. A relação de irmandade é a relação entre duas pessoas que tem os mesmos pais (ou pelo menos um dos genitores em comum). E a relação pai/filho que trata da relação entre duas pessoas onde uma é um dos pais e a outra é o filho. Segundo o FRAD, esses dois relacionamentos são raramente demonstrados nos registros de autoridade (REQUISITOS..., 2009).

No próximo tópico serão tratados os procedimentos metodológicos para a realização desse estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, a caracterização do estudo feito, o plano de pesquisa, a caracterização do ambiente onde foi realizada a análise, os critérios para a seleção dos registros de autoridade e os procedimentos para sua análise.

3.1 Caracterização da pesquisa

Esse tópico esclarece o tipo de pesquisa realizada, pesquisa aqui sendo entendida como a “ação metódica ou investigação através da qual se busca uma resposta a um problema de natureza científica” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 98). Appolinário (2006), Gerhardt e Silveira (2009) e outros classificam de formas diferentes as categorias de pesquisas. Optou-se então por adotar as seis classes propostas por Appolinário (2006) que são: natureza, finalidade, tipo, estratégia, temporalidade e delineamento. No entanto, por não se aplicarem ao estudo apresentado foram desconsideradas as duas últimas classes citadas.

Quanto à natureza, esse trabalho é predominantemente qualitativo, pois a pesquisa qualitativa, segundo Firestone (1987, apud APPOLINÁRIO, 2006, p. 61) tem como finalidade “compreender melhor os fenômenos”. Na abordagem qualitativa, existe mais subjetividade do que em pesquisas quantitativas (fatos mensuráveis, dados analisados estatisticamente), pois a análise e coleta de dados são influenciadas pela forma como o pesquisador entende o fenômeno estudado. (APPOLINÁRIO, 2006). Visto isso, o fenômeno que se buscou compreender é como no controle de autoridade feito pela Rede RVBI a entidade família, seus atributos e relações com a entidade pessoa são demonstrados nos registros de autoridade.

A compreensão do controle de autoridade no contexto de uma rede de bibliotecas e seu possível relacionamento com os aspectos levantados pelo FRAD visam contribuir para o estudo do tema. Caracterizando-se assim como uma pesquisa de finalidade básica, já que o objetivo desta é colaborar para a geração de novos conhecimentos científicos, se contrapondo à pesquisa aplicada que tem como

alvo a solução de um problema específico, ou o desenvolvimento de produtos. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35; APPOLINÁRIO, 2006, p. 62).

Ao analisar registros de autoridade na RVBI esse estudo se caracteriza quanto ao seu tipo como sendo uma pesquisa descritiva e “esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

A estratégia quanto ao local de coleta de dados, no caso o catálogo de autoridade da RVBI, considera-se como sendo uma pesquisa de campo já que os “dados são coletados em uma situação na qual não há um controle rígido” (APPOLINÁRIO, 2006, p. 64), ou seja, não sendo possível controlar as variáveis pesquisadas. (APPOLINÁRIO, 2006)

A pesquisa conta com uma fase documental que foi realizada através da revisão de literatura acerca do controle de autoridade. A estratégia de pesquisa utilizada em relação às fontes de informação é a pesquisa documental, sendo essa quando a unidade observada é um documento, nesse estudo os registros de autoridade já citados acima. (APPOLINÁRIO, 2006)

De acordo com o problema identificado e os objetivos propostos considera-se esta como sendo uma pesquisa de natureza predominantemente qualitativa, de finalidade básica, descritiva, de campo, com fase documental, utilizando, como estratégia em relação às fontes de informação, a pesquisa documental.

3.2 Plano de pesquisa

Os objetivos iniciais desta pesquisa tratavam de descrever os procedimentos realizados pelo Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional – RVBI, que são os responsáveis pela padronização e manutenção da base de autoridades. Porém, devido à reestruturação do setor não foi possível coletar os dados da forma planejada, e por consequência, concretizar tais objetivos.

Foi então necessário rever os objetivos desse estudo, considerando-se mais apropriado, dado o que foi construído através da revisão de literatura, analisar registros de autoridade confrontando-os com as normativas e padrões estudados. O catálogo de autoridade da RVBI permaneceu como local de coleta de dados, dada a

relevância da Rede em cenário nacional e também pela particularidade dos registros selecionados, abordada adiante.

Abaixo é apresentado o quadro com os objetivos e os respectivos métodos de pesquisa utilizados:

Quadro 6 – Relação dos objetivos específicos com os procedimentos metodológicos.

| Objetivos específicos | Fontes de coleta de dados | Método utilizado |
|---|--|---|
| Investigar a literatura, nacional e internacional, acerca do controle de autoridade; | Literatura especializada da área: bibliografias, livros, artigos científicos e anais de congresso. | Fase documental; objetivo tratado na revisão de literatura. |
| Selecionar registros de autoridade de nomes pessoais presentes no catálogo da RVBI; | Catálogo de autoridade da RVBI. | Técnica de coleta de dados: amostra não aleatória e intencional |
| Analisar os registros de autoridade que possam ser associados à entidade família utilizando os atributos e relacionamentos estabelecidos pelo FRAD, à luz das normativas pertinentes. | Catálogo de autoridade da RVBI. | Pesquisa descritiva |

Fonte: Elaboração própria.

O próximo tópico trata da caracterização do ambiente de pesquisa, o catálogo de autoridade da RVBI.

3.3 Caracterização do ambiente de pesquisa

A Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional – RVBI, como o próprio nome sugere, é uma rede de bibliotecas que trabalham de forma cooperativa. É formada por quatorze bibliotecas, sendo coordenadas pela Biblioteca do Senado Federal e tem como objetivo “[...] atender às demandas de informações bibliográficas de seus órgãos mantenedores.” (BRASIL, 2013)

Em breve histórico da criação da rede, é sabido que, em 1972, com a criação do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), a Biblioteca do Senado dá início ao seu processo de automação. Contava com o Sistema de

Referência Bibliográfica (BIBL), o Sistema de Publicações Seriadas e Artigos de Periódicos (PERI) e, em 1986, com o Banco de Dados de Recortes de Jornais (JORN), cada uma dessas bases tratando respectivamente de livros e folhetos, periódicos e suas analíticas e artigos selecionados de jornais. O BIBL mudou de nome passando a se chamar Bibliotecas Integradas de Brasília (BIBR) contando então com a participação de outras bibliotecas. O Subsistema de Administração de Bibliotecas (SABI) foi criado em 1985 e contava com as bases BIBR e PERI, e continha também o Vocabulário Controlado Básico (VCB) e Autoridades Padronizadas (AUTR), ambas bases de autoridades. Nos anos 2000, foi implementado novo software e a Rede SABI recebeu nova denominação, sendo chamada agora de Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI. (OLIVEIRA; JAEGER, 2005)

Atualmente, as bibliotecas cooperantes pertencem aos seguintes órgãos públicos: Advocacia Geral da União (AGU), Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Procuradoria Geral da República (PGR), Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen), Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça (STJ), Superior Tribunal Militar (STM), Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e Tribunal Superior do Trabalho (TST). (BRASIL, 2013)

A coordenação da RVBI é tarefa do Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI, criada em 1997 ainda quando a Rede se chamava SABI. As competências do Serviço de Gerência, segundo Ato n. 1379 de 03 de agosto de 2004, do Diretor Geral do Senado Federal são:

Art. 4º - Ao Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI compete:

- orientar e coordenar a participação das bibliotecas na Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI;
- controlar a qualidade das informações das bases de dados bibliográficos e administrativos; **coordenar a base de dados terminológicos e de autoridades;**
- padronizar os critérios de catalogação, classificação e indexação dos documentos;
- coordenar os treinamentos aos usuários alimentadores da RVBI;

- promover reuniões periódicas e/ou extraordinárias com representantes das bibliotecas da RVBI;
- elaborar bibliografias especializadas e executar outras tarefas correlatas. (BRASIL, 2004 apud OLIVEIRA; JAEGGER, 2005, p. 6-7, grifo nosso)

A AUTR é a base onde se tem acesso aos registros de autoridade da RVBI, pode ser acessada através do catálogo da RVBI e é:

alimentada exclusivamente pela Gerência da RVBI, é formada por dados de entradas padronizadas de autoria e terminologia, incluindo: nomes pessoais, nomes de entidade, títulos uniformes, programas e projetos, eventos, descritores, especificadores, nomes geográficos [...](OLIVEIRA; JAEGGER, 2005, p. 10)

O acervo “registrado na base de dados bibliográfica da RVBI tem como prioridade temática a área do Direito, especificamente doutrina, mas abrange, também, outras áreas das Ciências Humanas e Sociais” (BRASIL, 2013). Tendo a participação de tantas bibliotecas que fazem parte do cenário político brasileiro, escolheu-se então o catálogo da RVBI para ambientar essa pesquisa e extrair os registros de autoridade pertinentes, cujos critérios de seleção serão apresentados no próximo tópico.

3.4 Critérios para a seleção e análise dos registros de autoridade

Antes de serem estabelecidos os critérios para a seleção dos registros, é preciso esclarecer que os registros foram escolhidos a partir do conhecimento prévio da autora, assim se tratando de uma amostra não aleatória e intencional. Em uma amostra não aleatória (ou não probabilística), o “pesquisador não sabe qual é a probabilidade de que um elemento da população tem de pertencer à amostra” (REIS, s.d., p. 6), não podendo assim ser generalizada. Um dos tipos de amostragem não aleatória, é a amostragem por julgamento ou intencional onde o pesquisador “deliberadamente escolhe alguns elementos para fazer parte da amostra, com base no seu julgamento de aqueles seriam representativos da população. Este tipo de amostragem é bastante usado em estudos qualitativos [...] (REIS, s.d., p.7).

Tendo isso em vista e os objetivos desse trabalho, foram escolhidos registros de autores pessoais que pertencessem a famílias políticas brasileiras conhecidas.

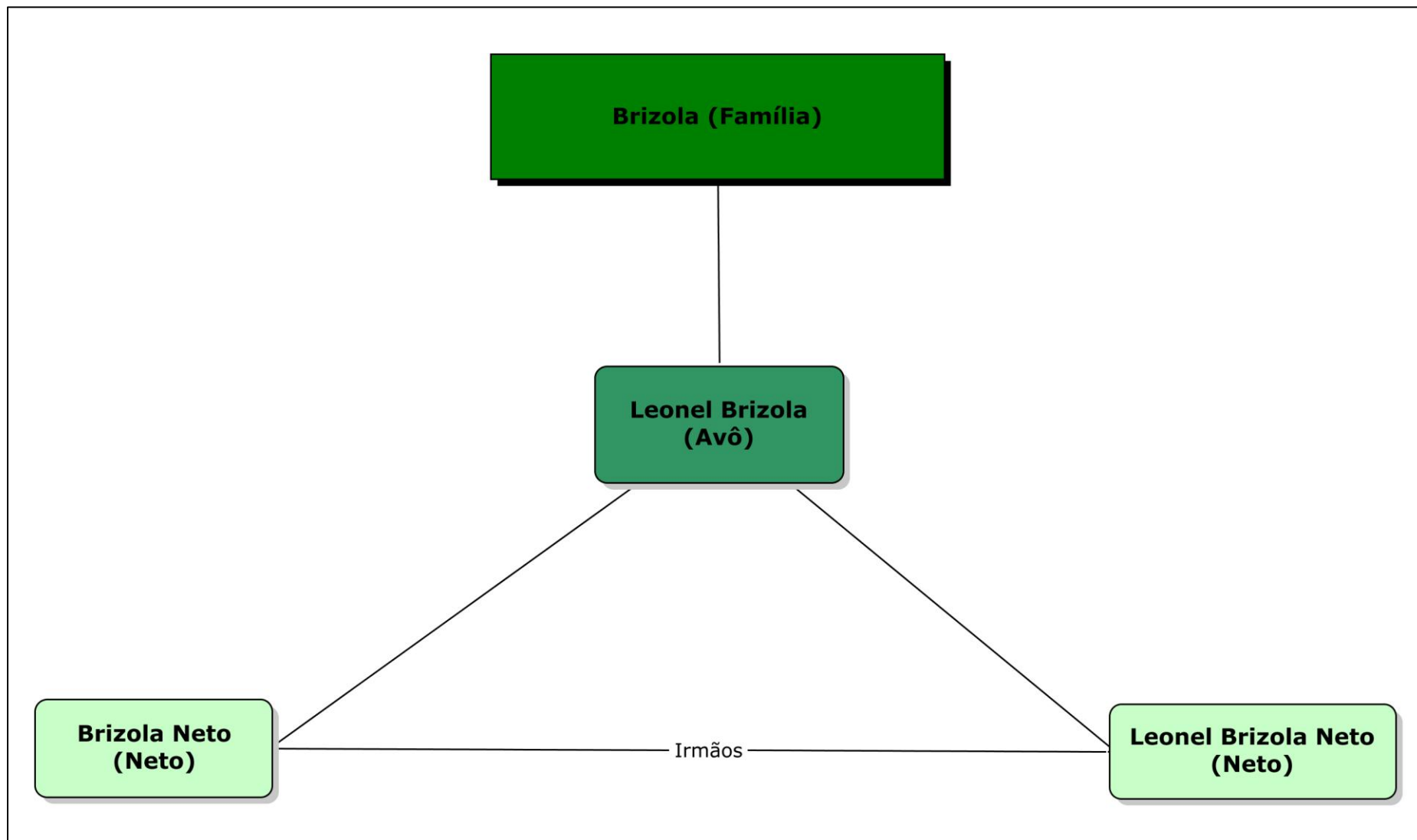
Entendem-se como famílias políticas, famílias em que mais de um de seus membros estejam envolvidos no cenário político do país. Assim, o catálogo da RVBI foi considerado relevante, pois reúne bibliotecas que fazem parte desse cenário e visam sanar as necessidades de informação de seus usuários que são senadores, deputados federais, ministros etc.

Utilizando conhecimento prévio de conhecidas famílias políticas no cenário brasileiro, a busca pelos registros foi realizada utilizando o sobrenome pelo qual essas famílias são conhecidas e utilizando os registros de nome pessoal que tivessem realmente relação com a família. Foram escolhidos por fim seis registros de nome pessoal, pertencentes a duas famílias (3 registros em cada) para análise. Após a escolha dos registros, foram elaboradas figuras que mostram as relações de parentesco entre os autores selecionados. Buscou-se os registros de autoridade selecionados, construindo-se então quadros associando as informações existentes nos registros de autoridade com os atributos da entidade pessoa determinado pelo FRAD. Foram elaboradas figuras relacionando as entidades pessoa e família sob a ótica dos relacionamentos definidos pelo FRAD, buscando confrontar os registros de autoridade selecionados com as normativas estudadas.

4 ANÁLISE DOS REGISTROS SELECIONADOS

A seguir, apresentam-se os registros selecionados para análise proposta nesse estudo. São seis registros de autoridade de autores pessoais pertencentes a duas famílias, coletados no catálogo da RVBI. Os registros escolhidos são referentes a: Leonel Brizola, Brizola Neto e Leonel Brizola Neto fazendo parte da família Brizola e José Sarney, Roseana Sarney e Sarney Filho da família Sarney.

Figura 10 – Relações de parentesco família Brizola.



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos de Wikipédia (2013a).

Foram apresentadas na figura acima as relações de parentesco entre os autores dos respectivos registros. Segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (2013, grifo nosso), parentesco é: “1. **Condição dos que pertencem à mesma família**; 2. **Consanguinidade, afinidade**; 3. [Figurado] Relação próxima; 4. Analogia”. Já relações de parentesco são “os vínculos existentes entre parentes, ou seja, entre pessoas descendentes de um mesmo tronco ou entre cônjuges e os parentes do outro” (TEIXEIRA; NEVES, 2012, p. 30). De acordo com as autoras existem as relações de parentesco que podem ser classificadas em três: natural (ou biológico ou consanguíneo); civil e por afinidade (TEIXEIRA; NEVES, 2012).

Como os casos selecionados são somente referentes a consanguinidade, não são tratados aqui os outros dois tipos. Dias (2011, p. 348 apud TEIXEIRA; NEVES, 2012, p. 31) afirma que:

Parentes consanguíneos são as pessoas que têm entre si um vínculo biológico. Assim, são *parentes* as pessoas *que descendem umas das outras*, ou têm um *ascendente comum*. O estabelecimento dos elos de parentesco sempre tem origem em um *ascendente*: pessoa que dá origem a outra pessoa. (DIAS, 2011, p. 348 apud TEIXEIRA; NEVES, 2012, p. 31, grifo do autor)

Leonel Brizola é avô de Brizola Neto e Leonel Brizola Neto, e esses dois últimos são irmãos. Tendo as relações de parentesco em mente, a seguir são apresentados os registros de autoridade extraídos do catálogo.

Figura 11 - Registro de autoridade 1: Leonel Brizola.

| | |
|-------------|---|
| FMT | AU |
| LDR | 00000nz 2200000n 4500 |
| 008 | 990501nn acznnaabn a a a d |
| 040 | a SENADO b por |
| 1001 | a Brizola, Leonel, d 1922-2004 2 ap |
| 4001 | a Brizola, Leonel de Moura, d 1922-2004 i -- NÃO AUTORIZADO 2 ap |
| 4001 | a Brizola, Leonel, Governador do Rio de Janeiro, d 1922-2004 i -- NÃO AUTORIZADO 2 ap |
| 4001 | a Brizola, Leonel, Governador do Rio Grande do Sul, d 1922-2004 i -- NÃO AUTORIZADO 2 ap |
| 5101 | a Rio de Janeiro (Estado). b Governador (1983-1987 : Leonel Brizola) 2 ae |
| 5101 | a Rio Grande do Sul. b Governador (1959-1963 : Leonel Brizola) 2 ae |
| 670 | a Ass. de: Leonel Brizola : a legalidade e outros pensamentos conclusivos, 2011: b p. rosto (Leonel Brizola). |
| 670 | a Bib. Nacional, 05/12/2012 b (Brizola, Leonel, 1922-2004.). u http://autoridades.bn.br/ |
| 678 | a Gov. RJ (1983-1987; 1991-1994). Deputado federal (1955; 1963-1964); Gov. RS (1959-1963). u http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/lideres/leonel-brizola |
| 691 | a B862 |
| 900 | a AUT |
| BAS | a Autor pessoal |

Fonte: RVBI (2013). Adaptado.

Figura 12 - Registro de autoridade 2: Brizola Neto.

| | |
|-------------|--|
| FMT | AU |
| LDR | 00000nz 2200000n 4500 |
| 008 | 120515nn acznnaabn a a a d |
| 040 | a SENADO b por |
| 1001 | a Brizola Neto, d 1978- 2 ap |
| 4001 | a Brizola, Carlos Daudt, d 1978- i -- NÃO AUTORIZADO 2 ap |
| 670 | a Ass. de: Eleições 2010 : disputa de projetos ou falsa polarização? Caros amigos, v.13, n.155, fev. 2010: b p. 34-37 (Brizola Neto). |
| 670 | a Câmara dos Deputados, 15/05/2012 b (Brizola Neto; Carlos Daudt Brizola). u http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=161414 |
| 678 | a Ministro do Trab. Emp. (2012-). u http://portal.mte.gov.br/imprensa/brizola-neto-assume-ministerio-do-trabalho.htm |
| 678 | a Deputado federal (2007-2015). Afastou-se para assumir o cargo de Ministro do Trab. Emp. u http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=161414 |
| 691 | a B862 |
| 900 | a AUT |
| BAS | a Autor pessoal |

Fonte: RVBI (2013). Adaptado.

Figura 13 – Registro de autoridade 3: Leonel Brizola Neto

| | |
|-------------|---|
| FMT | AU |
| LDR | 00000nz 2200000n 4500 |
| 008 | 120515nn acznnaabn a a a d |
| 040 | a SENADO b por |
| 1001 | a Brizola Neto, Leonel, d 1975- 2 ap |
| 670 | a Ass. de: Família briga pelo espólio do Brizola. Isto é, n.1930, out. 2006: b p. 42-43 (Leonel Brizola Neto). |
| 670 | a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 15/05/2012 b (Leonel Brizola Neto). u http://www.camara.rj.gov.br/vereador_interna.php?m1=vereadores&m2=ver_atuais&cvd=255#bob1 |
| 678 | a Vereador do RJ (2009-). u http://www.leonelbrizolaneto.com/camara/ |
| 691 | a B862 |
| 900 | a AUT |
| BAS | a Autor pessoal |

Fonte: RVBI (2013). Adaptado.

Os registros de autoridades são preenchidos seguindo os padrões e códigos utilizados pela RVBI, o que significa afirmar que as entradas são escolhidas de acordo com o AACR2 e utilizam o MARC 21 como formato, ou seja, MARC 21 bibliográfico para registros bibliográficos e MARC 21 formato para autoridade para registros de autoridade.

Foi destacado nos registros o campo 100, onde o ponto de acesso escolhido está registrado. Pode-se perceber comparando os registros acima, o uso dos campos de controle (LDR e 008), campo da agência catalogadora (040), pista “ver” ou remissivas do ponto de acesso não autorizado para o autorizado quando necessário (400), pista “ver também” para entradas relacionadas também autorizadas, uso de fontes positivas impressas e em meio eletrônico (670), reunião de informação biográfica (678). Existem também campos próprios como o Cutter (691), o campo referente a base (900) preenchido com AUT que significa que trata de um registro de autoridade e o campo sub-base (BAS) que especifica o tipo de registro de autoridade, por isso é preenchido como “autor pessoal” e também subcampos, como o \$2 no campo 100 que carregam significado próprio para os usuários da Rede.

A fim de compreender se os registros de autoridade no formato MARC 21 e preenchidos segundo as normas do AACR2 compartilham características (atributos) com o que é estabelecido para a entidade **Pessoa** no FRAD, foram associados os dados de autoridades contidos nos registros aos atributos da entidade Pessoa do modelo conceitual FRAD.

Os documentos utilizados na análise foram, o próprio FRAD (REQUISITOS..., 2009), o próprio AACR2 (CÓDIGO..., 2004) e o trabalho de Assumpção (2012) para tratarem tanto do Código de Catalogação Anglo-Americano quanto informações sobre o novo código, as GARR (DIRECTRICES..., 2001) e para o MARC 21 formato para autoridade, a própria página em inglês do recurso, traduzindo livremente os nomes dos campos e subcampos (LIBRARY OF CONGRESS, 2012, 2013) e também quanto ao uso dos campos sobre a entidade família o trabalho de Votto (2013). Para informações quanto ao MARC 21 bibliográfico utilizou-se a versão da PUC Rio (MARANHÃO; MENDONÇA, 2010).

Quadro 7 – Relação dos registros de autoridade com os atributos da entidade Pessoa do FRAD.

| <i>Atributos – Pessoa</i> | Leonel Brizola | Brizola Neto | Leonel Brizola Neto |
|-------------------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Datas associadas à pessoa | 1922-2004 | 1978- | 1975- |
| Título da pessoa | Governador; deputado federal | Ministro; deputado federal | Vereador |
| Gênero | Masculino | Masculino | Masculino |
| Lugar de nascimento | Não há informação ⁶ | Não há informação | Não há informação |
| Lugar de falecimento | Não há informação | Não se aplica ⁷ | Não se aplica |
| País | Brasil | Brasil | Brasil |
| Lugar de residência | Não há informação | Não há informação | Não há informação |
| Filiação institucional | Governadores; deputados federais | Ministros; deputados federais | Vereadores |
| Endereço | Página na internet sobre ele | Ministério do Trabalho e Emprego; Página na internet sobre ele | Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Site na internet dele e sobre ele |
| Idioma da pessoa | Português | Português | Português |
| Campos de atividade | Política | Política | Política |
| Profissão/ocupação | Governador RJ e RS; deputado federal | Ministro do Trabalho; deputado federal | Vereador RJ |
| Biografia/história | Informações sobre cargos ocupados | Informações sobre cargos ocupados | Informações sobre cargos ocupados |
| Outra designação associada à pessoa | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |

Fonte: Elaboração própria.

⁶ Não há informação: Não há informações nos registros que permitam o preenchimento do atributo.

⁷ Não se aplica: O atributo não é aplicável ao caso, por exemplo, lugar de falecimento quando se trata de autor ainda vivo.

Utilizando os dados dos registros de autoridade e estabelecendo uma conexão com o que é determinado por cada um dos quatorzes (14) atributos da entidade Pessoa, foi montado o cenário demonstrado na figura acima. Abaixo será detalhado como cada um dos atributos encontrou ou não correspondência com as informações contidas nos registros e em quais campos e subcampos do MARC 21 do formato de autoridade foram extraídas essas informações. Além de confrontar os atributos com as seguintes normativas e padrões: AACR2, GARR e MARC 21 (formato para dados de autoridade).

- Datas associadas à pessoa:

Encontrou-se em todos os registros informações sobre datas associadas a entrada escolhida. As informações dos casos analisados foram extraídas do subcampo “d” (\$d) do campo 100 do MARC 21 de autoridades que é o subcampo para datas associadas ao nome no cabeçalho para nome pessoal.

As datas associadas aos pontos de acesso autorizado são as de nascimento e morte comumente usadas para distinguir homônimos, segundo a regra 22.17 do AACR2, como nos pontos de acesso de Brizola Neto e Leonel Brizola Neto em que ambas as entradas são feitas pelo mesmo sobrenome e pode gerar alguma confusão no uso. (CÓDIGO..., 2004)

As GARR também tratam de datas quando fala dos qualificadores para a entrada de nome pessoal, mas sem entrar em detalhes se referindo a essa como “data de nascimento, morte, etc.”. (DIRECTRICES..., 2001, p. 14, tradução nossa)

Como comentado acima, o MARC 21 possui subcampo específico para o registro desse tipo de informação, porém o \$d é o subcampo para datas associadas ao **nome**, e não exatamente a **pessoa**. Foi criado ainda outro campo que trata de datas no MARC 21, que é o campo “Datas especiais codificadas” (046) que visa se enquadrar no que é proposto pelos atributos não só para a entidade pessoa, como para as outras entidades. Para entidade pessoa existem dois subcampos, um para data de nascimento (\$f) e um para data de falecimento (\$g) que podem ser usados também para o registro de datas associadas. (LIBRARY OF CONGRESS, 2012, 2013)

No FRAD, a necessidade de adicionar esses atributos nos registros de autoridade é permitir que as seguintes tarefas dos usuários sejam realizadas: identificar, situar e justificar. (REQUISITOS..., 2009)

- Título da pessoa:

No FRAD, os títulos associados a uma pessoa são bastante diversificados já que incluem desde cargos até de tratamento religioso, as outras normativas registraram títulos somente se eles estivessem relacionados ao nome utilizado, enquanto no modelo conceitual eles estão associados à pessoa. Essa característica visa permitir que os usuários encontrem e identifiquem a entidade. (REQUISITOS..., 2009)

O AACR2 determina entradas pelos títulos de nobreza (regra 22.6) ou acréscimos desses ao nome (22.12), e em caso de nomes que entrem pelo prenome e possuam algum título (22.16). (CÓDIGO..., 2004)

As GARR consideram os títulos tanto como subelementos e qualificadores do nome, e apesar de não definirem o que é um subelemento essas diretrizes caracterizam um elemento como “um atributo em um registro de autoridade, como, por exemplo, nome, notas, datas, etc” (DIRECTRICES..., 2001, p. 3, tradução nossa) e definem qualificador como:

[...] informação adicionada a um cabeçalho por um catalogador, conforme as exigências das regras de catalogação, para diferenciar de forma unívoca uma entidade (pessoa, instituição, obra/expressão) de outras entidades com o mesmo nome ou título. (DIRECTRICES..., 2001, p. 3, tradução nossa)

Nos casos analisados, os dados foram retirados do campo de dados biográficos ou históricos (678), embora exista no campo 100, mais especificamente, o subcampo “c” de títulos associados ao nome (\$c) que abrigaria esses dados caso esse títulos fizessem parte dos nomes dos autores padronizados (LIBRARY OF CONGRESS, 2013). Novamente, a diferença básica está na relação entre os dados e o nome (AACR2, GARR, MARC21) e dados que se referem à pessoa (FRAD).

- Gênero:

Quanto ao gênero com que uma pessoa se identifica esse é uma característica que começa a ser discutida no FRAD. Esse atributo permite que o usuário identifique a entidade bibliográfica em questão, ou seja, seja capaz de distinguir a entidade de outras e assim confirmar se é ou não a que está sendo buscada. (REQUISITOS..., 2009)

Assumpção (2012) em seu quadro comparativo das atividades relativas aos pontos de acesso no RDA e no AACR2 mostra que esse atributo não é tratado no AACR2.

As GARR, mesmo sendo voltadas para a estrutura do registro, tão pouco propõe um espaço para essa informação.

As informações sobre gênero da pessoa não possuíam um campo específico no MARC 21 formato para dados de autoridade, foram preenchidos como “Masculino” acima nos casos estudados por inferência das informações de outros campos, como uso de substantivos masculinos como “governador”, “ministro” e “deputado” e os próprios nomes usados tanto nos pontos de acesso autorizados quanto nos não autorizados, como “Leonel” ou “Carlos”. Como já foi dito, o formato MARC 21 não contava com campos para esse tipo de informação, porém esse está se adequando as requisições do RDA (baseado no FRAD) e criou então o campo Gênero (375) (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Lugar de nascimento:

O lugar de nascimento, no FRAD, tem por função auxiliar o usuário a identificar a entidade, o que significa ser capaz de diferenciar a que se está buscando de outras. (REQUISITOS..., 2009)

Nos registros de autoridade analisados não está registrada a informação sobre o local de nascimento de nenhum dos três autores, por isso o uso da expressão “Não há informação”. No entanto, os *links* fornecidos nos campos 670 (fonte de pesquisa positiva) e 678 (dados biográficos e históricos) oferecem a possibilidade de acesso a informações adicionais como essa.

Segundo Assumpção (2012), o AACR2 não possui regras quanto ao lugar de nascimento. As GARR também não abordam esse tipo de informação.

O MARC 21 está buscando se adequar ao novo código de catalogação através da criação de campos para acomodar dados que o código julga pertinentes. Houve então a criação do campo de “Lugar associado” (370) que possui o subcampo “a” onde deve ser registrado o local de nascimento de uma pessoa (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Lugar de falecimento:

Igualmente ao atributo “lugar de nascimento”, o lugar de falecimento não foi utilizado no registro 1 (Leonel Brizola), e nos outros registros essa informação não

pode ser aplicada, pois tratam de autores ainda vivos, por isso, o uso da expressão “Não se aplica”.

Da mesma forma como acontece com o lugar de nascimento, esse atributo permite que usuário realize a tarefa “identificar”, possibilitando confirmar se trata da entidade que é buscada ou é outra com características similares (REQUISITOS..., 2009).

Semelhante ao que ocorre com o atributo anterior, esse também não está no AACR2 (ASSUMPÇÃO, 2012) e nas GARR.

No campo de “Lugar associado” (370) há o subcampo “b” onde deve ser registrado o local de falecimento de uma pessoa (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- País:

Em relação ao país com que uma pessoa se associa, nos registros analisados, não há campo destinado a esse critério específico. São encontradas, no entanto, evidências em outros campos sobre esse determinado atributo, por se tratar de pessoas que ocupam cargos políticos brasileiros, em que uma das condições para elegibilidade é ter naturalidade brasileira ou ser naturalizado como tal (BRASIL, 1998) o que demonstra que esses autores se identificam com o Brasil como país.

A necessidade de registrar o país ao que está associado a pessoa, é explicada pelo FRAD, ao esclarecer que esse atributo ajuda a realizar as tarefas do usuário “identificar” e “justificar”. Sendo que *identificar* significa distinguir entidades e/ou tornar válida a forma do nome que será usada como ponto de acesso e *justificar* denota o registro do motivo por trás da escolha do nome e a forma a ser usada no ponto de acesso autorizado. (REQUISITOS..., 2009)

Utilizando a análise comparativa dos códigos de Assumpção (2012) é possível notar que o AACR2 não prevê a inclusão de informações desse teor. As GARR também não consideram esse atributo na estrutura que fornece para os registros de nomes pessoais, embora cite “nome geográfico” para registros de entidade coletiva (DIRECTRICES..., 2001).

Quanto ao formato MARC 21, esse atributo como os outros que se referem à localidade ganhou espaço também no campo criado para adequação ao novo código de “Lugar associado” (370) no subcampo “c” (\$c), sendo esse subcampo chamado de “País associado” (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Lugar de residência:

Os registros de autoridade selecionados não possuem dados sobre os locais onde residem ou residiram os autores, por isso o valor preenchido como “Não há informação”.

Igualmente ao que acontece no atributo acima, o lugar de residência é considerado pelo FRAD como característica que auxilia nas tarefas do usuário de identificação e justificativa (REQUISITOS..., 2009).

O AACR2 não contempla esse tipo de informação (ASSUMPÇÃO, 2012), o mesmo acontece com as GARR. O campo 370 criado com vistas ao RDA é do mesmo modo o campo a ser utilizado para o registro dessa informação, dessa vez no subcampo “e” (\$e) que registra o “Local de residência/sede” (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Filiação institucional:

Entendendo filiação institucional como um grupo ao qual a pessoa está associada e com as informações dos registros, preferiu-se agrupar os autores associando-os aos cargos políticos que ocupam ou ocuparam, ou seja, grupos relacionados ao trabalho, sendo essas informações retiradas dos campos 510, 670 e 678. Entendeu-se que, por exemplo, Brizola Neto pertence ao grupo dos deputados federais e ao grupo dos ministros.

Para o FRAD, a adição do atributo de filiação proporciona maiores facilidades para o usuário identificar a entidade que está buscando. (REQUISITOS..., 2009)

O AACR2 não possui regras sobre a adição desse atributo ou equivalente (ASSUMPÇÃO, 2012). As GARR falam em “outros qualificadores”, mas não há especificações sobre o que são. Igualmente houve criação de um campo para registrar esse atributo no MARC 21 de autoridades. O campo de “Grupo Associado”, indicado pela *tag* 373, abre espaço para a transcrição de informações sobre grupos associados a pessoa (\$a), contendo ainda espaço para registro do período em que a pessoa foi associada a determinado grupo (\$s e \$t) (LIBRARY OF CONGRESS, 2012). O formato MARC 21 bibliográfico, nos campos 100 (entrada principal – nome pessoal) e 600 (assunto – nome pessoal), possui o subcampo “u” (\$u) Afiliação que permite o registro de informações como essa no registro bibliográfico (MARANHÃO; MENDONÇA, 2010).

- Endereço:

O FRAD considera como endereço não só endereço residencial ou do local de trabalho, mas também número de telefone de contato, endereço de correio eletrônico, *sítes* na Internet (da pessoa, sobre ela ou relacionada a ela). Esse atributo, como o anterior, pode permitir que a tarefa “identificar” seja realizada ao adicionar informações que possibilitam a distinção entre autores. (REQUISITOS..., 2009)

Visto isso, foi considerado tanto o endereço de trabalho a que se teve acesso no registro de forma indireta, como existe página na Internet sobre Leonel Brizola, e no decorrer desta pesquisa Brizola Neto foi Ministro do Trabalho e do Emprego é possível concluir que o Ministério do Trabalho e do Emprego era seu atual endereço profissional e que possua uma página na Internet fornecida pela Câmara dos Deputados com dados biográficos, o mesmo valendo para Leonel Brizola Neto que ocupa o cargo de Vereador do Estado do Rio de Janeiro, informação obtida através de página sobre ele no *site* da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que é também seu local de trabalho e possui ainda um *site* na web. Nos registros analisados, as informações foram retiradas dos campos 670 (fonte positiva) e 678 (dados biográficos e históricos).

Segundo Assumpção (2012), o AACR 2 não possui regra que trate do atributo “Endereço”. As GARR não preveem a introdução dessa informação em sua estrutura. O MARC 21 incluiu recentemente, novamente para se adequar à necessidade dos centros de informação e documentação que passaram ou passarão a usar o RDA, o campo “Endereço” (371), sendo que esse conta com os subcampo “a” (\$a) para o endereço, “b” (\$b) cidade, “c” (\$c) jurisdição intermediária, “d” (\$d) país, “e” (\$e) código postal, “m” (\$m) endereço de correio eletrônico, e outros (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Idioma da pessoa:

Idioma da pessoa no FRAD significa a língua usada por ela para criar uma expressão de uma obra e essa característica, adicionada aos registros de autoridade, pode auxiliar os usuários a identificarem a entidade que procuram. (REQUISITOS..., 2009)

Nos registros analisados não se encontra explicitado em campo específico qual seria o idioma utilizado pela pessoa em questão. No entanto, nos campos 670 (fonte positiva) de todos os registros, os autores são encontrados como assuntos de

documentos em língua portuguesa, as páginas na Internet encontradas nos campos 670 e 678 contêm informações sobre eles também no idioma acima citado. Analisando também que o país a que se associam é o Brasil e esse possui como idioma oficial o português, considerou-se então o português como o idioma dos três autores.

O AACR2 não traz regras sobre o idioma da pessoa na parte em que trata de cabeçalhos (ASSUMPÇÃO, 2012). As GARR abordam o idioma como qualificador de obras e não associado ao nome pessoal. O MARC 21 criou o campo “Idioma associado” (377) que pode ser usado para registrar essa informação no registro de autoridade, se adequando novamente ao que demandam os atributos derivados do FRAD no novo código (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Campos de atividade:

Compreendendo campo de atividade como área a que a pessoa se dedica ou se dedicou, embora não esteja explicitado nos registros através de um campo com a informação, através dos dados contidos nos campos que trazem informações biográficas é possível afirmar que os autores se dedicam ao ramo da política. No FRAD, a inclusão desse dado nos registros auxiliará a confirmar se de fato se trata da entidade que se busca e/ ou validar a forma do nome escolhida para ser usada (REQUISITOS..., 2009).

O AACR2 não cita nenhuma regra quanto ao campo de atividade de um autor ao tratar de cabeçalhos para pessoas (ASSUMPÇÃO, 2012). As GARR também não incluem esse tipo de informação. Criando o campo “Campo de atividade” (372), o MARC 21 atende a necessidade do espaço para o registro desse atributo, vale ressaltar que esse é um campo repetitivo (R), já que a pessoa pode ter mais de uma área de expertise ou campo de atuação (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Profissão/ocupação:

Quanto ao trabalho que exercem ou exerceram, nos documentos analisados é demonstrado por meio do campo 678, as ocupações ou alguma delas que foram praticadas por esses autores e o período em que as praticaram. Registrar a profissão e/ou ocupação da pessoa, de acordo com o que é proposto pelo FRAD, é uma forma também de permitir que o usuário tenha certeza se de fato o autor que está buscando é aquele registrado.

As regras do AACR2 para pontos de acesso não preveem esse tipo de informação, tampouco o fazem as GARR. O campo 374 “Ocupação” é onde deve ser

registrado esse atributo no formato MARC 21, sendo no subcampo “a” (\$a) onde se registra a profissão e nos subcampos “s” (\$s) e “t” (\$t) o período de início e fim, respectivamente (LIBRARY OF CONGRESS, 2012). Esse campo também é fruto da nova leva de campos criados no MARC 21 para atender o que prevê o RDA.

- Biografia/história:

Esse atributo trata das informações sobre a vida ou a história da pessoa, e nos registros analisados foram encontrados no campo referente a dados biográficos e históricos do MARC 21 de autoridades informações acerca dos cargos políticos ocupados.

O FRAD sugere a adoção desse atributo para dar assistência ao usuário e permitir que esse identifique a entidade e também seja capaz de situar as entidades dentro de um contexto e compreender a relação entre elas (se for o caso). (REQUISITOS..., 2009)

O AACR2 não traz regras para o registro desse tipo de informação ao tratar dos cabeçalhos (ASSUMPÇÃO, 2012), pois igualmente restringe suas regras ao nome a ser usado. As GARR, trazem um espaço na Nota de informação (área 2) para que sejam inseridas notas caso seja necessária alguma explicação sobre a entrada autorizada, mas nas possibilidades dessas notas não possui para nomes pessoais o acréscimo de informações biográficas, embora chegue a citar informações históricas para entidade coletivas. O MARC 21 formato de autoridades possui o campo 678 (dados biográficos e históricos), utilizado antes das adequações aos atributos e que é encontrado nos registros analisados (LIBRARY OF CONGRESS, 2013).

- Outra designação associada à pessoa:

No FRAD, outra designação associada à pessoa se refere a elementos diferentes de títulos que auxiliam na identificação ou reconhecimento de uma pessoa, como “Santo”, “Espírito”, “Jr.” ou “IV”. E esse atributo auxilia o usuário a realizar as tarefas de encontrar (agrupar utilizando certo critério) e identificar (se é ou não a entidade procurada). Os registros estudados não possuem essas outras designações, embora o sobrenome “Neto” pudesse se encaixar no critério como o uso de “Jr.”, essa é considerada uma particularidade dos nomes e sobrenomes em língua portuguesa em que por vezes a relação de parentesco é indicada no nome. Considerou-se então que esse atributo não se aplicava aos registros.

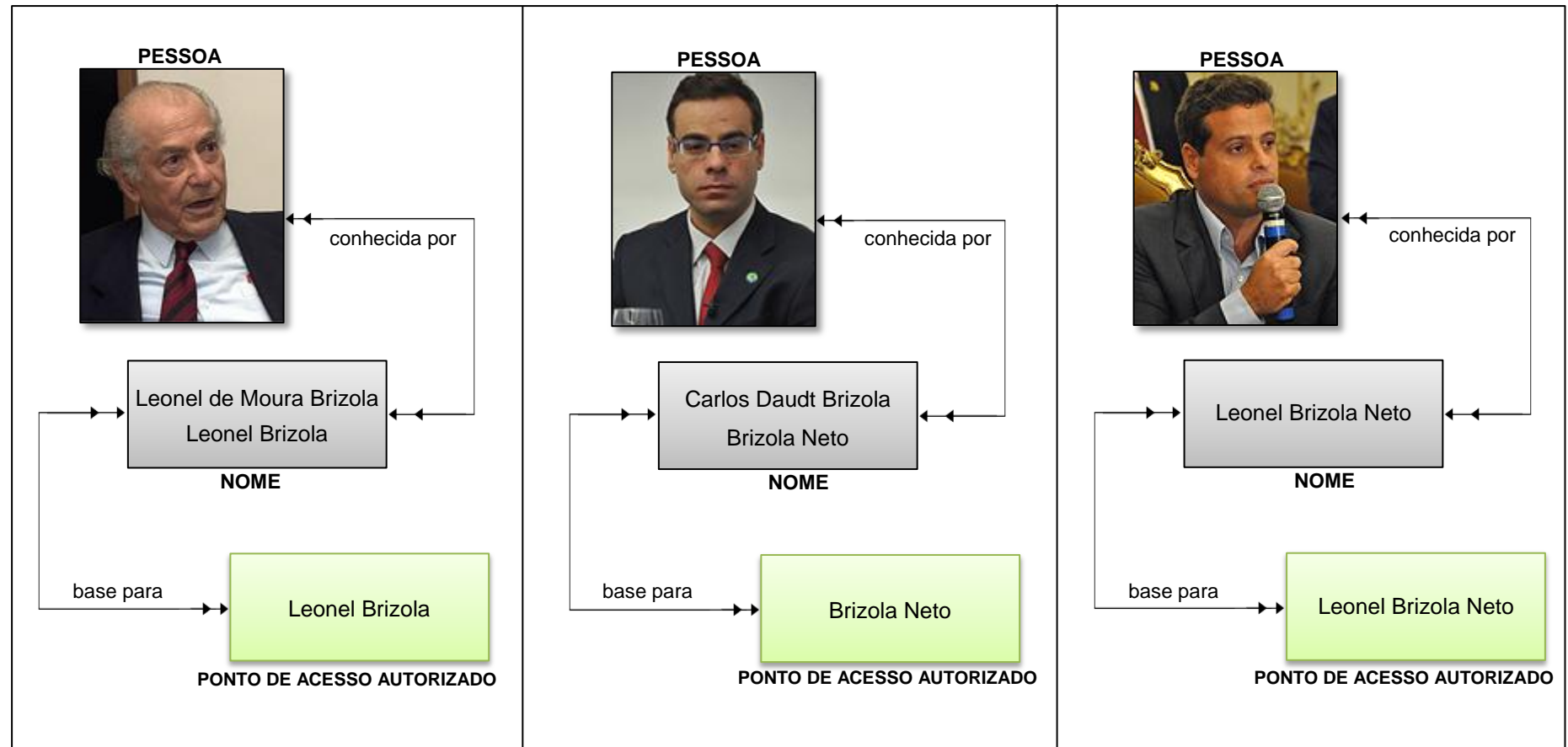
O AACR2 traz regras para acréscimo ao nome, nos casos de “Santos” a regra é a 22.13, para “Espíritos” a regra 22.14 (CÓDIGO..., 2004). O Código de Catalogação Anglo-Americano considera acréscimos ao nome títulos eclesiásticos enquanto o FRAD os consideram como títulos. As GARR tratam títulos como qualificadores do nome e trazem outros qualificadores, porém sem maiores informações sobre esses. O campo “Outros atributos de pessoa física ou entidade coletiva” (368) contém os subcampos “c” (\$c) para “Outras designações” e o “d” (\$d) para “Títulos de uma pessoa”, embora possua também o já citado \$c no campo 100 (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

Foram analisados os atributos da entidade “Pessoa” acima quanto as informações contidas nos registros de autoridade e foram relacionados as normativas e padrões. No entanto, nem todas as informações se restringem aos atributos, há também dados que dizem respeito a relações estabelecidas entre as entidades.

Como já foi visto, na Figura 8 encontram-se as relações entre as entidades. Uma relação que necessita ser abordada é o relacionamento entre as entidades bibliográficas (no caso entidade “Pessoa” e “Família”) relacionando-se com nome e/ou identificador. Essa relação é especialmente importante já que o nome ou o identificador servirão de base para a construção dos pontos de acesso controlados (REQUISITOS..., 2009). O FRAD não considera o nome como um atributo da entidade “Pessoa” o que significa dizer que o nome não é uma característica da pessoa e sim uma relação entre entidades.

A relação “conhecida por” indica a conexão entre uma entidade bibliográfica e o nome pelo qual é conhecida. Através dessa é possível realizar as tarefas encontrar e situar. Nos casos estudados temos esse relacionamento mostrado através dos campos 100, que indicam como foram estabelecidos os pontos de acesso e registram através de remissivas formas variantes do nome.

Figura 14 – Relação “conhecida por” dos integrantes da família Brizola.



Fonte: Elaboração própria. Baseado na base do modelo conceitual FRAD (REQUISITOS..., 2009, p. 13)

Fonte: foto Leonel Brizola – Agência Brasil/Ana Nascimento (2003)⁸. Adaptado.

Fonte: foto Brizola Neto: Agência Brasil/ Valter Campanato (2012)⁹. Adaptado.

Fonte: foto Leonel Brizola Neto: Site do autor¹⁰. Adaptado.

⁸ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Leonel_Brizola.jpg>. Acessado em: 10 nov. 2013.

⁹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brizola_Neto_2012.jpg>. Acessado em: 10 nov. 2013.

¹⁰ Disponível em: <http://www.leonelbrizolaneto.com/wp-content/uploads/2011/05/DSC_4734.jpg>. Acessado em: 10 nov. 2013.

A relação “conhecida por” indicada pelo FRAD é estabelecida, nos casos acima, entre as entidades “Pessoa” e “Nome”. A partir disso e da base desse modelo conceitual (Figura 6) foi montada a figura acima com os dados obtidos nos registros de autoridade. Esse relacionamento serve de base para a formulação dos pontos de acesso controlado criados ou modificados pelas agências e governados pelas regras que são aplicadas pelos criadores.

- Relação “conhecida por”:

Quanto aos casos analisados, são encontradas no registro de autoridade de Leonel Brizola (Figura 11) duas formas variantes de nome: Leonel Brizola e Leonel de Moura Brizola, ambos na forma invertida. O AACR2 oferece regras para guiar a escolha do nome, a regra geral (22.1), escolha entre formas diferentes de um mesmo nome (22.3) e também pela entrada pelo sobrenome (22.5), há regras também para as remissivas “ver” (26.2), para formas diferentes do nome a regra a ser usada é a 26.2A2, e caso fosse necessário remissiva “ver também” (26.2C) e remissiva explicativa (26.2D). (CÓDIGO..., 2004)

As GARR preveem o nome como parte da estrutura de um registro de autoridade e considera sobrenome, prenome, apelido etc. como subelementos do nome (área 1). Possui também a área 3 e 4, respectivamente referência “ver” e “ver também” para formas mais completas do nome e variantes e a própria remissiva pode conter uma palavra ou frase que mostra as relações entre elas e a entrada autorizada, porém isso pode ser feito por meio da nota de informação (área 2) para fornecer esse mesmo tipo de explicação. (DIRECTRICES..., 2001)

No MARC 21 de autoridade, o ponto de acesso escolhido é registrado no campo 100 guiado pelo preenchimento que é determinado pelo código de catalogação e através das remissivas (400 e 500) é estabelecida a relação entre o nome escolhido como ponto de acesso e as formas variantes do nome e também é possível explicitar as relações através dos subcampos \$e (termo relator), \$i (informações de relacionamento) e \$4 (código de relacionamento) nos campos 400 e 500. O formato traz ainda a possibilidade de a entrada ser feita de forma invertida ou direta através do uso de indicadores. (LIBRARY OF CONGRESS, 2013)

Outro registro analisado possui como ponto de acesso autorizado Brizola Neto (entrada pelo sobrenome), traz o nome do autor e a forma como ele é mais conhecido, respectivamente Carlos Daudt Brizola e Brizola Neto. O AACR2, como citado anteriormente, fornece regras para a determinação dos cabeçalhos como a

regra geral (22.1) e nesse caso a escolha entre nomes diferentes (22.2), pela ordem da entrada (22.5) e a regra sobre sobrenomes seguidos de palavras que indicam parentesco (22.5C8) e também a consulta ao Apêndice F. E para a remissiva “ver” há a regra para formas diferentes do nome (26.2A2). (CÓDIGO..., 2004)

As GARR trazem em sua estrutura, mais especificamente na área 1 (entrada autorizada), a parte onde deve ser preenchido o nome pessoal. Utiliza as áreas 3 (referência “ver”) e 4 (referência “ver também”), para o estabelecimento de remissivas onde devem estar as formas mais completas do nome e variantes. E a explicação sobre as relações entre as remissivas e a entrada autorizada é feita por meio da nota de informação (área 2). (DIRECTRICES..., 2001)

No MARC 21, é no campo 100 que o ponto de acesso controlado é registrado. Utilizam-se os campos 400 e 500, respectivamente, “ver” e “ver também” para traçar a relação entre o nome escolhido e as possíveis formas variantes do nome, usando ainda os subcampos para trazer informações sobre os relacionamentos. (LIBRARY OF CONGRESS, 2013)

No registro de autoridade referente a Leonel Brizola Neto (entrada pelo sobrenome) encontra-se como ponto de acesso controlado o nome do autor e sem remissivas. O AACR2 traz para o estabelecimento do cabeçalho para nomes pessoais, a regra geral (22.1), e as que também são relevantes no caso estudado a regra para entrada pelo sobrenome (22.5) e a regra sobre sobrenomes seguidos de palavras que indicam parentesco (22.5C8) e ainda a consulta ao Apêndice F para as particularidades dos nomes em língua portuguesa. (CÓDIGO..., 2004)

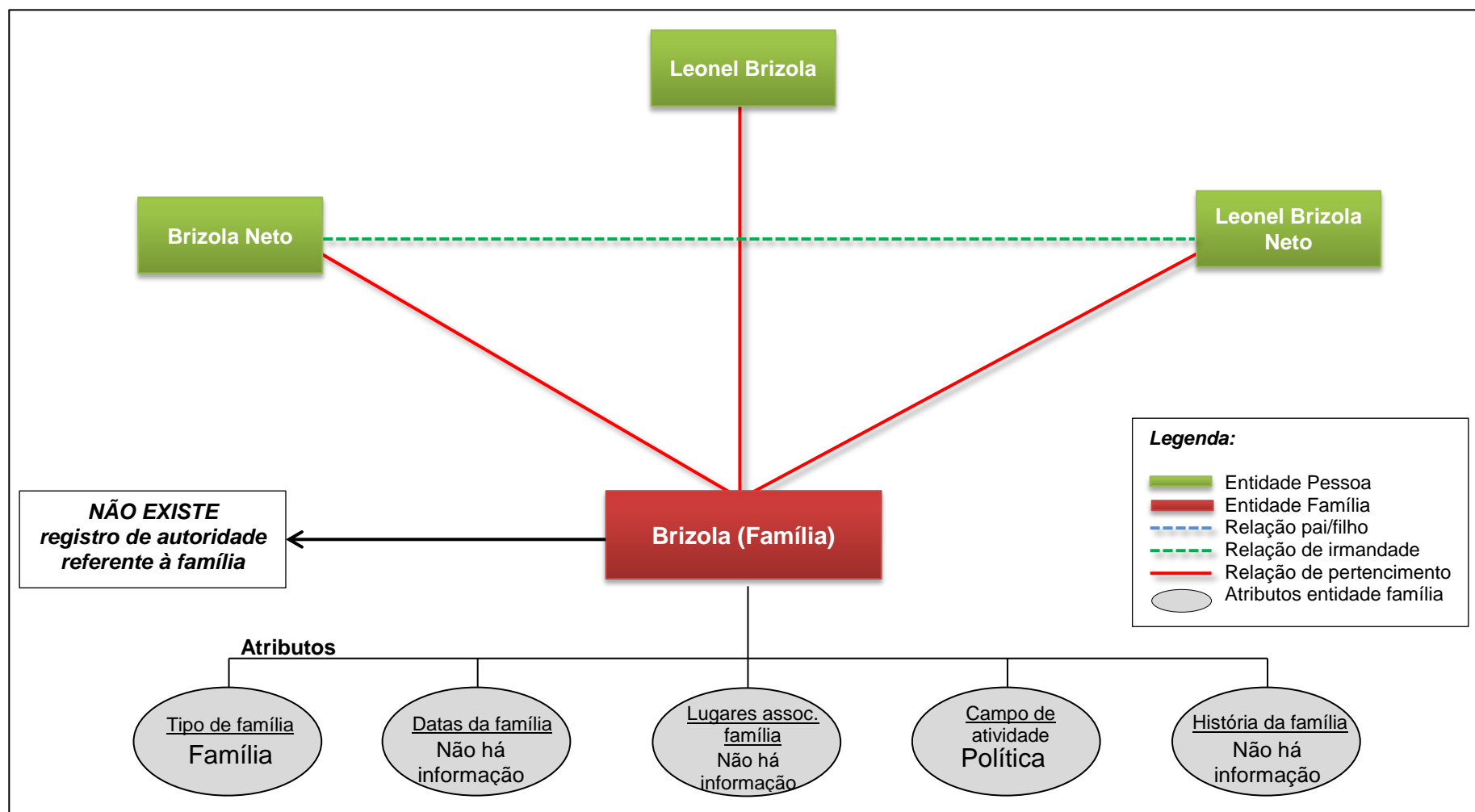
As GARR inserem o nome em sua estrutura na área 1 (entrada autorizada), como dito anteriormente. E a explicação sobre as relações entre as remissivas e a entrada autorizada é feita por meio da nota de informação (área 2), as GARR não traz maiores indicações sobre as particularidades de sobrenomes e embora não fale sobre a ordem dos elementos, fornece exemplos com a entrada sendo feita pelo sobrenome. (DIRECTRICES..., 2001)

No MARC 21, utiliza-se o campo 100 para o ponto de acesso controlado como é possível perceber no próprio registro. Nesse caso não foi necessário estabelecer remissivas ou notas para explicações sobre outros nomes usados pelo autor.

Foi mostrado o relacionamento entre a entidade “Pessoa” e a entidade “Nome” e como as normativas e padrões estudados tratam dessa. Será abordado

agora as relações entre as entidade bibliográficas “Pessoa” e “Família”, como é possível observar na figura abaixo.

Figura 15 – Brizola: relacionamentos entre entidades pessoa-família e atributos da entidade família.



Fonte: Elaboração própria.

Utilizando os relacionamentos propostos pelo FRAD entre as entidades “Pessoa” e “Família” foi construída a figura acima. Foram abordadas três relações: a relação pai/filho (pessoa-pessoa), relação de irmandade (pessoa-pessoa) e a relação de pertencimento (pessoa-família). E em seguida, são mostrados os atributos da entidade família e sua relação com o registro de autoridade.

Levando em consideração as relações indicadas no FRAD e as relações de parentesco apresentadas na Figura 10 foi possível estabelecer os relacionamentos mostrados na figura acima.

Leonel Brizola faz parte da Família Brizola, por isso a relação de pertencimento indicado na figura, o mesmo vale para Brizola Neto e Leonel Brizola Neto. Além da relação de pertencimento, Brizola Neto e Leonel Brizola Neto se conectam através da relação de irmandade. Esse caso, não possui a relação pai/filho e o FRAD não indica uma relação que considere o relacionamento avôs e netos. Como dito acima, essas relações foram estabelecidas através de outras fontes que não os registros de autoridade utilizados, pois esses registros não mostram esses relacionamentos.

Será analisada como as normativas e padrões estudados tratam ou não dos relacionamentos usados acima. Primeiro, é necessário explicar que as relações são mostradas nas normativas, sobretudo, através de remissivas (ou pistas). Visto isso, tem-se as relações abaixo:

- Relação de irmandade:

A relação entre irmãos trazida pelo FRAD, se refere a relação entre pessoas que tem um ou ambos os pais em comum. Estabelecendo esses relacionamentos o usuário tem mais possibilidade de identificar a entidade que procura e também pode contextualizar a mesma, por exemplo, dentro de uma família. Nos registros de autoridade estudados essa relação não é mostrada. (REQUISITOS..., 2009)

O AACR2 oferece regras para a construção de remissivas, as remissivas necessárias nesse caso seriam do tipo “ver também” já que estaria sendo ligada uma entrada à outra relacionada a ela, e para isso o código utiliza a regra 26.2C (ASSUMPÇÃO, 2012). Ainda que não traga nenhuma regra com o conteúdo para registrar uma situação como essa, o código oferece a possibilidade de ser feita uma remissiva explicativa (regra 26.2D) em casos que exijam maior detalhamento sobre a remissiva “ver também” (ou “ver”) (CÓDIGO..., 2004). Embora não esteja previsto no

código relacionamentos entre cabeçalhos de pessoa que tenham uma relação de parentesco, as regras fornecem a possibilidade de essa ser registrada.

As GARR também oferecem a possibilidade do uso das remissivas “ver também” (área 4), embora como o AACR2 não prevê com exatidão como se deve usar essas remissivas. No entanto, na área 2, que é referente à nota de informação, pode ser preenchida com esclarecimentos sobre a relação estabelecida entre a entrada autorizada e as remissivas. (DIRECTRICES..., 2001)

O formato MARC 21 para dados de autoridade possui campos para o registro de remissivas (4XX e 5XX), as remissivas “ver também” para nome pessoal é feita através do campo 500. O MARC 21 já fornecia a possibilidade de registro desses relacionamentos através de subcampos \$e (termo relator), \$i (informações de relacionamento) e \$4 (código de relacionamento) nos campos 4XX e 5XX. (LIBRARY OF CONGRESS, 2013)

- Relação de pertencimento:

A relação entre pessoas e família no FRAD, diz respeito à relação entre pessoas e à família da qual faz parte. Igual à relação anterior, explicitar essa relação permite que o usuário diferencie a entidade que ele está buscando de outras que possam ser similares e também permite inserir essa em um contexto. Nos registros de autoridade estudados não foram registrados esse tipo de relacionamento. (REQUISITOS..., 2009)

A situação das normativas é praticamente a mesma explicada acima. O AACR2 oferece regras para a construção de remissivas de ver também (regra 26.2C) e de remissivas explicativas (regra 26.2D) (CÓDIGO..., 2004), mesmo que não trate de relacionamentos como os sugeridos pelo FRAD. As GARR igualmente preveem a utilização das remissivas “ver também” (área 4), sem no entanto prever essa relação e trazem a área 2 que admite a criação de nota para explicar sobre o relacionamento entre as entradas (DIRECTRICES..., 2001). O MARC 21 para dados de autoridade possui o campo 500 para registrar esses relacionamentos, utilizando os subcampos \$e (termo relator), \$i (informações de relacionamento) e \$4 (código de relacionamento). (LIBRARY OF CONGRESS, 2013)

Falando dos relacionamentos, principalmente a relação de pertencimento, trata-se da entidade Família e da entidade Pessoa, essa última teve seus atributos apresentados anteriormente com relação ao registro de autoridade, achou-se por bem fazer o mesmo com os atributos da entidade Família.

A entidade Família possui cinco atributos: tipo de família, datas da família, lugares associados à família, campo de atividade e história da família (REQUISITOS..., 2009). Como foi dito anteriormente e é também mostrado na figura acima, não existe um registro de autoridade para a família. Visto isso, a exemplo do que se fez com os atributos da entidade pessoa inferiu-se a partir dos dados apresentados nos registros de autoridade de seus membros algumas das características da família.

Segundo Assumpção (2012, p. 68), o AACR2 “não possui regras relativas aos pontos de acesso representando famílias”. As GARR também não preveem esse tipo de ponto de acesso. O MARC 21 tanto de autoridade quanto o bibliográfico (100 e 600 no formato bibliográfico e 100 no formato de autoridade) oferecem a possibilidade para tratar de famílias utilizando o indicador 3 (Nome de família) (MARANHÃO; MENDONÇA, 2010; LIBRARY OF CONGRESS, 2013). A RVBI usa nos registros bibliográficos para tratar de obras de determinada família ou sobre ela essa possibilidade oferecida pelo formato MARC 21, o ponto de acesso é construído com o sobrenome da família seguido da palavra “família”, por exemplo, “Brizola, Família”.

- Relação “conhecida por”:

Como acontece com a entidade pessoa, a entidade família também estabelece uma relação com a entidade nome. Essa relação visa, igualmente, auxiliar os usuários na realização das tarefas encontrar e situar (REQUISITOS..., 2009). Não há registro de autoridade para a entidade família, por isso optou-se por se referir a família de forma semelhante dos exemplos fornecidos por Votto (2013) que já utiliza o novo código de catalogação, levando em consideração também a forma utilizada pela Rede foram utilizados nas figuras a indicação da família como “Brizola (Família)”. O AACR2 e as GARR não se referem a entidade família, por tanto não trataram também do nome que dará origem ao ponto de acesso controlado. Já o MARC 21, como explicado acima e a partir dos exemplos de Votto (2013), utiliza o primeiro indicador do campo 100 preenchido com 3 para nomes de família e os campos 400 e 500 para possíveis remissivas que se façam necessárias.

- Tipo de família:

Esse atributo no FRAD trata de designar uma categoria ou descritor genérico para classificar o tipo de família, como por exemplo, família, clã, dinastia, etc. Esse

atributo permite que o usuário seja capaz de encontrar e identificar a entidade com mais precisão. (REQUISITOS..., 2009)

Baseado na estrutura familiar já apresentada entende-se que o caso analisado como sendo uma família e também do preenchimento do campo 670 do registro de autoridade de Leonel Brizola Neto que traz um artigo de revista se referindo a essa como família. O AACR2, reiterando o que foi dito por Assumpção (2012), não trata de pontos de acesso para famílias e por isso não existe regras para esse atributo. As GARR não possuem em sua estrutura esse tipo de ponto de acesso e por isso não preveem também essa característica. O MARC 21, novamente movido pelas adequações necessárias ao RDA, criou o campo “Informações da família” (376), onde o “Tipo de família” deve ser preenchido no subcampo “a” (\$a) (LIBRARY OF CONGRESS, 2012). Segundo os exemplos fornecidos por Votto (2013), essas informações complementaríamos as entradas que são feitas utilizando o campo 100 e o indicador 3 no formato de autoridade.

- Datas de família:

Não há informação sobre datas associadas à família nos registros de autoridade analisados. O atributo data visa atender as tarefas do usuário: encontrar, identificar e situar.

O AACR2 não possui regras para famílias (ASSUMPÇÃO, 2012). As GARR também não incluem em sua estrutura os pontos de acesso de família e por tanto não abordou outros detalhes quanto a eles. O MARC 21, ainda no campo 376, traz os subcampos “s” e “t” para as respectivas datas de início e de término para datas associadas à entidade família (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Lugares associados à família:

Para os FRAD, lugares associados à família podem ser lugares de residência dessa ou locais que possuam alguma outra conexão com ela. Associar esse atributo ao registro de autoridade da entidade família possibilita que o usuário possua mais informações que possa distinguir essa entidade de outra e ainda coloca essa dentro de um contexto (REQUISITOS..., 2009). Não há informações sobre lugares relacionados a família nos registros estudados.

O AACR2 e as GARR, como já foi dito, não possuem regras e não preveem a entidade família. O campo do MARC 21 de autoridade relativo a lugares associados é o campo 370 que pode ser usado associado tanto a pessoas, como entidades

coletivas, famílias, obras etc (LIBRARY OF CONGRESS, 2012) e foi apresentando anteriormente quando foi falado de atributo similar na entidade pessoa.

- Campo de atividade:

Campo de atividade, segundo o FRAD, pode ser a área de conhecimento ou ambiente de trabalho que a família se dedica ou dedicou, nos registros analisados dos membros da família estudada fica clara a atuação na política. Esse atributo visa permitir a realização da tarefa “identificar” pelo usuário. (REQUISITOS..., 2009)

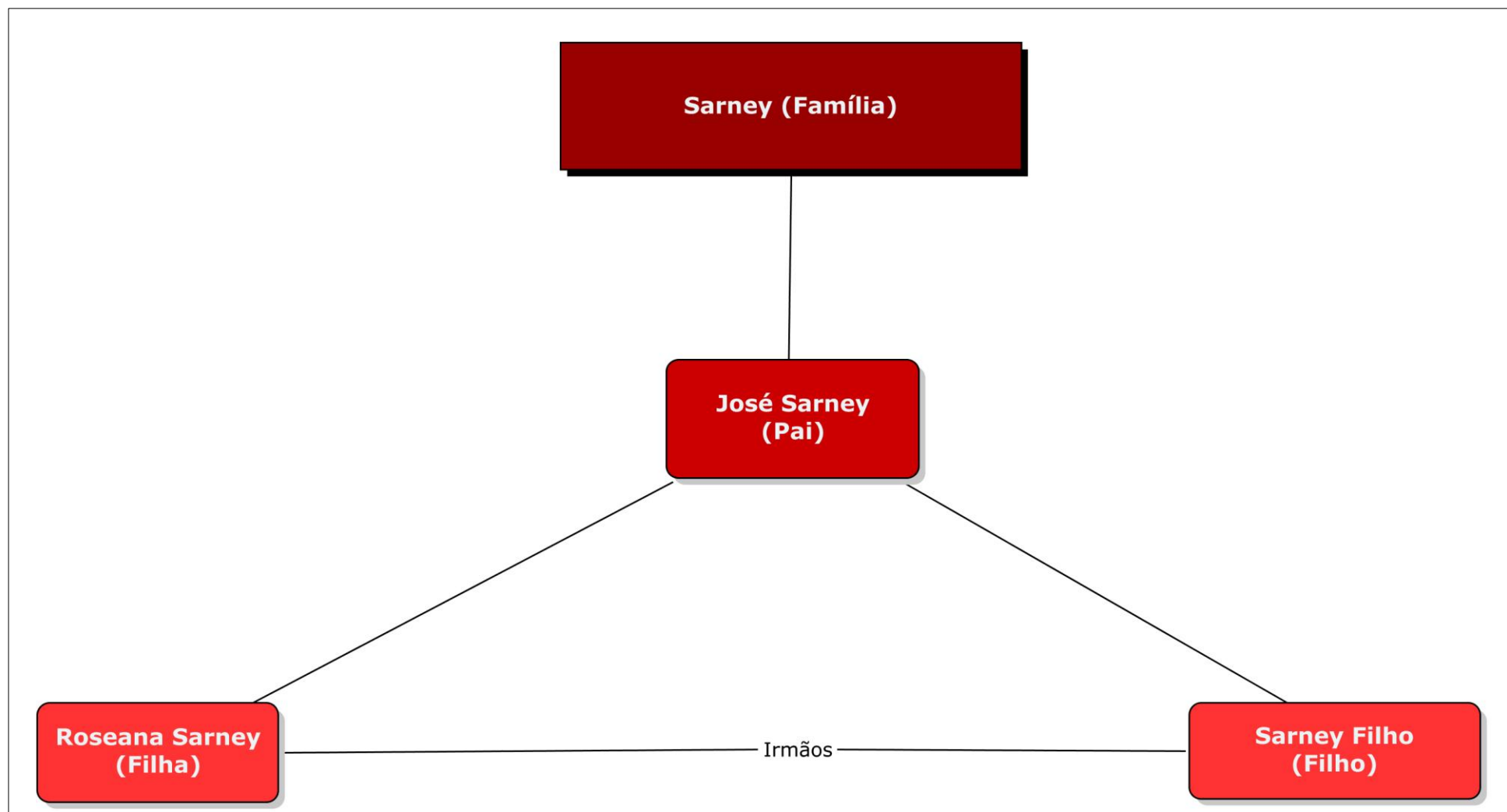
Novamente, as GARR e o AACR2 não abordam a entidade família em seus respectivos conteúdos. Apesar de apresentar um campo para o atributo “Campo de atividade”, o MARC 21 limita o uso desse campo (372) a entidade pessoa e a entidade coletiva (LIBRARY OF CONGRESS, 2012), não contemplando a entidade família em seu escopo. No quadro comparativo de Assumpção (2012) no capítulo 10 do RDA, que trata da identificação de famílias percebe-se que o campo de atividade não está entre as subdivisões contempladas pelo novo código.

- História da família:

Não foram encontradas informações sobre a história da família nos casos selecionados para análise. O FRAD sugere esse atributo como possibilidade para que as tarefas identificar e situar sejam alcançadas (REQUISITOS..., 2009). Do mesmo modo, o AACR2 e as GARR não tratam dos pontos de acesso do tipo família. O MARC 21 não traz campo específico para a história da família, mas possui o campo 678 que prevê o registro de dados históricos, biográficos ou outras informações sobre o ponto de acesso autorizado utilizado nos campo 1XX (LIBRARY OF CONGRESS, 2013).

Analisados os registros de autoridade referentes a Família Brizola quanto aos atributos tanto da entidade Pessoa quanto da entidade Família e seus respectivos relacionamentos, serão trabalhados agora os registros de autoridade dos membros da Família Sarney.

Figura 16 - Relações de parentesco família Sarney.



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos de Wikipédia (2013b)

A figura acima representa a relação de parentesco entre os integrantes da família Sarney encontrados no catálogo de autoridades da Rede RVBI. José Sarney é pai de Roseana Sarney e Sarney Filho e esses são irmãos. Abaixo são apresentados os registros de autoridades referentes a esses autores.

Figura 17 – Registro de autoridade 4: José Sarney.

| | |
|------|--|
| FMT | AU |
| LDR | 00000nz 2200000n 4500 |
| 008 | 990501nn acznnaabn a a a d |
| 040 | a SENADO b por |
| 1001 | a Sarney, José, d 1930- 2 ap |
| 4001 | a Sarney, José, c Presidente do Brasil, d 1930- i -- NÃO AUTORIZADO 2 ap |
| 5101 | a Brasil. b Presidente (1985-1990 : José Sarney) 2 ae |
| 670 | a Ass. de: As múmias do Senado. Isto é, v.36, n.2210, 21 mar. 2012: b p. 50 (José Sarney). |
| 670 | a Senado Federal, 14/05/2012 b (José Sarney). u http://www.senado.gov.br/senadores/dinamico/paginst/senador47a.asp |
| 678 | a Senador (1971-1985; 1991-2015); Presidente do Brasil (1985-1990); Governador do MA (1966-1970); Deputado federal (1955-1966). u http://www.senado.gov.br/senadores/presidentes/presidentes_biografia.asp?codparl=47 |
| 691 | a S246 |
| 900 | a AUT |

Fonte: RVBI (2013). Adaptado.

Figura 18 – Registro de autoridade 5: Roseana Sarney.

| | |
|-------------|--|
| FMT | AU |
| LDR | 00000nz 2200000n 4500 |
| 008 | 990501nn acznnaabn a a a d |
| 040 | a SENADO b por |
| 1001 | a Sarney, Roseana, d 1953- 2 ap |
| 4001 | a Murad, Roseana Sarney i -- NÃO AUTORIZADO 2 ap |
| 4001 | a Sarney, Roseana 2 ap |
| 678 | a Senador (2003-2011). |
| 691 | a S246 |
| 900 | a AUT |
| BAS | a Autor pessoal |

Fonte: RVBI (2013). Adaptado.

Figura 19 – Registro de autoridade 6: Sarney Filho.

| | |
|-------------|---|
| FMT | AU |
| LDR | 00000nz 2200000n 4500 |
| 008 | 090805nn acznnaabn a a a d |
| 040 | a SENADO b por |
| 1001 | a Sarney Filho, d 1957- 2 ap |
| 4001 | a Sarney Filho, José, d 1957- i -- NÃO AUTORIZADO 2 ap |
| 4001 | a Sarney, Zequinha, d 1957- i -- NÃO AUTORIZADO 2 ap |
| 678 | a Deputado federal (1983-1987, 1987-1991, 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007 e 2007-2011). u http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=SARNEY+FILHO&leg=53 |
| 900 | a AUT |
| BAS | a Autor pessoal |

Fonte: RVBI (2013). Adaptado.

Como já dito anteriormente, os registros de autoridade são preenchidos seguindo os padrões e códigos utilizados pela RVBI (o AACR2 e o MARC 21).

Destacou-se, como nos registros apresentados antes, o campo de cabeçalho – nome pessoal (100). Em breve comparação é possível perceber que o nível de preenchimento dos registros de autoridade é diferente, o registro de José Sarney, por exemplo, possui uma quantidade maior de informações do que os registros de Roseane Sarney e Sarney Filho. Se comparado ao conjunto de registros da família anterior também há diferenças no nível de preenchimento.

Como a análise dos registros segue a mesma linha da análise da Família Brizola, não serão tratados com o mesmo nível de detalhamento os tópicos semelhantes, concentrando-se mais esforços nas características que se distinguem.

.

Quadro 8 - Relação dos registros de autoridade com os atributos da entidade Pessoa do FRAD.

| <u>Atributos</u> | José Sarney | Roseana Sarney | Sarney Filho |
|-------------------------------------|--|-----------------------------------|---|
| Datas associadas à pessoa | 1930- | 1953- | 1957- |
| Título da pessoa | Senador; presidente; governador e deputado federal | Senador | Deputado federal |
| Gênero | Masculino | Feminino | Masculino |
| Lugar de nascimento | Não há informação | Não há informação | Não há informação |
| Lugar de falecimento | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| País | Brasil | Não há informação | Brasil |
| Lugar de residência | Não há informação | Não há informação | Não há informação |
| Filiação institucional | Senadores; presidentes; governadores e deputados federais | Senadores | Deputados federais |
| Endereço | Senado Federal; Páginas na internet sobre ele | Não há informação | Câmara dos Deputados; Página na internet sobre ele |
| Idioma da pessoa | Português | Não há informação | Português |
| Campos de atividade | Política | Política | Política |
| Profissão/ocupação | Senador; presidente; governador MA e deputado federal | Senador | Deputado federal |
| Biografia/história | Informações sobre cargos ocupados | Informações sobre cargos ocupados | Informações sobre cargos ocupados |
| Outra designação associada à pessoa | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |

Fonte: Elaboração própria.

Do mesmo modo que o realizado com os registros de autoridade referentes à família Brizola, utilizaram-se os dados de autoridade e associou-se esses aos atributos da entidade Pessoa, elucidando abaixo principalmente as diferenças com relação aos registros e os dados de autoridade analisados anteriormente. Para os atributos da entidade pessoa tem-se:

- Datas associadas à pessoa:

Todos os registros analisados dos membros da família Sarney possuem dados referentes a datas associadas. Essas informações foram encontradas no \$d do campo 100 nos respectivos registros de autoridade.

Segundo o FRAD (REQUISITOS..., 2009), a adição de informações como essas auxiliam o usuário a identificarem a entidade, situá-la em um contexto e justificar os motivos usados para estabelecer o ponto de acesso.

As datas normalmente associadas aos cabeçalhos são utilizadas para diferenciar pessoas com o mesmo nome ou nomes similares. Como explicado antes, o AACR2 traz a regra 22.17 para datas e trata essas como acréscimos feitos ao nome para diferenciar homônimos (CÓDIGO..., 2004). Para as GARR, as datas são qualificadores da entrada nome pessoal (DIRECTRICES..., 2001) e no MARC 21 de autoridade existem subcampos específicos para essa informação e houve também a criação de um campo para o registro desses dados.

- Título da pessoa:

O título da pessoa, no FRAD, pode ser desde cargos ocupados até os de tratamento religioso. Adicionando essas características os usuários são capazes de realizar as tarefas encontrar e identificar (REQUISITOS..., 2009).

Como o FRAD considera cargos como título da pessoa considera-se então que os cargos registrados nos campos 678 dos respectivos registros podem ser entendidos como títulos associados à pessoa. O AACR2 possui regras que abordam os títulos associados ao nome. As GARR abordam os títulos tanto como qualificadores do nome como subelementos dele. Já o MARC 21 de autoridades possui o subcampo “c” do campo 100 para títulos associados, embora esses sendo registrados somente se estivessem associados ao nome (LIBRARY OF CONGRESS, 2013).

- Gênero:

No FRAD, esse atributo diz respeito ao gênero com que uma pessoa se identifica e permite que o usuário seja capaz de identificar a entidade bibliográfica. (REQUISITOS..., 2009)

Como o formato MARC 21 não possuía campo para registrar o gênero, os registros analisados não possuem essa informação, foi preenchido nos casos de José Sarney e Sarney Filho com masculino, igualmente como nos casos anteriores, devido ao uso de substantivos masculinos como “senador” e “deputado” e os prenomes no caso de ambos “José”. No registro de Roseana Sarney, no campo 678, tem-se o substantivo masculino “senador”, porém o nome utilizado como entrada autorizada “Roseana” é feminino, por isso foi considerado o gênero de identificação como feminino.

Como já explicado, o AACR2 e as GARR não tratam dessa informação de gênero e o MARC 21 criou recentemente o campo 375 se adequando às exigências do RDA (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Lugar de nascimento:

De igual modo aos registros analisados anteriormente, não há a informação sobre o lugar de nascimento. Como foi dito, o AACR2 e as GARR não preveem essa informação quando tratam de cabeçalhos e o MARC 21 criou campo para lugares associados à pessoa onde permite o registro dessa informação, o campo 370 (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Lugar de falecimento:

Nos casos analisados, foi usada a expressão “Não se aplica” por se tratar de autores pessoais ainda vivos, de acordo com os registros de autoridade. Da mesma maneira que ocorre com o atributo acima, o AACR2 e as GARR não incluíram esse tipo de informação na construção ou na estrutura dos cabeçalhos e o MARC 21 de autoridade utilizará também o campo 370 (Lugar associado) (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- País:

Apesar de não ser encontrado campo específico para essa informação, é possível perceber determinados indícios nos registros de autoridade que indicam o país com que as pessoas se associam. O fato de serem políticos brasileiros no caso indica sua relação com o país, no registro de José Sarney além dos dados e do endereço eletrônico fornecidos no campo de dados biográficos é possível perceber

através da remissiva “ver também” de entidade coletiva (510) que ele já ocupou um cargo subordinado ao Brasil durante certo período. Com Sarney Filho o endereço de página na Internet fornece informações sobre naturalidade e maiores especificações do que somente o termo “deputado federal”. No entanto, o registro de Roseana Sarney não fornece informações suficientes para que seja possível assumir que o país com que essa se relaciona seja o Brasil, pois somente o termo “senador” não implica que se trate do cargo político *brasileiro*.

E como já foi dito, registrar esse tipo de dados para o FRAD auxilia os usuários meio e os usuários fim a identificar e justificar nas tarefas propostas. O AACR2 e as GARR não incluíram esse tipo de informação para nomes pessoais e o MARC 21 através do subcampo “c” (país associado) do campo 370 (lugar associado) agora possui onde registrar essa informação.

- Lugar de residência:

Não foram encontrados nos registros de autoridade analisados informações sobre o local de residência, por isso o uso do “Não há informação”. A explicação sobre as normativas e padrões desse atributo é igual à dada no conjunto de registros anteriores, desse modo sintetizando o que já foi dito é válido lembrar que a utilização desse atributo remete às tarefas identificar e justificar, o AACR2 e as GARR não contemplam essa informação e o MARC 21 utiliza o \$e no campo 370 para o seu registro.

- Filiação institucional:

Como no caso passado, associaram-se os autores aos cargos políticos que ocupam ou ocuparam, ou seja, grupos relacionados ao trabalho, sendo essas informações retiradas dos campos 510 e 678. Por exemplo, José Sarney pertence ou pertenceu ao grupo dos senadores, dos presidentes da república, dos governadores e dos deputados federais.

Do mesmo modo que explicado no conjunto de registros anterior, esse atributo para o FRAD auxilia o usuário a identificar a entidade que está procurando. O AACR2 e as GARR não tratam dessa característica e o MARC 21 criou o campo “Grupo Associado” (373) para o registro dessa informação (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Endereço:

O FRAD julga como endereço o tanto residencial como o de trabalho, e também correio eletrônico, *sítes* na internet, número de telefone de contato. A partir

disso considerou-se tanto o endereço de trabalho que se teve acesso no registro, no caso de José Sarney encontra-se que atualmente ele ocupa o cargo de senador e as páginas na internet sobre ele são fornecidas pelo Senado Federal, com base nisso considerou-se tanto o local (Senado Federal) como os sites na Internet como endereços válidos para José Sarney. Praticamente o mesmo acontece com Sarney Filho, exerce o cargo de deputado federal e há uma página na internet provida pela Câmara dos Deputados, ambos sendo considerados endereços para o deputado. No entanto, sobre Roseana Sarney não foi possível estabelecer um endereço com os dados contidos no registro, por ocupar cargo de senador acredita-se que seu endereço de trabalho seja uma das câmaras de um parlamento, mas não se permite afirmar em qual ou de que país. As informações foram retiradas dos campos 670 (fonte positiva) e 678 (dados biográficos e históricos).

Do mesmo modo que explicado anteriormente, o AACR2 e as GARR não possuem regra e nem preveem em sua estrutura esse atributo e o MARC 21 de autoridade a fim de se adequar ao RDA criou o campo “Endereço” (371) (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Idioma da pessoa:

Ao analisar os registros não foi encontrada em campo específico essa informação. No entanto, no campo 670 (fonte positiva) do registro de José Sarney, o autor é encontrado como assunto de documento em língua portuguesa, as páginas na Internet encontradas nos campos 670 e 678 que contêm informações sobre eles também estão no idioma acima citado. Embora o registro de Sarney Filho não possua campo 670, a página registrada no \$u no campo 678 está em português. Levando em consideração que o país a que se associam é o Brasil e esse possui como idioma oficial o Português, considerou-se então o Português como o idioma desses autores. Não foi possível fazer tais inferências a partir do registro de autoridade de Roseana Sarney.

Quanto às normativas e padrões, o AACR2 não possui regras sobre o idioma quando trata de cabeçalhos, as GARR somente tratam de idioma como qualificador de obras e não associado ao nome pessoal (DIRECTRICES..., 2001) e o MARC 21 criou o campo “Idioma associado” (377) (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Campos de atividade:

Analisando os registros selecionados, sobretudo os que trazem dados biográficos, e a partir da explicação dada anteriormente para o atributo campo de atividade, inferiu-se que todos os autores atuam na política.

Tal como em atributos anteriores, o AACR2 e as GARR não abordam dados sobre o campo de atividade. O MARC 21, buscando se adequar aos requisitos do RDA, criou o “Campo de atividade” (372) (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Profissão/ocupação:

As informações sobre profissão e ou ocupação foram encontradas principalmente no campo 678 (dados biográficos ou históricos), seguidos de informação sobre a duração.

As regras do AACR2 e a estrutura proposta pelas GARR não contemplam dados de profissão ou ocupação. O formato MARC 21 de autoridades criou o campo 374 “Ocupação” para o registro de tais informações e possibilita o registro dos períodos em que ocorreram (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Biografia/história:

Nos registros selecionados, as informações encontradas são sobre os cargos políticos ocupados, obtidas principalmente no campo 678. Esses dados, como explicitados anteriormente, auxiliam o usuário a identificar e contextualizar a entidade bibliográfica.

Enquanto o AACR2 não traz regras para o registro desse tipo de informação, as GARR, através da Nota de informação (área 2), prevê notas explicativas sobre a entrada autorizada, porém não contemplando informações biográficas. Já o MARC 21 já possuía o campo 678 (dados biográficos e históricos), ou seja, é anterior ao RDA.

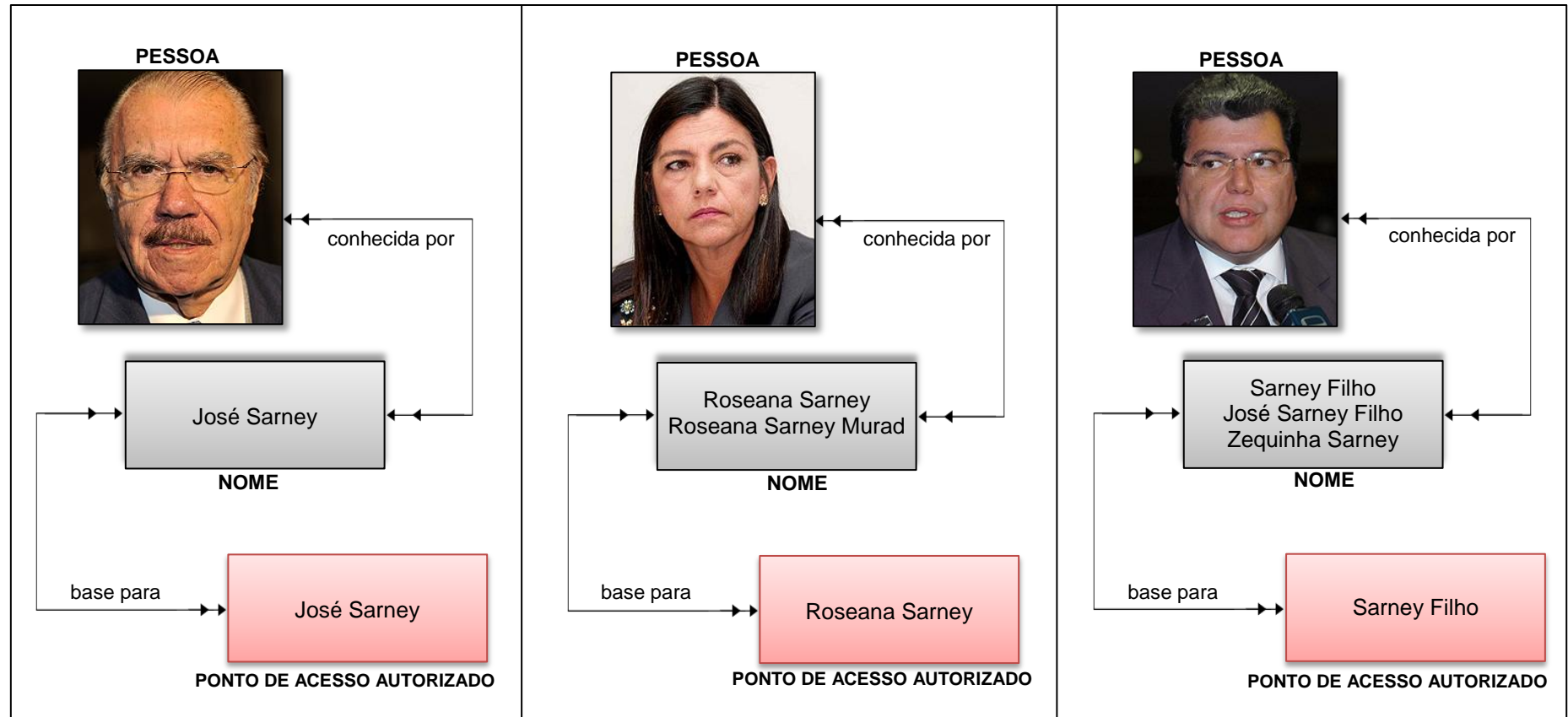
- Outra designação associada à pessoa:

O atributo “outra designação associada à pessoa” se refere a elementos que são diferentes de títulos e auxiliam no reconhecimento de uma pessoa. Os registros analisados não possuem essas outras designações, embora o sobrenome “Filho” (como o “Neto” no outro conjunto de registros) pudesse se encaixar nesse critério, considera-se essa uma particularidade dos nomes em língua portuguesa em que por vezes a relação de parentesco é indicada no nome. Considerou-se então que esse atributo não se aplicava ao registro de Sarney Filho.

Como dito anteriormente, o AACR2 traz regras para acréscimo ao nome, como as regras 22.13 (Santos), 22.14 (Espíritos), e 22.5 (Entradas pelo sobrenome) e apêndice F para as particularidades de nomes na língua portuguesa (CÓDIGO..., 2004). Já as GARR tratam títulos como qualificadores do nome, apesar de trazerem outros qualificadores que não recebem grande detalhamento (DIRECTRICES..., 2001). O MARC 21 criou o campo “Outros atributos de pessoa física ou entidade coletiva” (368) (LIBRARY OF CONGRESS, 2012), porém já possuía o já citado \$c no campo 100 (LIBRARY OF CONGRESS, 2013).

Após analisados os atributos da entidade pessoa, serão investigadas as relações estabelecidas entre as entidades, começando pela relação “conhecida por”.

Figura 20 – Relação “conhecida por” dos integrantes da família Sarney



Fonte: Elaboração própria. Baseado na base do modelo conceitual FRAD (REQUISITOS..., 2009, p. 13)

Fonte: foto José Sarney – Agência Brasil/José Cruz (2010)¹¹. Adaptado.

Fonte: foto Roseana Sarney: Marcelo Camargo/ Folha Imagem¹². Adaptado.

Fonte: foto Sarney Filho: Agência Brasil/Antonio Cruz (2007)¹³. Adaptado

¹¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jose_Sarney.jpg>. Acesso em: 10 nov. 2013.

¹² Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/files/2013/06/roseana-sarney.jpg>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

¹³ Disponível em: <http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jos%C3%A9_Sarney_Filho.jpg>. Acesso em: 10 nov. 2013.

A figura acima demonstra a relação “conhecida por” se fundamentando na base do modelo conceitual FRAD e foi criada utilizando os dados de autoridade contidos nos respectivos registros. Como explicado anteriormente, essa relação é estabelecida entre a entidade bibliográfica e a entidade nome, na situação acima a relação é entre a entidade pessoa e a entidade nome e esse relacionamento serve de base para criação dos pontos de acesso controlado.

▪ Relação “conhecida por”:

Quanto aos registros analisados, é encontrada no registro de autoridade de José Sarney (Figura 17), além da forma escolhida como ponto de acesso, forma variante de nome registrada como remissiva que inclui um título associado (José Sarney, Presidente do Brasil).

O AACR2 possui regras para guiar a escolha do cabeçalho, a regra geral (22.1), acréscimos aos nomes título de nobreza (22.12) seria o mais próximo da remissiva que incluía o título de presidente, mas o Código restringe a títulos de nobreza, para distinguir nomes idênticos é proposta a adição de datas (22.17) e a regra pela entrada pelo sobrenome (22.5), há ainda regras para o estabelecimento das remissivas “ver” (26.2), para formas diferentes do nome a regra a ser usada é a 26.2A2, e as remissivas “ver também” e explicativas nas respectivas regras 26.2C e 26.2D. (CÓDIGO..., 2004)

À semelhança dos casos anteriores, as GARR preveem o nome como parte da estrutura de um registro de autoridade e considera sobrenome, prenome, apelido etc. como subelementos do nome e títulos de nobreza como qualificadores (área 1), novamente deixando os títulos previstos pelo FRAD de fora. As áreas 3 e 4, são referência “ver” e “ver também” que embora nos exemplos fornecidos não incluem os casos acima, as remissivas podem conter uma palavra ou frase que mostra as relações entre elas e a entrada autorizada, isso pode também ser feito por meio da nota de informação (área 2). (DIRECTRICES..., 2001)

O MARC 21 de autoridade, do mesmo modo que os casos anteriores têm o ponto de acesso escolhido registrado no campo 100 e as remissivas estabelecidas nos campos 400 e 500 sendo possível explicitar as relações através dos subcampos \$e, \$i e \$4 desses campos. O formato traz ainda a possibilidade de a entrada ser feita de forma invertida ou direta através do uso de indicadores. (LIBRARY OF CONGRESS, 2013)

O registro de Roseana Sarney utiliza com o ponto de acesso autorizado “Sarney, Roseana” (entrada pelo sobrenome), trazendo também a forma mais completa do nome.

Do mesmo modo, o AACR2 oferece regras para guiar o estabelecimento do ponto de acesso, a regra geral (22.1), escolha entre formas diferentes de um mesmo nome (22.3), pela entrada pelo sobrenome (22.5), há regras também para as remissivas “ver” (26.2) e há a regra para formas diferentes do nome (26.2A2). (CÓDIGO..., 2004)

As GARR, ao fornecer a estrutura para registro de autoridade, considera sobrenome, prenome, apelido etc. como subelementos do nome na entrada autorizada (área 1). Usando as áreas 3 (referência “ver”) e 4 (referência “ver também”), para o estabelecimento de remissivas onde devem estar as formas mais completas do nome e a área 2 (nota de informação) a explicação acerca da relação entre as remissivas e a entrada autorizada. (DIRECTRICES..., 2001)

O MARC 21 utiliza o campo 100 para o registro do ponto de acesso e o campo 400 para as remissivas “ver” empregando os subcampos para trazer informações sobre os relacionamentos entre eles. (LIBRARY OF CONGRESS, 2013)

No registro de autoridade referente a Sarney Filho (entrada pelo sobrenome) encontra-se como ponto de acesso controlado somente o sobrenome do autor e nas remissivas a forma mais completa do nome (Sarney Filho, José) e outra forma para o nome (Sarney, Zequinha).

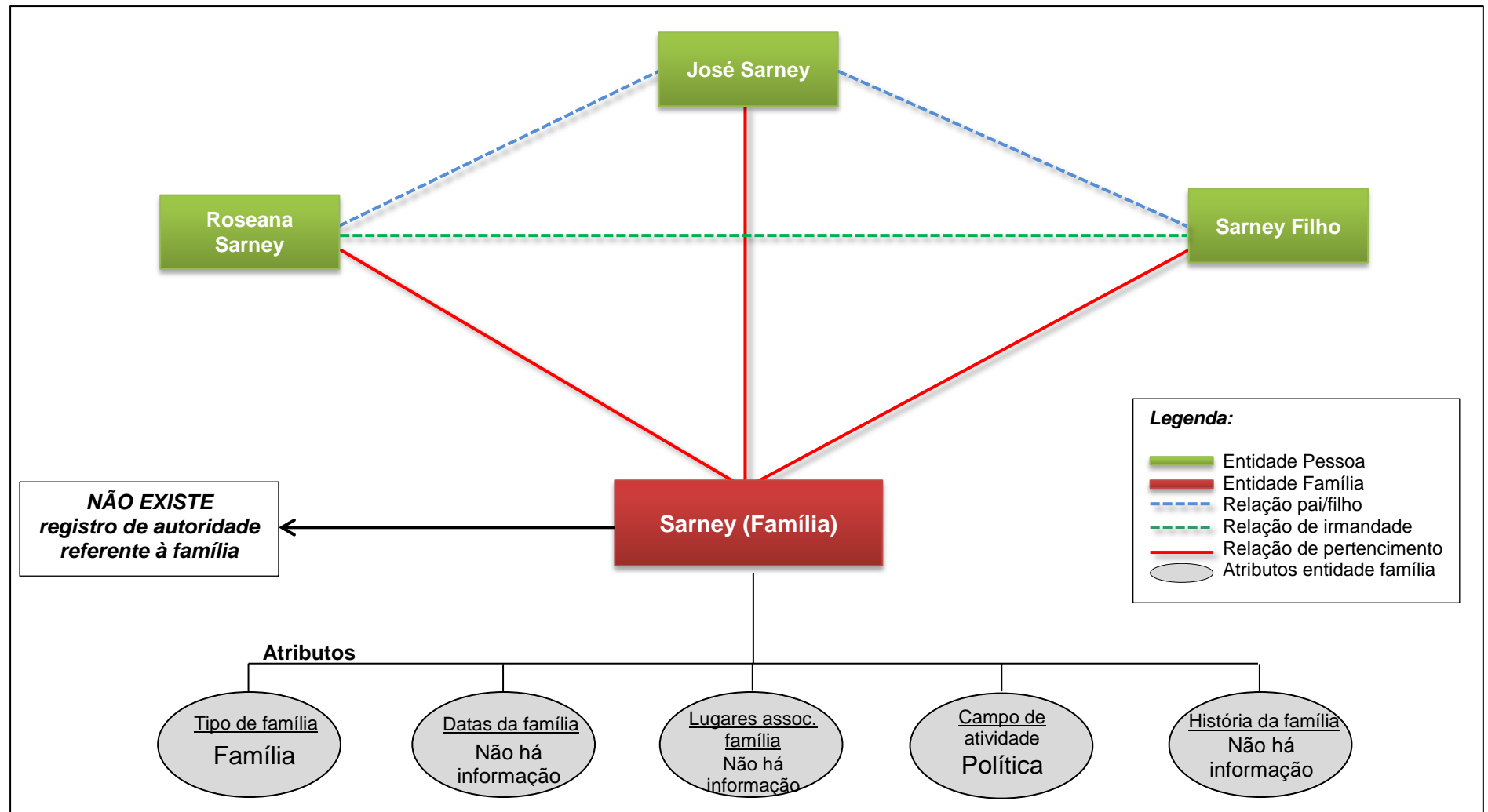
O AACR2 traz para o estabelecimento do cabeçalho para nomes pessoais, a regra geral (22.1), escolha entre formas diferentes de um mesmo nome (22.3), e também relevantes para o caso estudado a regra para entrada pelo sobrenome (22.5) e a regra sobre sobrenomes seguidos de palavras que indicam parentesco (22.5C8) e ainda a consulta ao Apêndice F para as particularidades dos nomes em língua portuguesa. (CÓDIGO..., 2004)

As GARR inserem o nome em sua estrutura na área 1 (entrada autorizada), a áreas 3 (referência “ver”) para o estabelecimento de remissivas e a explicação sobre as relações entre as remissivas e a entrada autorizada é feita na nota de informação (área 2), as GARR, como explicado antes, não traz maiores indicações sobre as particularidades de sobrenomes e embora nos exemplos fornecidos as entradas são feitas pelo sobrenome. (DIRECTRICES..., 2001)

Utiliza-se o campo 100, no formato MARC 21 de autoridade, para o ponto de acesso controlado e as remissivas são estabelecidas no campo 400, podendo explicar relações através dos subcampos, como é possível perceber no próprio registro. (LIBRARY OF CONGRESS, 2013)

Apresenta-se abaixo as relações entre as entidades bibliográficas “Pessoa” e “Família”.

Figura 21 - Sarney: relacionamentos entre entidades pessoa-família e atributos da entidade família.



Fonte: Elaboração própria.

De forma semelhante ao que foi feito antes, tem-se as três relações propostas pelo FRAD: a relação pai/filho (pessoa-pessoa), relação de irmandade (pessoa-pessoa) e a relação de pertencimento (pessoa-família). Mostrando-se logo após os atributos da entidade família e sua relação com o registro de autoridade.

Considerou-se, para o estabelecimento dos relacionamentos demonstrados na figura acima, os relacionamentos indicados no FRAD e as relações de parentesco apresentadas na Figura 16.

José Sarney pertence à Família Sarney, indicada pela relação de pertencimento na figura, o mesmo vale para Roseana Sarney e Sarney Filho. José Sarney se relaciona com Roseana e Sarney Filho através da relação pai/filho e esses dois últimos se conectam através da relação de irmandade. Essas relações foram estabelecidas por meio de outras fontes que não os registros de autoridade utilizados, pois esses registros não mostram esses relacionamentos e não há um registro de autoridade para a família.

Como já foram analisadas as relações de irmandade e pertencimento no que se refere às normativas e padrões, não há necessidade de nova explicação. Visto isso, será explicada nessa parte somente a relação pai/filho que não havia no outro conjunto de registros:

- Relação pai/filho:

A relação entre pai e filho trazida pelo FRAD é referente ao relacionamento entre pessoas, mais especificamente entre um dos pais e o filho. Ao estabelecer esse relacionamento auxiliará o usuário a identificar a entidade que procura e situar à mesma em um contexto.

Quanto às normativas, o cenário é praticamente o mesmo apresentado anteriormente, a relação é demonstrada através do estabelecimento de remissivas. O AACR2 possui regras para a construção de remissivas “ver também” (regra 26.2C) e remissivas explicativas (regra 26.2D) (CÓDIGO..., 2004), mesmo que não trate de relacionamentos como os sugeridos pelo FRAD permite que se forneça explicação quanto a eles. As GARR, da mesma maneira, não preveem essa relação, porém preveem a utilização das remissivas “ver também” (área 4) e trazem a área 2 que admite a criação de nota para explicar sobre o relacionamento entre as entradas (DIRECTRICES..., 2001). O MARC 21 para dados de autoridade possui o campo 500 para registrar esses relacionamentos, utilizando os subcampos \$e (termo

relator), \$i (informações de relacionamento) e \$4 (código de relacionamento) (LIBRARY OF CONGRESS, 2013).

Em relação à entidade “Família”, a relação “conhecida por” dessa e os cinco atributos, ambas as famílias apresentam situações praticamente iguais a respeito das normativas e padrões. Levando isso em consideração, será abordado de forma breve cada um deles.

- Relação “conhecida por”:

Trata-se da relação entre a entidade família e a entidade nome, relacionamento esse que colabora para que os usuários encontrem e situem a entidade. Não há registro de autoridade para a entidade família, optou-se por se referir à família como “Sarney (Família)”. O AACR2 e as GARR não se referem a entidade família, portanto não trataram também do nome que dará origem ao ponto de acesso controlado. Já o MARC 21 usa o primeiro indicador do campo 100 preenchido com 3 para nomes de família.

Quanto aos atributos da entidade família, os casos se igualam em todos os atributos, tanto no preenchimento o que leva a uma igualdade também quanto ao tratamento oferecido pelas normativas:

- Tipo de família:

Trata de designar uma categoria ou descritor genérico para classificar o tipo de família, permitindo que o usuário seja capaz de encontrar e identificar a entidade. Da forma que a estrutura familiar se apresenta entende-se que o caso analisado como sendo uma família.

O AACR2 e as GARR não possuem em sua estrutura esse tipo de ponto de acesso e por consequência não preveem também essa característica. O MARC 21 criou o campo “Informações da família” (376), onde o “Tipo de família” deve ser preenchido no subcampo “a” (\$a) (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Datas de família:

De igual forma, não há informação sobre datas associadas à família nos registros de autoridade analisados.

O AACR2 não possui regras para famílias, tampouco faz as GARR. O MARC 21, no campo 376 traz os subcampos “s” e “t” para as respectivas datas de início e de termino para datas associadas à entidade família (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Lugares associados à família:

Os lugares associados à família podem ser lugares de residência ou outros locais que possuam alguma outra conexão com ela. Associar esse atributo ao registro de autoridade da entidade família possibilita que o usuário identifique e situe a entidade. Não há informações sobre lugares relacionados a família nos registros estudados.

O AACR2 e as GARR, reiterando, não possuem regras e não preveem a entidade família. O campo do MARC 21 de autoridade relativo a lugares associados é o campo 370 que pode ser usado associado a várias entidades (LIBRARY OF CONGRESS, 2012).

- Campo de atividade:

Trata da área de conhecimento ou ambiente de trabalho que a família se dedica, nos registros analisados dos membros da família estudada é possível perceber atuação desses na política. Esse atributo auxilia o usuário na tarefa identificar.

As GARR e o AACR2 não abordam a entidade família em suas respectivas estruturas e regras. Embora apresente o campo para “Campo de atividade”, o MARC 21 limita o uso desse (372) à entidade pessoa e à entidade coletiva, não contemplando a entidade família em seu escopo (LIBRARY OF CONGRESS, 2012). No quadro comparativo de Assumpção (2012) no capítulo 10 do RDA, que trata da identificação de famílias, percebe-se que o campo de atividade está ausente entre as subdivisões.

- História da família:

O FRAD sugere a utilização desse atributo como possibilidade para que as tarefas identificar e situar sejam alcançadas. Não foram encontradas informações sobre a história da família. Novamente, o AACR2 e as GARR não tratam dos pontos de acesso do tipo família. O MARC 21 não possui campo específico para a história da família, mas possui o campo 678 que prevê o registro de dados históricos, biográficos ou outras informações sobre o ponto de acesso autorizado.

Foram apresentadas as considerações acerca dos registros das famílias analisadas com relação aos atributos e relacionamentos estipulados pelo modelo conceitual FRAD e as normativas escolhidas.

Ao comparar os atributos previstos pelo FRAD com as outras normativas é possível perceber que existem diferenças e similaridades. O FRAD, por ser mais

recente que as demais normativas, pode aproveitar conceitos utilizados, apresentados nas GARR e no formato UNIMARC, para identificar os tipos de informação de interesse e que complementaríamos os conjuntos de dados de autoridade. Nos quadros abaixo estão compiladas as informações apresentadas:

Quadro 9 – Atributos “Pessoa” x AACR2 x GARR x MARC 21 de autoridades

| Atributos | AACR2 | GARR | MARC 21 |
|-------------------------------------|----------------------------|-------------------------------|------------------------------------|
| Datas associadas à pessoa | Regra 22.17 | Qualificadores | Campos 100 (\$d) e 046 (\$f e \$g) |
| Título da pessoa | Regras 22.6, 22.12 e 22.16 | Qualificadores e subelementos | Campo 100 (\$c) |
| Gênero | Não previsto | Não previsto | Campo 375 |
| Lugar de nascimento | Não previsto | Não previsto | Campo 370 (\$a) |
| Lugar de falecimento | Não previsto | Não previsto | Campo 370 (\$b) |
| País | Não previsto | Não previsto | Campo 370 (\$c) |
| Lugar de residência | Não previsto | Não previsto | Campo 370 (\$e) |
| Filiação institucional | Não previsto | Não previsto | Campo 373 |
| Endereço | Não previsto | Não previsto | Campo 371 |
| Idioma da pessoa | Não previsto | Não previsto | Campo 377 |
| Campos de atividade | Não previsto | Não previsto | Campo 372 |
| Profissão/ocupação | Não previsto | Não previsto | Campo 374 |
| Biografia/história | Não previsto | Não previsto | Campo 678 |
| Outra designação associada à pessoa | Regra 22.13 e 22.14 | Qualificadores | Campo 100 (\$c) e 368 (\$c e \$d) |

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que vários dos atributos propostos pelo FRAD para a entidade pessoa não encontram correspondência nas regras do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) e também não estão presentes na estrutura proposta pelas GARR para registros de autoridade. O formato MARC 21 para dados de autoridade com a criação de novos campos visando atender as necessidades surgidas a partir do novo código de catalogação, o RDA, conseguiu encontrar associação com maior quantidade dos atributos.

Levando em consideração as relações entre os atributos e os registros e como as normativas tratam ou não dessas características, constata-se que dados referentes a locais como, o lugar de nascimento, lugar de falecimento, lugar de residência não foram encontrados nas normativas e nos registros, com exceção do formato MARC 21, que recentemente se adequou quanto a isso. Quanto ao endereço, que também se refere ao local e considera *sítes* na Internet, torna mais fácil sua utilização.

Uma diferença importante encontrada é que enquanto o FRAD trata os atributos para a pessoa existe certa equivalência nas normativas e padrões, porém com relação ao nome e não à pessoa. Tomando como exemplo o atributo “título da pessoa”, para o FRAD esse título está associado à pessoa quando nas outras normativas ele se associa ao nome da pessoa.

Acerca das relações propostas pelo FRAD e as normativas estudadas encontrou-se a situação exposta no quadro que segue:

Quadro 10 – Relações FRAD x AACR2 x GARR x MARC21 de autoridades

| Relações | AACR2 | GARR | MARC 21 |
|-----------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------------------------------|
| Relação “conhecida por” (pessoa) | Regras 26.2A, 26.2C e 26.2D | Área 2, 3 e 4 | Campo 100, 400 e 500 (\$e, \$i e \$4) |
| Relação pai/filho | Regras 26.2C e 26.2D | Área 2 e 4 | Campo 500 (\$e, \$i e \$4) |
| Relação irmandade | Regras 26.2C e 26.2D | Área 2 e 4 | Campo 500 (\$e, \$i e \$4) |
| Relação pertencimento | Regras 26.2C e 26.2D | Área 2 e 4 | Campo 500 (\$e, \$i e \$4) |
| Relação “conhecida por” (família) | Não previsto | Não previsto | Campo 100, 400 e 500 (\$e, \$i e \$4) |

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à relação “conhecida por” na entidade pessoa, o AACR2 possui regras para a escolha dos pontos de acesso que variam de caso a caso, porém o estabelecimento de remissivas é comum a quase todos os registros analisados. Como o AACR2 e as GARR não tratam de ponto de acesso de família não está previsto em seu conjunto de regras ou estrutura esse tipo de entrada e por consequência nem os relacionamentos que tratem dessa. O MARC 21 não fez acréscimo de campos para abrigar os relacionamentos, utilizando então campos já existentes para tal tarefa. Nota-se que os relacionamentos, ainda que não previstos da mesma maneira que sugeridas pelo FRAD, são estabelecidos através do uso de remissivas (“ver” e “ver também”).

Sobre os atributos que caracterizam a entidade família, a situação é semelhante ao acontecido com os atributos da entidade pessoa no AACR2 e nas GARR, como é possível ver no quadro abaixo:

Quadro 11 – Atributos Família x AACR2 x GARR x MARC 21 de autoridade

| Atributos | AACR2 | GARR | MARC 21 |
|------------------------------|--------------|--------------|-----------------------|
| Tipo de família | Não previsto | Não previsto | Campo 376 (\$a) |
| Datas de família | Não previsto | Não previsto | Campo 376 (\$s e \$t) |
| Lugares associados à família | Não previsto | Não previsto | Campo 370 |
| Campo de atividade | Não previsto | Não previsto | Não previsto |
| História da família | Não previsto | Não previsto | Campo 678 |

Fonte: Elaboração própria.

Como não tratam do ponto de acesso para família, o AACR2 e as GARR não preveem também seus atributos. O MARC 21, dado à criação dos novos campos, está mais adequado quanto ao tratamento desses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou do controle de autoridade e do modelo conceitual FRAD, principalmente quanto à entidade família, porém não seria pertinente abordar a entidade família sem antes tratar da entidade pessoa. Através dos registros de autoridade selecionados no catálogo da RVBI, foram associados os atributos e as relações de ambas as entidades visando demonstrar as possíveis conexões entre os dados contidos nos registros e os atributos, expor os relacionamentos entre os autores selecionados e entender como as normativas estudadas abordam os fatores considerados.

Um dos objetivos desse trabalho foi investigar a literatura tanto nacional quanto a internacional sobre o controle de autoridade. Foram encontrados poucos estudos que tratassem do controle de autoridade produzidos no Brasil e os que foram localizados são trabalhos consideravelmente recentes. Já a literatura internacional sobre o assunto é bem mais vasta, percebe-se que o tema da padronização dos pontos de acesso vem sendo estudado há mais tempo, até mesmo possuindo especialistas que deram início a iniciativas como o VIAF. Notou-se ainda que a diferença entre a produção nacional e internacional se reflete até mesmo sobre as normativas relativas ao controle de pontos de acesso, já que essas nem mesmo possuem tradução para a língua portuguesa, com exceção do AACR2.

Quanto ao objetivo seguinte que diz respeito aos registros de autoridade, comparando os conjuntos de registros das duas famílias percebe-se uma diferença no nível de preenchimento dos registros. A ausência de campos que trazem dados adicionais, como por exemplo, o campo 670 (fonte de pesquisa positiva) que contém informações sobre onde aquele autor foi encontrado, a presença desse campo na primeira família analisada proporcionou subsídios para algumas das associações com os atributos, enquanto que nos registros onde esse campo não foi encontrado certas considerações não puderam ser feitas. Por outro lado, o registro de *links* nos campos 670 e 678 possibilitam que o usuário encontre informações adicionais, como Tillet (2004) e outros autores haviam alertado. Do mesmo modo o estabelecimento de relações complementa a visão dos usuários sobre os autores, o caso da política

no Brasil que é fortemente povoada por famílias é um exemplo de que se explicitada, esse tipo de relação pode agregar informações pertinentes.

Mesmo que muitas das associações, sobretudo com os atributos, tenham sido feitas através da inferência, isso somente foi possível devido aos dados de autoridade registrados e às informações mesmo que externas aos registros, como os endereços para páginas na internet. A partir disso é possível afirmar que registros com níveis de preenchimento maiores, são mais completos e oferecem quantidades de informações igualmente altas.

A partir da comparação dos registros e das normativas utilizadas percebeu-se que o FRAD tem sua preocupação voltada para o usuário (meio e final), considerando ao estabelecer cada atributo e relacionamento as necessidades dos usuários, de acordo com as tarefas previamente determinadas pelo modelo.

Já o AACR2 trata principalmente de como escolher os cabeçalhos e a forma como devem ser construídos os pontos de acesso autorizado, oferecendo também a possibilidade de construções de remissivas, porém não proporcionar, por exemplo, opções para preenchimento de informações como dados biográficos, cargos, entre outros.

As GARR pretendem fornecer uma estruturação para os registros de autoridade, no entanto não prevê e por vezes não especifica expressões como “outros qualificadores”, deixando em aberto sua utilização.

O formato MARC 21 para dados de autoridade, entre esses, é o que mais fornece possibilidades quanto aos atributos e relacionamentos propostos pelo modelo conceitual, e como dito anteriormente, isso se deve à sua possibilidade de atualização através da criação de novos campos que abriguem esses novos dados de autoridade, tornando o formato adaptável às mudanças requeridas por modelos como o FRAD e pelo RDA.

De acordo com o que foi apresentado no desenvolvimento desse trabalho pode-se concluir que o controle de autoridade é essencial para que os usuários consigam encontrar o que procuram no universo bibliográfico e os estudos sobre o tema em âmbito nacional ainda estão se desenvolvendo tomando como base o que já foi aperfeiçoado nas obras estrangeiras. Quanto mais completo o registro de autoridade, pode ser considerado como outra fonte informação e é importante que esse contenha relacionamento e outros dados que forem considerados pertinentes a seus usuários. As normativas influenciaram-se mutuamente, porém nem todas elas

estão adequadas às recentes exigências, podendo assim entrar em desuso ou serem substituídas por outras que atendam ao que é requerido.

5.1 Sugestões de trabalhos futuros

Com base no trabalho desenvolvido e visando a continuidade dos estudos sobre o controle de autoridade apresentam-se algumas sugestões para trabalhos futuros:

- Levantamento de bibliotecas que realizam o controle de autoridade e como o realizam.
- Estudos de uso dos catálogos de autoridade e registros de autoridade pelos usuários meio e fim.
- Verificar se os catálogos demonstram o controle de autoridade, por exemplo, o estabelecimento de relacionamentos com outros autores para os usuários.
- Estudo do controle de autoridade aplicado à bibliometria, analisando a diferença de resultados pela falta de normalização das entradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2006. xii, 209 p.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **Controle de autoridade**: definições, processos e componentes. Londrina: ABECIN, 2012. 122 p. Disponível em: <<http://ebook.abecin.org.br/sites/default/files/Ebook%20Fabr%C3%ADcio.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: GEPCAT, 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/109274554/A-importancia-do-controle-de-autoridade-uma-abordagem-baseada-nos-objetivos-e-nas-funcoes-dos-catalogos>>. Acesso em: 8 mar. 2013.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Um estudo sobre os componentes do trabalho de autoridade. **Revista de Biblioteconomia**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://dcj.ccsa.ufpb.br/wrco_periodicals/index.php/r2/article/viewFile/9/3>. Acesso em: 20 jul. 2013

AYRES, F. H. Authority control simply does not work. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 32, n. 2, p. 49-59, 2001.

BAIGET, Tomàs, et al. Normalización de la información: la aportación de IraLIS. **El profesional de la información**, v. 16, n. 6, nov./dic. 2007. p. 636-643. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/11160/1/Articulo-IraLIS.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2013.

BOERIS, Claudia. Algunas reflexiones sobre el control de autoridades en Argentina. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL Y NACIONAL DE CATALOGADORES, 7., 3., 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Biblioteca Nacional de la República Argentina. Disponível em: <<http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-boeris.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Informática, 2013. 47 p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Senado Federal – Biblioteca – RVBI**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/rvbi/rvbi.asp>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

BUIZZA, Pino; GUERRINI, Mauro. Controle do ponto de acesso de autor e título: sobre a maneira como as agências bibliográficas nacionais enfrentam o problema quarenta anos depois dos Princípios de Paris. Tradução de Eduardo Wense Dias; Lídia Alvarenga. In: *REUNIÃO DA IFLA DE ESPECIALISTAS PARA UM CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL (IME ICC 5)*, 5., 2007, Pretória, África do Sul. **Papers...** Pretória, África do Sul: IFLA, 2007. Disponível em: <http://www.imeicc5.com/download/portuguese/BackGrPap4_Buizza&Guerrini_Portuguese.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2013.

CAMPOS, Fernanda Maria. **Controle de autoridade**: novos contextos e soluções. Portugal: Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, 2003, 21 p. Disponível em: <<http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/12manha/controlodeautoridade.doc>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

CHAHBENDERIAN, Estela. El proceso de control de autoridades en la Biblioteca de la Universidad de San Andrés. In: *ENCUENTRO INTERNACIONAL Y NACIONAL DE CATALOGADORES*, 7., 3., 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Biblioteca Nacional de la República Argentina. Disponível em: <<http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-24-M-Chahbenderian.pdf>>. Acesso em: 18 Mar. 2013.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed., rev. 2002. São Paulo: FEBAB, 2004.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAZ RODRIGUEZ, Yoselyn. Control de autoridades de nombres personales de autores cubanos en ciencias de la salud. **ACIMED**, Ciudad de La Habana, v. 23, n. 1, p. 35-44, mar. 2012. Disponível em: <<http://scielo.sld.cu/pdf/aci/v23n1/aci04112.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA ON-LINE. 2008-2013, <<http://www.priberam.pt/DLPO/parentesco>>. Acesso em: 22 out. 2013.

DIRECTRICES para registros de autoridad y referencias. 2 ed, rev. por el Grupo de Trabajo de la IFLA para la Revisión de las GARE. IFLA, 2001. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/garr/garr-es.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

DOMINGUES, Sandra Cristina Neves Fernandes. **Os recursos cartográficos e as bases de autoridade**: normas e aplicações. 2010. 142 f.. Dissertação (Mestrado em Ciência da Documentação e Informação) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3558>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Catálogo – autoridades de nomes. Disponível em:

<<http://www.bn.br/site/pages/catalogos/autoridadeNomes/content.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel (org.); SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. (Série Educação a Distância). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

HERRERO PASCUAL, Cristina. El control de autoridades. **Anales de documentación**, Espanha, n. 2, p. 121-136, 1999. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2621/2601>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. **Multilingual Dictionary of Cataloguing Terms and Concepts (MulDiCat)**. 2012. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/publications/muldicat_2012_aug.doc>. Acesso em: 27 jun. 2013.

JIMÉNEZ PELAYO, Jesús; GARCÍA BLANCO, Rosa. **El catálogo de autoridades: creación y gestión en unidades documentales**. Gijón : Trea, 2002. 630 p. (Biblioteconomía y administración ; 56)

LIBRARY OF CONGRESS. **MARC 21 format for authority data**: table of contents. 1999 Edition Update No. 1 (October 2001) through Update No. 17 (September 2013). Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/authority/ecadhome.html>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

LIBRARY OF CONGRESS. **RDA in MARC**: MARC standards. October 2012. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/RDAinMARC.html>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

LIBRARY OF CONGRESS. **Understanding MARC authority records**: machine-readable cataloging. c2004. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/uma/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

MARAIS, Hester. **Authority control in an academic library consortium using a union catalogue maintained by a central office for authority control**. 2004. 310 f.. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade da África do Sul, 2004.

MARANHÃO, Ana Maria Neves; MENDONÇA, Maria de Lourdes dos Santos. **MARC 21**: formato bibliográfico. Rio de Janeiro: PUC-Rio, data da última atualização: fev. 2010. Disponível em: <<http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 125-137, 2010. Disponível em: www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=14017>. Acesso em: 06 ago. 2013.

MIRANDA, Mirta Juana, et al. Entrada autorizada de los nombres: aportes metodológicos para su construcción. In: ENCuentro Internacional y Nacional de Catalogadores, 7., 3., 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Biblioteca Nacional de la República Argentina. Disponível em: <http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-24-L-Miranda-Garcia-Villafane-Oria-Jaroszczuk-Damus.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

MOLINA PIÑEIRO, Maricela; MARRERO SERA, Eloisa. El control de autoridades en la República Dominicana: la experiencia de la Biblioteca Nacional Pedro Henriquez Ureña. . In: ENCuentro Internacional y Nacional de Catalogadores, 7., 3., 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Biblioteca Nacional de la República Argentina. Disponível em: <http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-24-J-MarreroSera-MolinaPineiro.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

MORENO, Fernanda Passini. **Em busca dos objetivos bibliográficos** : um estudo sobre catálogos. 2011. 162 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9896/1/2011_FernandaPassiniMoreno.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2013.

MORENO, Fernanda Passini. **Requisitos Funcionais Para Registros Bibliográficos – FRBR**: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2565/1/DISSERTACAO%20FERNANDA%20MORENO%20-%20UnB.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

MORENO, Fernanda Passini; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Requisitos Funcionais Para Registros Bibliográficos - FRBR: uma apresentação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v .3, n 1, p. 20-38, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/10241/1/RDBCI-2005-42%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

REIS, Marcelo Menezes. **Amostragem**. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~marcelo/Cap7.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

REQUISITOS funcionales de los datos de autoridad (FRAD): un modelo conceptual. IFLA; Biblioteca Nacional de España, 2009. Disponível em: http://www.ifla.org/files/cataloguing/frad/frad_2009-es.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013. Editado por Glenn E. Patton, IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR).

OCLC. **VIAF (The Virtual International Authority File)**. Most recent updates: Page content: 2012-09-03. Disponível em: <<http://www.oclc.org/research/activities/viaf.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

OLIVEIRA, Elaine Ricevich Bastos de; JAEGGER, Maria de Fátima Pereira. **Gerenciamento da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional – RVBI**. Brasília : Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2005, 15 p. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/70376/1/rvbi_Gerenciamento.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

REITZ, Joan M.. **ODLIS - Online Dictionary for Library and Information Science**. Last update on January 10, 2013. Disponível em: <<http://www.abc-clio.com/ODLIS/searchODLIS.aspx>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. **Apuntes sobre representación y organización de la información**. Gijón : Trea, 2011. 206 p. (Biblioteconomía y administración cultural ; 231)

RVBI. **Autoridades – VCB – Busca simples**. Disponível em: <http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/5CN8YFMY3LL6NKJ6IYQDRUU4AGFUDP1M7QVG4R45SYMEQF4KED-45650?func=find-b-0&local_base=sen10>

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira, et. al. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica Resource Description and Access (RDA). **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/74/76>> Acesso em: 04 out. 2013

TAYLOR, Arlene G. **The organization of information**. 2nd. ed., New York: Libraries Unlimited, 2004a. 417 p. (Library and information science text series)

TAYLOR, Arlene G. **Wynar's introduction to cataloguing and classification**. 9th. ed., rev. Westport, Connecticut.: Libraries Unlimited, 2004b. xv, 563 p. (Library and information science text series)

TAYLOR, Arlene G.; JOUDREY, Daniel N. **The organization of information**. 3rd. ed., Westport: Libraries Unlimited, 2009. 512 p. (Library and information science text series)

TEIXEIRA, Ludmila Celistrino; NEVES, Fabiana Junqueira Tamaoki. Algumas considerações sobre o parentesco e a relação familiar. **RDU: Revista de Direito Univille**, v. 2, n.1, dez. 2012. Disponível em: <http://univille.edu.br/community/revista_rdu/VirtualDisk.html?action=readFile&file=artigo02.pdf¤t=/Volume_2>. Acesso em: 28 nov. 2013.

TILLET, Barbara B. Authority control: state of the art and new perspectives. **Cataloging & Classification Quartely**, v. 38, n. 3/4, p. 23-41, 2004. Disponível em: <http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/461_readings/Tillett_AC.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

TILLET, Barbara B. Base Virtual Internacional de Autoridade. Tradução de Márcia Rosetto. In: *REUNIÃO DA IFLA DE ESPECIALISTAS PARA UM CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO INTERNACIONAL (IME ICC 5)*, 5., 2007, Pretória, África do Sul. *Papers...* Pretória, África do Sul: IFLA, 2007. 9 p.

VIAF. **VIAF**: The Virtual International Authority File. 2013. Disponível em: <<http://viaf.org/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

Votto, Marcelo. **Novas regras para o controle de autoridades de Famílias**. 2013. Disponível em: <<http://processotecnicoucs.wordpress.com/2013/03/15/novas-regras-para-o-controle-de-autoridades-de-familias/>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

WIKIPÉDIA. **Brizola Neto** – Wikipédia, a enciclopédia livre. Última data de modificação: nov. 2013a. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brizola_Neto>. Acesso em: 28 nov. 2013.

WIKIPÉDIA. **Roseana Sarney** – Wikipédia, a enciclopédia livre. Última data de modificação: nov. 2013b. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Roseana_Sarney>. Acesso em: 28 nov. 2013.